

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DANIELE DA COSTA GARCIA

HISTÓRIA DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA
DA CRIAÇÃO A FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE TÉCNICOS EM
AGROPECUÁRIA (1957-1972)

UBERLÂNDIA-MG

2011

DANIELE DA COSTA GARCIA

**HISTÓRIA DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA
DA CRIAÇÃO A FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE TÉCNICOS EM
AGROPECUÁRIA (1957-1972)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação.

Orientadora Prof^ª. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes Lima

UBERLÂNDIA-MG

2011

DANIELE DA COSTA GARCIA

**HISTÓRIA DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA
DA CRIAÇÃO A FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE TÉCNICOS EM
AGROPECUÁRIA (1957-1972)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU; como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação.

Uberlândia, 17 de Janeiro de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Cristina Fagundes Lima – Orientadora - UFU

Prof^ª. Dr^ª. Marta Leandro Silva - UNICAMP

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho - UFU

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, João e Helena, que formaram os alicerces das minhas conquistas e ao Mateus por todo apoio, encorajamento e compreensão nos momentos de minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por caminhar sempre ao meu lado.

À professora Vera Lúcia Abrão Borges por ter me dado a primeira oportunidade de seguir a carreira acadêmica.

À professora e orientadora Sandra Cristina Fagundes Lima que acreditou no resultado desta pesquisa.

Agradeço a Capes que por meio dos recursos financeiros concedidos criou as condições para eu me especializar.

Aos funcionários da IFTM, em especial a Rose que foi maravilhosa ao me receber.

Às amigas Tânia, Cristiane e Angélica que me acompanham desde a graduação e que me deram força para ingressar no mestrado.

Aos amigos que fiz durante o curso e que me prestaram apoio intelectual e emocional.

Aos professores Carlos Henrique de Carvalho e Marta Leandro Silva pelas contribuições e ensinamentos compartilhados.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
 INTRODUÇÃO.....	 12
 CAPÍTULO I	
COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA: CONTEXTOS NACIONAL, REGIONAL E MUNICIPAL DE SUA IMPLANTAÇÃO	
1.1. Políticas Econômicas e Educacionais dos Governos Brasileiros para o Setor Agrícola e para o Ensino Agrícola (1930-1960).....	22
1.2. Políticas Econômicas e Educacionais dos Governos Brasileiros para o Setor Agrícola e para o Ensino Agrícola (1960-1970).....	31
1.3. Do Brasil para o Município de Uberlândia-MG (1940-1960).....	42
 CAPÍTULO II	
COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	
2.1. Breve Gênese do Colégio Agrícola de Uberlândia.....	53
2.2. Processo de Criação do Colégio Agrícola de Uberlândia.....	65
2.3. Estrutura Física do Colégio Agrícola de Uberlândia.....	85
 CAPÍTULO III	
COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA: PRIMEIRA TURMA DE TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA	
3.1. Estrutura Curricular e Pedagógica.....	92
3.2. Perfil Docente e Discente.....	116
3.3. Trajetória dos Egressos.....	134
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 147
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 151
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	155
 APÊNDICE.....	 160
ANEXOS.....	166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Estação de Sobradinho, 2005.....	60
Figura 2:	Região de Uberlândia, em destaque alguns córregos que cortam a Fazenda Sobradinho e a linha férrea da Mogiana.....	66
Figura 3:	Parte externa do Colégio Agrícola de Uberlândia em construção, 1965.....	75
Figura 4 e 5:	Parte interna do Colégio Agrícola de Uberlândia em construção, 1965.....	75
Figura 6:	Telegrama de moradores da Fazenda Sobradinho, [entre 1957 e 1961].....	81
Figura 7:	Fachada do Colégio Agrícola de Uberlândia, 1982.....	86
Figura 8:	Planta do segundo piso do Colégio Agrícola de Uberlândia.....	87
Figura 9:	Sala de aula, formandos de 1972.....	88
Figura 10:	Alojamento, formandos de 1972.....	89
Figura 11:	Centro Cívico Rondon Pacheco, 1976.....	90
Figura 12:	Caderno de Educação Moral e Cívica, 1970-1971.....	100
Figura 13:	Caderno de Educação Moral e Cívica, 1970-1971.....	101
Figura 14:	Caderno de Zootecnia com estudo sobre aves e bovinocultura, 1969-1970.....	105
Figura 15:	Folha avulsa com estudo sobre suínos, [entre 1969 e 1972].....	106
Figura 16:	Aulas na pocilga, formandos de 1972.....	107
Figura 17:	Rascunho do Informativo Esportivo criado pelos alunos, 1970-1971.....	110
Figura 18:	Capa da primeira edição do jornal “O C.A.U”, 1970.....	112
Figura 19:	Formandos de 1972 na carreta do caminhão do CAU.....	131
Figura 20:	Modelo do diploma de Técnico em Agropecuária.....	135
Figura 21:	Hasteamento de Bandeiras na formatura da turma de 1972 do CAU.....	137
Figura 22:	Formandos de 1972 do CAU com mudas de árvores para plantio na formatura...	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Distribuição dos estabelecimentos de ensino agrícola por ciclos e cursos.....	26
Quadro 2:	Distribuição das disciplinas quanto a série e respectiva carga horária semanal....	94
Quadro 3:	Conteúdo da disciplina Português ministrada no CAU, 1969 a 1972.....	96
Quadro 4:	Conteúdo da disciplina Educação Artística ministrada no CAU, 1971-1972.....	98
Quadro 5:	Conteúdo da disciplina Moral e Cívica ministrada no CAU, 1970 a 1972.....	98
Quadro 6:	Conteúdo da disciplina Horticultura ministrada no CAU, 1969-1971.....	102
Quadro 7:	Conteúdo da disciplina Agricultura ministrada no CAU, 1969 a 1972.....	103
Quadro 8:	Conteúdo da disciplina Zootecnia ministrada no CAU, 1969 a 1972.....	104
Quadro 9:	Conteúdo da disciplina Indústrias Rurais ministrada no CAU, 1969 a 1972.....	108
Quadro 10:	Conteúdo da disciplina Mecânica Agrícola ministrada no CAU, 1970 a 1972.....	108
Quadro 11:	Conteúdo da disciplina Economia Rural ministrada no CAU, 1971-1972.....	109
Quadro 12:	Conteúdo das disciplinas de cultura geral ministradas no CAU de 1969 a 1972..	113
Quadro 13:	Relação dos professores (as) que lecionaram no período de 1969 a 1972.....	119
Quadro 14:	Relação da primeira turma de Técnico em Agropecuária do CAU.....	124
Quadro 15:	Relação dos alunos transferidos para o CAU em 1970.....	133
Quadro 16:	Relação matrícula inicial, transferência, evasão e concluintes da primeira turma de Técnico em Agropecuária (1969-1972).....	133
Quadro 17:	Primeiro e último emprego dos formandos de 1972 do CAU.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Crescimento da população uberlandense com relação o setor urbano e rural.....	49
Tabela 2:	Distribuição dos estabelecimentos de ensino agrícola de 2º grau do Brasil por entidade mantenedora e região.....	55
Tabela 3:	Relação da idade de ingresso dos alunos da primeira turma do CAU.....	127
Tabela 4:	Alunos concluintes e desistentes com relação à procedência.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abcar -	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Acar-	Associação de Crédito e Assistência Rural
Aciapu -	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia
Aciub -	Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
AIA -	American International Association for Economic Development
ArPU -	Arquivo Público de Uberlândia
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cati-	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
Casemg-	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CAU -	Colégio Agrícola de Uberlândia
Cedaf -	Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário e Florestal
Cemig -	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CET -	Centro de Educação Tecnológica do Cerrado
CFE-	Conselho Federal de Educação
CIF -	Companhia de Integração Florestal
CMBEU -	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CMU -	Câmara Municipal de Uberlândia
DEM -	Departamento de Ensino Médio
DREMG -	Departamento de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais
EAFUdi-	Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia
Emater-	Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
EMC-	Educação Moral e Cívica
Funcecp -	Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio
Funfertil -	Fundo para Incentivo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suprimentos Minerais
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM-	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INDA -	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
Nephe -	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação
Paeg -	Plano de Ação Econômica do Governo
Ped -	Programa Estratégico de Desenvolvimento
Seav -	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
Senai -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sumoc -	Superintendência da Moeda e do Crédito
UFU -	Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

Este trabalho visa apresentar os resultados finais do Projeto de Pesquisa – *História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação à formatura da primeira turma do curso Técnico em Agropecuária (1957-1972)* – financiado pela Capes, desenvolvido no curso de Mestrado em Educação na linha de História e Historiografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra Cristina Fagundes Lima. A preocupação central constitui-se em analisar a história do Colégio Agrícola de Uberlândia, instituição pública de ensino técnico-profissionalizante de nível médio, por meio do estudo de sua criação e instalação até a formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária, no período de 1957 a 1972. O recorte temporal abrange o ano em que as obras para a construção da escola se iniciaram até a formação da primeira turma, visto que essa construção se arrastou por doze anos, sendo concluída somente em 1969. Para a análise da história da primeira turma empregamos as seguintes categorias: arquitetura da escola, tempo e espaço, saberes e práticas pedagógicas e perfil docente e discente. A trajetória dos egressos também foi traçada com o intuito de entender se a formação que receberam atendeu às expectativas e aos objetivos da fundação do Colégio. A documentação catalogada e utilizada como base nas análises da pesquisa se encontra armazenada no Arquivo Público de Uberlândia (ArPU), na Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub) e no arquivo da escola selecionada: da imprensa foram pesquisados os jornais “Correio de Uberlândia”, “O Triângulo” e “7 Dias”; as atas da Câmara Municipal foram utilizadas, pois são fontes que representam o contexto político da época a partir dos discursos dos vereadores; foram entrevistados quatorze ex-alunos da primeira turma empregando como base a história oral; no arquivo da escola, foram encontrados fotos, fichas de matrícula, dados pessoais dos alunos e dos professores; e foi feito levantamento bibliográfico. Estas fontes possibilitaram a análise e a compreensão dos fatos e discussões educacionais em nível nacional e regional e permitiram contrapor-los com aqueles descritos pela literatura especializada para a realidade brasileira. Buscou-se não fazer somente um estudo descritivo da instituição, mas, sim, estabelecer um diálogo com bases históricas e teóricas e também buscar inter-relações com as questões da educação brasileira, principalmente as que se referem ao ensino agrícola. Com relação aos resultados, ressalta-se a importância da criação do Colégio Agrícola de Uberlândia, no sentido de ter contribuído na modernização do setor primário não só no município, mas também no País.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares, Ensino Técnico Agrícola, Colégio Agrícola de Uberlândia, Curso Técnico em Agropecuária.

ABSTRACT

This study aims at presenting the results of Research Project – History of *Colégio Agrícola de Uberlândia*: from the school foundation to the first professional degree in the *Curso Técnico em Agropecuária (Farm Technician Apprenticeship Program)* (1957-1972). The research was sponsored by *Capes*, and carried out during the Master's Course in Education Program. The area of concentration is History and Historiography of the Federal University at Uberlândia, having as advisor Professor Doctor Sandra Cristina Fagundes Lima. The main concern is to analyze the history of *Colégio Agrícola at Uberlândia*, a public technical-professional teaching high school, studying from its creation and foundation to the first course degree in “*Técnicos em Agropecuária*”, (*Farm Technician Apprenticeship Program*) from 1957-1972. The period of study is from the beginning of the school construction to the professional degree awarded to the first group of students, once the construction took twelve years, until 1969. In order to analyze the first group of students the following categories were employed: school architecture, time and space, knowledge and pedagogical practices, and teachers/students profiles. Former students were investigated to understand if their formation has reached the expectations and objectives of the school. The documents collected and used as base for the research analysis are stored in the Public Archive at Uberlândia (ArPU), in the Association of Commerce and Industry at Uberlândia (Aciub), and in the school archive as well. From the press we investigated the newspapers “*Correio de Uberlândia*”, “*O Triângulo*” and “*7 Dias*”; records of the City Council were used once they are sources that, through the alderman speeches, represent the politics context of the time. Fourteen former students of the first group were interviewed, based on oral history. A bibliographical study was conducted based on pictures, enrollment forms, and students and teachers personal data found in the school archive. The sources allowed the analysis and understanding the events and educational discussions on a national/regional level. The results were compared to the specialist literature according to the Brazilian reality. We have carried out a descriptive study of the institution, and developed a dialogue based on history and theory. Our intention was also to look for inter-relations with the Brazilian education issues, mainly on what refers to farm teaching. The results show the importance of the foundation of “*Colégio Agrícola at Uberlândia*” once it has contributed to modernize the primary sector both in the city and countryside.

Keywords: History of School Institutions; Agriculture Technical Teaching; *Colégio Agrícola at Uberlândia*, *Farm Technician Apprenticeship Program*.

INTRODUÇÃO

Não existe um objeto que, contemplado de diversos lugares, seja sempre o mesmo. Da mesma forma, não existe um fenômeno, acontecimento ou assunto que, considerado de perspectivas diferentes, não mostre aspectos antes não-visíveis ou visíveis mas não apreciados. Tudo depende, pois, da posição que adota aquele que olha. O lugar de onde se olha condiciona não somente o que se vê, mas também como se vê o que se vê (VINÃO, 2008, p. 15).

A escolha de investigar O Colégio Agrícola de Uberlândia surgiu a partir da pesquisa vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia NEPHE/UFU, da qual participei como bolsista de Iniciação Científica no curso de Pedagogia, financiada pela Fapemig, no projeto: “História e Memória: as instituições educacionais de Uberlândia/MG e a profissionalização – SENAI e Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia (1964-1985)¹”. Fiquei responsável pela pesquisa empírica da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia (EAFudi). Realizei a catalogação das Atas da Câmara Municipal de Uberlândia e do jornal Correio de Uberlândia, depositados no Arquivo Público de Uberlândia (ArPU). Também foram inventariados os documentos presentes no arquivo da escola selecionada, bem como efetuadas entrevistas com os agentes sociais (ex-funcionários e alunos egressos).

Com base na pesquisa desenvolvida por Damasceno (1991) sobre a EAFudi, foi possível fazer um levantamento da história da implantação da escola e coletar dados sobre o seu funcionamento no período delimitado. Constatei, assim, que o Colégio Agrícola de Uberlândia foi criado no ano de 1957 com o nome de Escola Agrotécnica de Uberlândia; no ano de 1964, passou a se chamar Colégio Agrícola de Uberlândia e somente em 1978 recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia. Atualmente, recebe a denominação de Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia².

¹ Orientada pela Pr.^a Dr.^a Vera Lúcia Abrão Borges – FAGED/UFU

² Como o período abarcado pela pesquisa compreende os anos de 1957 a 1972, a denominação utilizada ao longo do trabalho será: Colégio Agrícola de Uberlândia (CAU).

De posse dessas informações, percebi por meio das Atas, dos recortes de jornais e da referida pesquisa, que o projeto da construção da Escola era de quatro anos (1957 a 1961), contudo ela só foi concluída em 1969, doze anos após sua criação, quando se iniciou a primeira turma do curso Técnico em Agropecuária de nível médio cuja formatura deu-se em 1972.

A imprensa e as autoridades políticas sempre exaltavam a importância da fundação dessa Escola na cidade de Uberlândia e, intrigada com a contradição entre o valor depositado sobre a instituição e o atraso na construção do prédio, comecei a questionar os motivos que levaram à implantação dessa modalidade de ensino no interior do estado de Minas Gerais e as razões da demora de sua construção. Dessa forma, determinei pesquisar o seu processo de criação e instalação, delimitando, para isso, um recorte temporal que abarcou os anos de 1957 a 1972, ano da criação do Colégio e da formatura da primeira turma do curso Técnico em Agropecuária.

O estudo sobre o Colégio Agrícola de Uberlândia é relevante para se compreender os motivos que levaram à instalação de uma instituição de formação técnica profissionalizante para o setor agrícola na região do Triângulo Mineiro, como também para ampliar e enriquecer a história da educação no município de Uberlândia. A escassez de estudos sobre a temática aumenta a relevância do objeto de pesquisa em destaque. O Colégio Agrícola de Uberlândia foi pioneiro na região e há apenas uma dissertação (ALVES, 2000) que trabalha com a instituição citada, mas ainda não há pesquisas referentes ao seu processo de criação.

Estudar uma instituição educativa com formação de mão de obra para o setor primário da economia também permite assimilar as intenções do governo em incentivar a criação dessas escolas no Brasil. Pesquisar o Colégio Agrícola de Uberlândia possibilitará ainda apreender as finalidades de sua fundação e suas relações com a economia e a política brasileiras.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a história do Colégio Agrícola de Uberlândia em todo o seu processo de criação, instalação, formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária e trajetória desses egressos. Seus objetivos específicos são os seguintes: a) Compreender o que motivou a criação desta instituição no interior do estado de Minas Gerais, no que se refere às políticas educacionais, e sua relação com a economia nacional voltada para o setor agrícola; b) Entender se as práticas pedagógicas do Colégio estavam em conformidade com as finalidades propostas,

quando da sua fundação, e se estavam em consonância com as leis; c) Delinear o perfil dos docentes para apreender a qualidade do ensino ministrado; d) Avaliar a que classe social atendeu; e) Por meio da trajetória profissional dos egressos, esclarecer se a formação que receberam atendeu às expectativas e os objetivos da fundação do Colégio.

Como salienta Barros (2005), os recortes espacial e temporal devem ser precisos e estabelecidos a partir da problematização do tema, assim, a pesquisa envolve as seguintes questões: Após a Segunda Guerra Mundial e a introdução do modelo econômico de substituição de importações, passou a ser bastante debatida a necessidade de modernização do setor agrário no Brasil. A indústria estava se expandindo rapidamente, e a agricultura se mantinha nas mesmas condições arcaicas de produção. Para que houvesse um aumento da produtividade, era imperativa a melhoria das técnicas adotadas no campo, tais como a introdução de máquinas e de insumos. Contudo, para manusear essas técnicas modernas, era forçoso especializar a mão de obra, daí a necessidade de qualificação por intermédio de instituições escolares. Dessa forma, indagamo-nos se foi essa a motivação que fundamentou a instalação de uma escola técnica agrícola de nível médio no interior do estado de Minas Gerais? Qual a intenção das classes dirigentes da cidade de Uberlândia em incentivar a criação do Colégio? Percebe-se por meio da imprensa e dos discursos das elites de Uberlândia, a importância atribuída ao Colégio para a cidade e região. Se essa instituição era tão necessária, por que demorou doze anos para ser construída? Quais foram os esforços lançados pelas classes dominantes da cidade para a efetivação dessa obra? Quais eram o objetivo e a finalidade de sua criação para essas personalidades públicas? Que perfil de alunos pretendia atender? Após instalada, quais foram os professores que compuseram o quadro docente? Qual a proposta curricular adotada? Estava em consonância com as diretrizes educacionais para essa modalidade de ensino? A alunado realmente atendeu? Que formação visou imprimir? Essa formação atendeu aos objetivos estabelecidos em sua criação e contribuiu para a carreira profissional dos egressos?

Para iniciar o levantamento das fontes bibliográficas e documentais, foram levantadas as hipóteses relacionadas a seguir. Com referência à implantação de escolas técnicas agrícolas no País, presumiu-se que a conjuntura política e econômica da época exigia uma qualificação da mão de obra para o setor primário. Com relação aos interesses de Uberlândia, acreditou-se que as forças políticas, imbuídos do ideal de cidade progressista, sempre quiseram estar à frente no desenvolvimento dos seus vários

setores, inclusive na educação. Devido à quantidade de artigos encontrados no jornal Correio de Uberlândia, durante o projeto de iniciação científica, sobre a criação do Colégio, pensou-se que a procura seria maior entre os uberlandenses tanto do setor urbano quanto do rural e que, ao final do curso, suas carreiras estariam voltadas para o campo.

Partindo dessas hipóteses, a pesquisadora foi em busca das fontes documentais que poderiam responder aos questionamentos levantados. Da imprensa foi utilizado o jornal “Correio de Uberlândia” e “O Triângulo” que se encontram depositados no Arquivo Público de Uberlândia. A imprensa enriquece a pesquisa histórica e vem subsidiando, também, os estudos pertinentes à educação, por possibilitar discussões e análises de uma determinada região. Gonçalves Neto (2002, p. 204) considera que “é principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. [...] a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas”. Mas é necessário lembrar que o jornal é apenas um fragmento do passado e que denota a visão de mundo daqueles que podiam se expressar por suas páginas, portanto, necessita-se de outras fontes para complementá-lo e até mesmo para contrapô-lo, pois a imprensa pode ser “alvo da ação do Estado, na busca da legitimação dos seus princípios ou na difusão ideológica [...]” (Ibid.).

Como o jornal Correio de Uberlândia já havia sido pesquisado, entre os anos de 1964 e 1985, na iniciação científica, ficou comprovada a grande quantidade de artigos referentes ao tema, portanto, a pesquisa nessa fonte prosseguiu nos anos que faltavam, de 1952 a 1963. Esses jornais estão agrupados em livros organizados semestralmente, foi pesquisado um total de quarenta e três livros entre 1952 e 1972, nestes, três não foi encontrado nenhum artigo referente ao assunto e cinco se encontravam em restauração. São os seguintes semestres e o respectivo número do livro: 2º de 1956 (nº 35), 1º de 1957 (nº 36), 2º de 1958 (nº 39), 2º de 1959 (nº 41) e 1º de 1967 (nº 57). Segundo informações dos funcionários do ArPU, esses livros podem levar anos para serem restaurados. Foram arrolados cento e cinco artigos no total.

O Correio de Uberlândia constituiu-se em uma importante fonte para esta pesquisa, pois o jornal acompanhou toda a trajetória de criação e consolidação do Colégio Agrícola. Acompanhou sua gênese, quando ainda se discutia a necessidade de uma escola para formar mão de obra para o campo, todo o processo de construção do

prédio, como a escolha do local, as verbas destinadas, as paralisações das obras, assistiu sua instalação e, por fim, divulgou a formatura da primeira turma de Técnico em Agropecuária.

Do jornal “O Triângulo” foi utilizado apenas um artigo referente à formatura da primeira turma e do jornal “7 Dias” um artigo sobre as águas minerais da Fazenda Sobradinho. Estes dois artigos foram encontrados no arquivo da IFTM, pois no ArPU não há edição destes jornais relativos ao período delimitado pela pesquisa.

Também foram pesquisadas, no ArPU, as Atas da Câmara Municipal de Uberlândia, que representam o contexto político da época com base nos discursos dos vereadores. Foram coletadas doze alusões sobre o Colégio.

Uma instituição que teve papel importante na fundação do Colégio foi a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Aciapu)³, que acompanhou todo o seu processo de criação. A entidade compunha as classes produtoras da cidade e tinha forte atuação junto ao poder municipal. Foram pesquisadas onze Atas, que se encontram arquivadas na Aciub, e encontradas cento e uma citações sobre o Colégio nas reuniões dos sócios.

O arquivo da IFTM é muito rico, porém encontra-se um pouco desorganizado. Ali foram inventariados vários documentos pertinentes para a pesquisa, mas a dificuldade de encontrá-los foi imensa, a pesquisadora teve que estabelecer relação e associação entre uma fonte e outra para chegar a diversas conclusões, pois os documentos se apresentavam dispersos em várias caixas empilhadas em um ambiente pequeno, empoeirado e mal iluminado. Essas dificuldades são evidentes ao se trabalhar com a história das instituições escolares, pois, muitas vezes, esses documentos não são valorizados pelos funcionários e são jogados à própria sorte em um depósito qualquer:

O estudo das instituições escolares por meio da documentação que registra a sua história nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes, a coleta, seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho (MIGUEL, 2007, p. 31).

Na IFTM, houve o cuidado em manter a história da instituição, apesar de não estarem muito bem organizados, vários documentos importantes foram encontrados e a

³ Desde 1969, chama-se Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub) transferindo todas as discussões do setor agrícola para o Sindicato Rural.

receptividade dos funcionários foi excelente e se mostraram prestativos buscando ajudar naquilo que estava ao seu alcance. Foram localizadas as seguintes fontes: planta arquitetônica do prédio; cartas e ofícios trocados entre o diretor e as autoridades do governo durante a construção do Colégio; diários de classe de todas as disciplinas e séries da primeira turma; fichas com dados pessoais dos professores; fichas de matrícula dos alunos que passaram pela instituição, tanto formandos como dos desistentes e transferidos; fotos; duas edições do jornal “O C.A.U.”, produzido pelos alunos da primeira e segunda turma e o trabalho desenvolvido pela ex-diretora, Lylia Simonassi Damasceno.

Essa documentação permitirá uma visão das práticas desenvolvidas no interior da instituição que, associadas ao contexto social, político e econômico do seu entorno possibilitará delinear uma parcela da história do Colégio Agrícola de Uberlândia. Como salienta Miguel (2007, p. 38):

[...] para compreender melhor o que as fontes comunicam, se faz necessário que elas mesmas sejam consideradas dentro de sua história e em um contexto mais amplo, pois a compreensão da história das instituições escolares guarda uma profunda inter-relação com a história do contexto no qual tais instituições se situam.

Outra fonte de grande relevância, quando se pretende analisar as práticas pedagógicas de uma instituição educativa, é o caderno do aluno. A partir das composições dos alunos ou das cópias por eles efetuadas, pode-se aproximar do agente mais importante no processo de ensino-aprendizagem. Obtêm-se os conteúdos das disciplinas por meio dos diários de classe, das ementas, do currículo ou dos livros didáticos, mas fica complicado saber como esse conhecimento está sendo passado, nesse contexto o caderno não retrata a realidade, mas oferece pistas e informações que garantem uma aproximação do que se propõe e do que é realmente colocado em prática dentro da sala de aula. Associados a outras fontes históricas, o caderno permite “[...] observar que conteúdos se ensinam e como se ensinam” (GVIRTZ; LARRONDO, 2008, p. 38).

Os cadernos não são apenas instrumentos de reprodução, mas também de produção. Neles, podem ser encontradas criações espontâneas dos alunos.

[...] nos cadernos resta pouco espaço para a livre iniciativa [...]. Isso não quer dizer que não ofereçam, algumas vezes, pistas pessoais e subjetivas do *eu* que escreve [...]. Aí está a perspicácia, a habilidade e

o ofício do historiador para rastreá-las, detectá-las e segui-las (VINÃO, 2008, p. 27-28).

O caderno tem sido, ao longo do tempo, um dos materiais mais utilizados pelo aluno e o acompanha durante toda a sua educação escolar. Por gerações e até os dias de hoje, o caderno continua bastante valorizado, e um documento com tal importância não pode ser negligenciado pelo pesquisador. Vinão (2008) esclarece como os cadernos escolares têm sido empregados como fonte histórica pelos pesquisadores. A partir daí, podem-se extrair as seguintes possibilidades de uso desse documento:

[...] como fonte para o conhecimento das imagens e representações sociais sobre a infância, a escola, a família e outros temas similares; como instrumento de aculturação escrita; como veículos transmissores de valores e atitudes ou um modo de doutrinação ideológica e política; como uma forma a mais de trabalho dos alunos, junto aos exercícios e folhas soltas. E, ainda, como meio para o estudo do currículo e das diferentes disciplinas e atividades escolares (distribuição do tempo e organização do trabalho em sala de aula, elaboração de uma tipologia de atividades e exercícios, avaliação destes etc.); [...]. Também, [...] despertou interesse o estudo de seus aspectos materiais (formato, dimensões, disposição dos espaços gráficos etc.), de sua iconografia (interior e capas, impressas ou realizadas pelo aluno) e de seus diferentes usos. Por último, [...] como fonte histórica em relação aos problemas (possibilidades e limites) que oferece como tal (VINÃO, 2008, p. 18).

Como se vê, a utilização do caderno como fonte de investigação pode ser muito enriquecedora, pois há diversas formas de ser trabalhado, e sua articulação com outros documentos propicia uma gama de olhares. Para esta pesquisa, foram coletados oito cadernos do arquivo pessoal de um ex-aluno da primeira turma, das seguintes disciplinas: 1ª série de Agricultura, as três séries de Zootecnia, 2ª série de Moral e Cívica, 3ª série de Indústrias Rurais e 1ª e 3ª séries de Biologia. Esses cadernos permitiram apreender uma parcela do cotidiano escolar dos alunos do Colégio Agrícola, mas necessitaram de complemento, pois há atividades que ocorrem no interior da sala de aula que não podem ser registradas por escrito. Para isso, este estudo se valeu das fontes orais⁴ dos egressos da primeira turma do curso Técnico em Agropecuária.

O cotidiano de uma instituição educativa é um acúmulo de comunicação, tomada de decisões e participação, cujas representações e memória apenas em parte ficam vertidas a escrito. [...] De facto, o cotidiano de uma instituição educativa fica representado por defeito

⁴ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia. Protocolo de Registro CEP/UFU 257/09 (cópia em anexo).

[...]. A história das instituições educativas [...] medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo [...]. Totalidade em organização e construção, uma instituição educativa não é estática, nem a percepção de conjunto se obtém a partir de uma única fonte ou de uma só vez. [...] É neste desafio hermenêutico que a memória vem em socorro do arquivo, pelo que à história oral cabe uma palavra fundamental (MAGALHÃES, 1999, p. 69)

A memória complementa a fonte escrita, pois nem tudo pode ser registrado, e a história das instituições escolares tem suas peculiaridades, tais como as atitudes, a forma como o conteúdo é aplicado em sala de aula, as intervenções, os métodos, as práticas, as relações sociais que se encontram na memória de cada agente social integrante daquela realidade. Em instituições de ensino profissionalizante, a aula prática é um exemplo disso, muitas vezes, elas não são registradas em cadernos, então, para saber como eram desenvolvidas, é necessário recorrer à fonte oral, quando há essa possibilidade. Como o Colégio Agrícola de Uberlândia funcionava em regime de internato, muitas experiências ocorridas fora do ambiente educativo também devem ser levadas em consideração. Todos os alunos passaram pelas mesmas experiências, mas cada um tem uma visão e uma forma de encará-las, isso faz com que os resultados sejam diferentes para cada indivíduo. Assim, interrogar esses alunos é uma forma de descobrir o que essa experiência representou em suas vidas.

A fonte oral também pode ser um caminho para a busca de outros documentos, o entrevistado tem condições de fornecer alguma informação que ainda não foi identificada em nenhum arquivo ou questões que ainda não tinham sido levantadas pelo pesquisador, e esses relatos oferecem pistas, novos caminhos e vieses que podem ser percorridos. Demartini (2002, p. 72) salienta:

A diversidade de fontes compreendendo documentos escritos, relatos orais e imagens tornam-se fundamental, especialmente pela riqueza que a complementaridade entre as mesmas pode permitir. Em vários estudos pudemos constatar como documentos escritos (livros, jornais, levantamento de dados em arquivos de instituições etc.) podiam nos levar aos informantes e ajudar na realização de entrevistas, mas os informantes com seus relatos levaram-nos também a novos documentos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores e à formulação de novas questões.

Como afirma Saviani (2007), as informações sobre o alunado é um aspecto importante para se reconstruir a história de uma instituição escolar. Para traçar a trajetória dos alunos do Colégio, foram aplicadas as entrevistas. Dos trinta e três

formando de 1972, traçamos a trajetória profissional de quinze, as informações de um deles foi retirada da internet e do restante dos egressos ocorreu por meio de entrevista. Levando-se em consideração o fato de três dos formandos já terem falecido, podemos dizer que 50% dos egressos não foram localizados. Dos quatorze entrevistados, sete moram fora de Uberlândia e para encontrá-los a pesquisadora participou de um evento que eles promovem a cada cinco anos para se encontrarem e manterem viva a amizade que criaram durante o colegial. Como a maioria mora em outras cidades, todos que estavam presentes na festa foram entrevistados, mas como havia músicas e conversas e como eles estavam em um momento de descontração a entrevista foi bastante sucinta abordando apenas tópicos importantes para a pesquisa. Os ex-alunos que residem em Uberlândia foram entrevistados em outras oportunidades o que possibilitou uma conversa mais longa com mais riqueza de detalhes sobre a experiência que viveram como pioneiros do Colégio Agrícola de Uberlândia. As entrevistas foram semiestruturadas, e o roteiro encontra-se em anexo.

Segundo Becker (2002), o caráter individual da história oral pode se constituir em um problema, o qual o historiador deve reconhecer e tomar as devidas precauções no trato com essas fontes:

[...] a história oral tem por natureza um caráter individual. Não se fala em nome de um grupo, mas em seu próprio nome. É mais ou menos o contrário do documento de história, que em geral tem caráter coletivo. Como materialmente é difícil interrogar um grande número de testemunhas, não raro o *corpus* corre o risco de ser demasiadamente limitado, seja em número, seja em representatividade (BECKER, 2002, p. 29).

Essa afirmação é uma realidade e um problema para o historiador que recorre a esse método. Apesar de Becker (2002) considerar o caráter individual da história oral como uma dificuldade, torna-se necessário buscar essa individualidade a memória do Colégio Agrícola de Uberlândia, pois os documentos escritos guardam os acontecimentos da vida de um grupo em um determinado contexto, que se reflete de forma diferente em cada indivíduo, pois cada um possui uma história de vida em particular e cada pessoa tem sua forma de apreender o mundo, ou seja, aquilo que os alunos viveram no Colégio teve resultados diferentes para cada um, apesar de todos terem vivenciado as mesmas experiências.

Concomitante ao levantamento das fontes documentais, a pesquisadora realizou o levantamento das fontes bibliográficas que serviram de embasamento, fundamentação

e interpretação da pesquisa. Para se realizar um estudo sobre a história das instituições escolares, algumas categorias de análise são essenciais, e os autores que a fundamentaram foram: Magalhães (1999); Sanfelice (2007); Nosella e Bufa (2006). As categorias que orientaram a análise desta pesquisa foram as seguintes: Origem: processo de criação e instalação do Colégio Agrícola de Uberlândia; Arquitetura: estrutura física do edifício escolar e organização dos espaços; Tempo e espaço: levando em consideração o contexto histórico e cultural em que a escola se inseria; Saberes: proposta curricular adotada, conteúdos escolares, práticas pedagógicas; Quadro docente: perfil dos professores, formação, procedência e forma de ingresso; Alunos: perfil discente, procedência, faixa etária, classe social a que atendeu e trajetória profissional.

A presente pesquisa foi estruturada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, é realizado um balanço historiográfico do contexto político, econômico e educacional que contribuiu para a criação do Colégio Agrícola de Uberlândia. Focaliza-se no setor primário da economia e na sua condição de atraso com relação à indústria. Surgem daí as discussões em torno da necessidade de formação de mão de obra qualificada para introduzir e manipular novas técnicas de produção. O contexto regional e local também foi abordado, para compreender as intenções da elite na fundação de uma instituição de ensino técnico agrícola de nível médio na cidade.

O Capítulo II apresenta: o processo de criação do Colégio Agrícola de Uberlândia a partir de uma breve abordagem de sua gênese por meio das discussões no seio da elite uberlandense e da imprensa, buscando revelar os motivos que levaram à fundação de uma escola de ensino técnico agrícola de nível médio no interior do estado de Minas Gerais; a construção do prédio, abarcando os debates em torno do atraso das obras e a dificuldade de recebimento de verbas; por fim, sua consolidação, expondo sua estrutura física para receber a primeira turma de Técnicos em Agropecuária.

O Capítulo III entra na instituição e trata de sua estrutura curricular e pedagógica, as disciplinas e os conteúdos ministrados; o quadro docente da instituição com seu perfil, formação, procedência e forma de ingresso; os alunos atendidos pelo Colégio, procedência, faixa etária, classe social e os motivos que os levaram a estudar no Colégio; e a trajetória profissional dos egressos da primeira turma.

CAPÍTULO I

COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA: CONTEXTOS NACIONAL, REGIONAL E MUNICIPAL DE SUA IMPLANTAÇÃO

Este estudo comporta uma dimensão regional, porém dentro de um cenário espacial e temporal mais amplo e com o intuito de romper as fronteiras culturais entre sociedades e regiões, faremos, neste capítulo, uma síntese da História do Brasil, abordando as políticas econômicas e educacionais adotadas pelos Governos, apresentando a situação da agricultura e as medidas adotadas para a sua melhoria, bem como a trajetória do ensino agrícola no País. É importante ressaltar que o estudo sobre uma instituição escolar não pode ser realizado somente num olhar para o seu interior, é fundamental uma análise no seu entorno, pois sua identidade está associada ao contexto em que se insere. Como afirma Sanfelice (2007, p. 78), “a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro”.

Posteriormente, seguiremos com a história da cidade de Uberlândia-MG, recorrendo sobre o contexto socioeconômico, político e cultural em que emergiu o Colégio Agrícola de Uberlândia, para compreender os aspectos que motivaram a criação desta instituição no referido município.

1.1. Políticas Econômicas e Educacionais dos Governos Brasileiros para o Setor Agrícola e para o Ensino Agrícola (1930-1960)

No início dos anos de 1930, a crise mundial, também denominada Grande Depressão, gerou um abalo nas estruturas políticas, econômicas e sociais brasileira. Nesse período, o País ainda possuía sua economia baseada em produtos primários de exportação, e a indústria era voltada, com maior importância, para responder às necessidades domésticas. Sua capacidade de importar foi atingida com a crise e foi

nesse contexto que se desenvolveu a industrialização substituidora como modelo econômico de desenvolvimento

[...] a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via da substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência (TAVARES, 1979, p. 41).

Nesse período, assistimos no cenário educacional a criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, em 1930, tendo como Ministro o Francisco Campos. A estrutura do ensino, até então, não havia sido organizada nos moldes de um sistema educacional e, com a Reforma empreendida por este Ministro, vimos, pela primeira vez, uma regulamentação ser imposta a todo o território nacional.

Foram estabelecidas as seguintes reformas: Reforma do Ensino Superior, mediante o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931; Reforma do Ensino Secundário, pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931; e Reforma do Ensino Comercial, segundo o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Como podemos perceber, o ensino primário e o normal ficaram marginalizados pela Reforma, também os demais ramos do ensino profissional, tanto o agrícola como o industrial, não foram regulamentados, mantendo a desarticulação destes com o ensino superior. Segundo Manfredi (2002, p. 95):

A política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre trabalho manual e o intelectual [...] um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas.

A Reforma Francisco Campos ficou centrada na regulamentação do ensino regular, permanecendo o ensino secundário como propedêutico ao ensino superior, separado dos cursos profissionalizantes.

O período em que vigorou a referida reforma foi marcado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse momento, o Brasil acumulou grandes saldos de moeda estrangeira resultante da queda do volume de importações imposto pelo conflito e do importante acúmulo de divisas. Assim, ao final da Segunda Grande Guerra, o país conseguiu recuperar sua capacidade de importar no nível dos anos que antecederam a crise. Segundo Tavares (1979), o crescimento da economia no pós-guerra apoiou-se

mais na expansão do setor exportador do que na substituição de importações, o que foi determinante no aumento das exportações dos produtos nacionais. Entretanto a

[...] liberalização das importações [...] iria dar lugar a constantes pressões sobre o balanço de pagamentos. Assim, uma vez esgotadas as reservas de divisas acumuladas no exterior durante a guerra, começaram a aparecer os primeiros *déficits* e a partir de 1948 o País entrou em regime de controle cambial (TAVARES, 1979, p. 71).

O controle cambial consiste na manutenção da taxa de câmbio e num controle sobre as importações, o País passou a priorizar as importações que pudessem colaborar com o fortalecimento do setor industrial de forma a valorizar os bens produzidos internamente.

No cenário da política nacional, vigorava a Ditadura Vargas, período denominado de Estado Novo (1937-1945), um regime político centralizado e autoritário. Nos três últimos anos do Estado Novo, foram criadas as Leis Orgânicas do Ensino, por iniciativa do novo Ministro Gustavo Capanema, que abrangeram todos os ramos do primário e do médio. Foram postos em execução os seguintes decretos:

- a) Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942;
- b) Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942;
- c) Ensino Comercial, Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

Após a queda de Vargas, durante o Governo Provisório, foram baixadas as Leis Orgânicas para os outros níveis de ensino:

- a) Ensino Primário, Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946;
- b) Ensino Normal, Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946;
- c) Ensino Agrícola, Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola foi a primeira legislação efetiva que vinculou esse ramo de ensino no sistema escolar brasileiro. Segundo o Decreto, o ensino agrícola estaria destinado essencialmente à preparação dos trabalhadores para a agricultura e suas finalidades seriam:

- Art. 3º - O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:
- 1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.

2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.

3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados.

Art. 4º - Ao ensino agrícola cabe ainda formar professores de disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços a esse ensino relativo, e bem assim aperfeiçoar-lhes os conhecimentos e competência (BRASIL, 1946).

De acordo com a organização prevista na Lei, o ensino agrícola passaria a envolver dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos de duração e, dentro de cada ciclo o ensino agrícola, se dividiria em cursos. De acordo com o Art. 7º, os cursos ficariam divididos nas seguintes categorias: Curso de Formação; Curso de Continuação; Curso de Aperfeiçoamento.

O Curso de Formação abrangia os dois ciclos do ensino agrícola, o ginásial e o colegial. O ciclo ginásial incluía os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola (de dois anos de duração cada um), sendo o segundo sequência do primeiro, e tinham a finalidade de preparar profissionais para executar o trabalho de operário agrícola qualificado e para o exercício de mestre agrícola, respectivamente (BRASIL, 1946).

No segundo ciclo, havia duas modalidades de curso de formação, os Cursos Agrícolas Técnicos (referentes ao ensino médio, com duração de três anos) e o Curso Agrícola Pedagógico (com um ano de duração, após o término do curso médio). Os cursos Agrícolas Técnicos formavam profissionais com funções de caráter especial na agricultura “em sete áreas, a saber: Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Prática Veterinária, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola” (WEREBE, 1968, p. 185).

O Curso Agrícola Pedagógico tinha a finalidade de formar pessoal docente para o ensino de disciplinas próprias ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola. Compreendia as seguintes modalidades de curso: Magistério de Economia Rural Doméstica, Didática do Ensino Agrícola e Administração do Ensino Agrícola (BRASIL, 1946).

O Curso de Continuação envolvia apenas o primeiro ciclo do ensino agrícola e estava destinado a habilitar jovens e adultos não diplomados para trabalhos simples no meio rural. O Curso de Aperfeiçoamento poderia ser ministrado no ginásio ou no colegial e tinha a finalidade de especializar trabalhadores diplomados.

De acordo como o Decreto 9.613/46, os estabelecimentos de ensino agrícola ficaram divididos em três categorias:

- a) Escolas de Iniciação Agrícola – para formar operários agrícolas;
- b) Escolas Agrícolas (Ginásios Agrícolas) – com cursos de iniciação e mestria;
- c) Escolas Agrotécnicas (Colégios Agrícolas) – com cursos técnicos agrícolas ou pedagógicos.

Estabelecimentos de Ensino	Ciclos		Cursos	Finalidade
Escola de Iniciação Agrícola	Ginasial (4 anos)		Iniciação Agrícola	Formar operários agrícolas
Escolas Agrícolas (1946 a 1964) Ginásios Agrícolas (1964 a 1978)	Ginasial (4 anos)	Formação	Iniciação Agrícola (2 anos)	Formar operários agrícolas
			Mestria Agrícola (2 anos)	Formar mestres agrícolas
		Continuação	-	Habilitar jovens e adultos não diplomados para trabalhos simples no meio rural
		Aperfeiçoamento	-	Especializar trabalhadores diplomados
Escolas Agrotécnicas (1946 a 1964) Colégios Agrícolas (1964 a 1978)	Colegial (3 anos)	Formação	Agrotécnicos (3 anos)	Formar técnicos agrícolas
			Agrícolas Pedagógicos (1 ano)	Formar docentes para atuar nas disciplinas de ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola
		Aperfeiçoamento	-	Especializar trabalhadores diplomados

Quadro 1: Distribuição dos estabelecimentos de ensino agrícola por ciclos e cursos.

Fonte: Brasil (1946).

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola garantiu a inserção desse ramo de ensino no sistema educacional brasileiro. Entretanto a rigidez e a falta de flexibilidade persistiam entre as várias áreas de ensino técnico e ensino secundário. O primeiro ciclo do ensino ginásial era propedêutico ao segundo ciclo colegial, e também aos segundos ciclos dos demais grupos. Contudo isso não ocorria com os primeiros ciclos do ensino profissional, que preparavam apenas para os seus respectivos segundos ciclos.

O acesso ao ensino superior ainda ficou muito restrito, até a implantação das Leis Orgânicas do Ensino, somente os concluintes do secundário tinham a possibilidade de se candidatarem aos exames vestibulares. Com a nova Lei, não houve grandes alterações, os egressos dos cursos profissionalizantes podiam candidatar-se apenas aos

cursos relacionados aos que haviam feito (MANFREDI, 2002). Esse quadro revela a permanência da sobreposição dos interesses dos grupos dominantes, caracterizados na liderança política responsável pela legislação do ensino.

Em 1951, presenciamos o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República. De acordo com Skidmore (1976), sua política concentrou-se na aceleração industrial, na diversificação da economia e no estreito relacionamento com os Estados Unidos, que ofereceu assistência técnica e empréstimos a longo prazo para o desenvolvimento econômico. Esse novo quadro de relações com os Estados Unidos se materializou na formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). O Governo brasileiro decidiu atacar os pontos de estrangulamento e reduzir as deficiências infraestruturais, assim, Vargas concentrou esforços na instalação e ampliação das indústrias de base, substituindo importações de petróleo e bens de capital (SKIDMORE, 1976). Em dezembro de 1951, mandou ao Congresso um projeto de lei para a criação de uma empresa petrolífera que ficaria com o monopólio da perfuração do petróleo. Em outubro de 1953, o Congresso aprovou a lei, com a fundação da Petrobrás, que instituiu o monopólio estatal da pesquisa, exploração e lavra do combustível.

Segundo Skidmore (1976, p. 127), “o Brasil beneficiara-se de um excedente de exportações [...]. Mas esse excedente decresceu em 1951, devido a um grande aumento nas importações: e se transformou em um déficit de exportação [...] em 1952”. Em 1953, a conjuntura econômica brasileira estava dominada pelo colapso cambial iniciado em 1952.

Ainda surgiu uma nova dificuldade, o Presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, foi substituído pelo republicano General Dwight Eisenhower, em janeiro de 1953, modificando o quadro das relações internacionais brasileiras. De acordo com Skidmore, estava claro que o novo Governo Norte Americano não financiaria os projetos que a CMBEU elaborasse e “decidiu, de início, reavaliar o alto nível de assistência pública assumido na política econômica externa de Truman” (SKIDMORE, 1976, p.153). Com o fechamento da CMBEU, Vargas compreendeu que pouco poderia esperar dos entendimentos com os Estados Unidos.

Para corrigir essa situação, o Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, executou, com a Instrução nº 70, de outubro de 1953, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), uma reforma que consistia em uma política cambial mais flexível:

Este sistema [...] não só permitiu comprimir o *quantum* de importações ao nível da capacidade de importar existente nesse ano, como tornou relativamente mais atraente a produção interna de uma série de produtos industriais básicos e matérias-primas cujo preço de importação em moeda nacional passou a subir consideravelmente (TAVARES, 1979, p.71).

A nova política cambial encareceu os bens de produção importados, o que estimulou a fabricação de similares nacionais, as importações seriam dirigidas para setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico de base, levando em consideração a potencialidade da indústria brasileira. Os pontos positivos dessa política cambial se basearam numa expansão industrial considerável e na melhoria no poder de compra das exportações.

Após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, tomou posse da Presidência da República o vice-presidente Café Filho. Esse período, que compreende os anos de 1955 e 1956, pode ser considerado como de transição, tanto política quanto econômica, segundo Tavares (1979).

Apesar de o Estado ter tido papel importante na expansão e consolidação da indústria, conclui-se que o desenvolvimento industrial alcançado nesse período foi motivado por estrangulamentos na economia mundial, que tiveram como efeito a redução das importações, o que gerou as oportunidades para o modelo de substituição no Brasil.

A política econômica desenvolvida por Juscelino Kubitschek (1956-1961) teve uma característica diferente dos governos anteriores. Nesse momento vemos a instalação de uma nova fase do processo de substituição de importações o qual se fundamentou em um projeto de orientação estatal, estabelecido em uma política econômica desenvolvimentista e industrializante que se consolidou num programa de metas setoriais. Apresentou, em janeiro de 1956, o Plano de Metas, que se tratava de um projeto de transformar o Brasil numa nação industrializada o mais breve possível, prometendo cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo.

De acordo com Skidmore (1976), Kubitschek avaliou, desde o início, que o êxito de seu programa de desenvolvimento dependia de uma relação mais próxima com os Estados Unidos e seus investidores privados, e a possibilidade de conseguir uma alta taxa de investimentos estava vinculada à entrada de capital estrangeiro privado. Com a abertura da economia para o capital estrangeiro, vê-se, nesse período, “a instalação de

algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital” (TAVARES, 1979, p. 72).

Esse período também foi marcado pelo aumento da participação do Governo nos investimentos. A necessidade de recursos demandados pela política desenvolvimentista de Kubitschek e baixa rentabilidade determinaram que uma série de setores – transporte, geração de energia, matérias-primas e insumos básicos – caíssem sob a responsabilidade direta do setor público. De acordo com Lessa (1981, p. 100), “O velho sistema administrativo brasileiro, herdado do Estado liberal, rígido, anguloso e inflado de preconceitos, não apresentava a necessária plasticidade face a exigência de novos comportamentos”. Para países que começaram tardiamente seu processo de industrialização, tornara-se necessária a presença do Estado na economia.

A política econômica do Plano de Metas tinha como principal objetivo o desenvolvimento industrial. O desequilíbrio monetário e o problema inflacionário ficaram em situação subordinada, ou seja, a superação do desequilíbrio não constituía meta maior nos planos de transformação da economia (LESSA, 1981). Foram tomadas algumas providências de estabilização, mas de modo que não comprometesse a continuidade dos planos de industrialização. Em 1958, foi anunciado um plano de estabilização econômica, tomando como principais medidas a política de controle direto dos preços, a contenção salarial e a manutenção das taxas de câmbio.

O processo de substituição de importações teve o seu auge no Governo de Juscelino Kubitschek, e o ritmo de desenvolvimento nesse período foi mais acelerado que nos anteriores. Além da instalação de empresas multinacionais e da expansão de várias indústrias básicas, houve a criação da nova capital brasileira edificada no interior do país. A idealização de Brasília data de 1823, com José Bonifácio, desde então, todos os governos tangenciaram a mudança da capital, mas somente com Kubitschek esse empreendimento foi posto em prática.

Entretanto, ao lado das conquistas, veem-se também consequências contraditórias e negativas geradas pela política do Plano de Metas. Segundo Carlos Lessa (1981), a evolução da economia acentuou os desníveis setoriais, regionais e sociais ao excluir do desenvolvimento econômico o setor primário, as regiões menos desenvolvidas do país e a maioria da população.

O setor agrícola, apesar de ter apresentado uma taxa de expansão razoável, [...] permaneceu, ao menos em termos globais, com a sua estrutura inalterada. Com efeito, o crescimento da agricultura entre 1950 e 1960 deveu-se menos ao aumento dos rendimentos médios dos cultivos do que à incorporação de novas áreas. Essa ampliação da margem extensiva de cultivo, realizada sob o impulso da expansão do mercado urbano, foi levada a cabo basicamente com as mesmas funções de produção, isto é, sem uma absorção do progresso tecnológico similar à o setor secundário (TAVARES, 1979, p. 104).

O setor primário da economia permanecia com suas técnicas rudimentares de produção, o aumento da produtividade verificado nesses anos ocorreu devido ao processo de urbanização, mas não se comparava à produtividade da indústria, que se expandia rapidamente.

Com relação ao setor primário, o Plano de Metas não criou planos específicos para sua melhoria e modernização, este setor foi apenas citado no programa. Quando Kubitschek chegou ao poder, encontrou a agricultura num estado relativamente favorável, devido a crescente demanda do setor urbano-industrial. Entretanto o desenvolvimento tecnológico do setor ainda era limitado e permanecia nas condições tradicionais de exploração, o que dificultava o aumento da produção. O Programa de Metas não sentia a ampliação da produtividade agrícola como um imperativo para o desenvolvimento do sistema

[...] como resultado deste pensamento, o ‘Programa de metas’ [...] teve seus investimentos nos meio de transporte, em armazenamento e em outras facilidades de comercialização como principal instrumento para a agricultura (SMITH, 1975-1983, p. 220).

Segundo Smith, a política para o setor agrícola proposta pelo programa foi a de melhoramento da comercialização, privilegiando a remoção dos pontos de estrangulamento e a melhoria da infraestrutura, principalmente na construção de armazéns, na ampliação e pavimentação das rodovias, tornando-as transitáveis o ano todo, e na modernização da frota comercial.

A maioria dos pontos de estrangulamento foi eliminada do Centro-Sul do Brasil, em grande parte através de investimentos públicos em estradas e facilidades de armazenamento, e também pela expansão, por companhias particulares, das facilidades de comercialização [...]. A grande expansão e o melhoramento da rede de estradas, não apenas reduziu os custos diretos de transporte, mas também tornou possível a descentralização da comercialização de vários produtos alimentícios para longe dos centros comerciais mais favoritos (SMITH, 1975-1983, 220-221).

Lessa (1981, p. 85), aponta que “a conclusão do Plano de Metas, de certa forma, coincide com a finalização do longo processo de diversificação industrial atravessado pela economia brasileira pelo contexto do modelo de substituição de importações”, que teve início há três décadas. Esse modelo entrou em estagnação em razão do surgimento de uma nova crise de divisas motivada pelo aumento da demanda por matérias-primas e outros insumos não produzidos no mercado interno, assim, surgiu a necessidade do engajamento de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

1.2. Políticas Econômicas e Educacionais dos Governos Brasileiros para o Setor Agrícola e para o Ensino Agrícola (1960-1970)

A respeito da educação, presenciamos, já no Governo de João Goulart (1961-1963), a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Desde as Leis Orgânicas do Ensino, em 1942, até a LDB, foram implementadas algumas leis com o intuito de amenizar a dualidade do ensino, tal como a Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950, que garantiu aos estudantes que concluíssem o curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial e agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico, desde que prestassem exame das disciplinas que não haviam sido estudadas nos cursos técnicos, mas que constavam no primeiro ciclo do curso secundário. A lei também assegurou aos egressos do curso técnico comercial o direito à matrícula nos cursos superiores (BRASIL, 1950).

Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que estabeleceu a equivalência entre os diversos cursos de grau médio, possibilitando aos concluintes dos cursos técnicos o ingresso no nível superior, desde que prestassem exames vestibulares das disciplinas do secundário que não constavam nos cursos técnicos (BRASIL, 1953).

Com relação ao ensino primário, a LDB 4.024/61 manteve a estrutura contida na Lei Orgânica de 1946, a qual estava dividida em: educação pré-primária (maternal e jardim de infância para crianças de até 7 anos de idade); e ensino primário (de quatro a seis anos de duração). Quanto ao curso normal, ficou estabelecido que a escola normal de grau ginásial formasse o regente primário e a de grau colegial, o professor primário (BRASIL, 1961).

A LDB trouxe para o ensino técnico-profissional uma inovação fundamental, a equivalência entre os cursos técnicos e secundários de nível médio, assegurando, também, aos primeiros o direito ao acesso ao ensino superior. A denominação “Ensino Médio” garantiu a equivalência entre o secundário e os diferentes ramos do ensino técnico (industrial, comercial e agrícola).

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 44. § 1º o ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo (BRASIL, 1961).

Como se percebe, a nova LDB conferiu “tratamento igualitário [...] aos diversos ramos do ensino médio, abolindo a discriminação contra o ensino profissional que marcou as leis orgânicas do ensino herdadas do Estado Novo” (SAVIANI, 2007, p. 305).

Pela primeira vez, foi estabelecido um currículo comum entre os diferentes ramos de ensino médio. Assim, a LDB inovou, ao instituir as mesmas disciplinas obrigatórias nas duas primeiras séries do ginasial, oferecendo conhecimentos de cultura geral também aos alunos dos cursos técnicos.

Art. 35 Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias (BRASIL, 1961).

As duas últimas séries do primeiro ciclo do ensino técnico teriam, além das disciplinas específicas, quatro do ciclo ginasial secundário, sendo uma optativa. Com relação ao ciclo colegial, temos: Art. 49. § 2º, pelo qual o 2º ciclo incluiria, além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa. O currículo do ciclo colegial do ensino agrícola será aprofundado no primeiro tópico do capítulo três.

Outra inovação no ensino agrícola ocorreu em 1961 com a criação do sistema Escola-Fazenda. Seu objetivo era o de capacitar os educandos com os conhecimentos e habilidades necessários para se tornarem profissionais qualificados no setor agrícola. O seu trabalho consistia em

[...] um processo de ensino, que se fundamenta prioritariamente no desenvolvimento das habilidades e destrezas imprescindíveis para a fixação dos conhecimentos recebidos nas aulas teóricas, visando

ainda, com intuito de motivação, uma remuneração justa pelos trabalhos realizados (CENAFOR, 1970, p. 50).

Os alunos eram preparados pela teoria e pela prática, para exercer as funções no meio rural, tendo uma vivência das necessidades e dos problemas agropecuários e aprendendo a utilizar as melhores técnicas para solucioná-los. O sistema Escola-Fazenda deu sua parcela de contribuição para o ensino técnico agrícola brasileiro, pois era implantado dentro das Escolas Agrícolas.

A LDB 4.024/61 teve suas discussões iniciadas em 1948, durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), quando foi restabelecida a democracia no Brasil e promulgada uma nova Constituição, que colocou como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Os debates giraram em torno da descentralização do ensino, defendida pelos renovadores, e a centralização, apoiada pelos católicos conservadores. A defesa pela escola pública, universal e gratuita também foi motivo de conflito, pois a Igreja católica “interpretou que universalizando a escola pública e gratuita, ela se estenderia a todos [...] e não haveria espaço para outro tipo de ensino” (SAVIANI, 2007, p. 288). Esse debate se estendeu por 13 anos, sendo a lei votada apenas em 1961.

O contexto político e econômico no qual emergiu a primeira LDB ocorreu no Governo de João Goulart, que estabeleceu, como forma de subsidiar suas ações, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social - 1963/1965. Seu Governo sofreu o impacto da conjuntura em que vivia o Brasil, e o processo inflacionário e a desaceleração do crescimento foram dois fenômenos presentes no contexto dessa política econômica. Como forma de superação desses dois fatores, o Plano buscou reduzir o ritmo da inflação sem deixar de investir no crescimento econômico. Vemos, portanto, “[...] o deslocamento do núcleo de preocupações da política econômica da anterior incontestemente prioridade com o desenvolvimento industrial para a atenuação do processo inflacionário” (LESSA, 1981, p. 123).

A ação do Governo pautava-se em dois objetivos fundamentados para a mesma finalidade: manutenção do nível das importações, evitando o aumento da dívida externa; e política de câmbio realista, para equilibrar a balança de pagamentos. Com relação às importações, Lessa (1981) assegura que não houve programa algum de contenção, o que ocorreu foi um desdobramento das importações por produtos (trigo e derivados de petróleo) e não por áreas como aconteceu na política anterior.

Concomitantemente ao Plano Trienal, eram empreendidas as Reformas de Base. João Goulart acreditava que somente por meio dessas reformas que a economia voltaria a crescer e as desigualdades sociais diminuiriam. Estas medidas incluíam as reformas agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional.

O Plano Trienal considerava importante o papel desempenhado pelo setor agrícola. Em fins da década de 1950, houve um forte aumento dos preços dos produtos primários, esse aumento, argumenta Gonçalves Neto (1997, p. 124) era:

[...] resultado do crescimento da demanda por produtos primários oriunda da industrialização/urbanização da sociedade brasileira e da rigidez da oferta do setor agrário. Teria sido transferida para o setor rural, desta forma, boa parcela da renda gerada no setor industrial, dificultando o aprofundamento deste processo de industrialização.

O aumento dos preços culminou em uma crise de abastecimento em 1962. “De repente a agricultura tornou-se um ‘setor de estrangulamento’, a prioridade número um do Plano Trienal de 1963” (SMITH, 1975-1983, p. 239). O propósito do Plano se concentraria no crescimento do setor agrícola de forma a reduzir as pressões inflacionárias, na expansão da produção de alimentos e na melhoria das técnicas de exploração da terra que ocorreria com a modernização do setor. As medidas adotadas pelo Governo para a execução desses objetivos foram: a ampliação de crédito aos agricultores e a ativação dos preços mínimos.

Segundo Smith (1975-1983), no início da década de 1950, somente 18% dos investimentos derivavam de fontes institucionais, o restante provinha de fontes privadas. Esses baixos índices de investimentos eram resultantes da falta de crédito concedido aos agricultores. A partir de então, as políticas empreendidas pelos governos tomaram como instrumento o aumento do volume de empréstimos de bancos oficiais, e esta ênfase tornou-se mais significativa entre os anos de 1960 e 1965. O sistema de crédito rural tinha como intuito dar apoio ao processo de modernização agrícola que implicaria a maior entrada de máquinas e insumos modernos para o setor primário.

Apesar do esforço empreendido, o sistema de crédito agrícola apresentou algumas falhas. Paiva (1975-1983) avalia que as causas concentravam-se, principalmente, nas dificuldades de obtenção de financiamento, devido à ausência de agências do Banco do Brasil em muitos municípios do interior e também pela quantidade de provas e documentos exigidos no processo.

O programa de preços mínimos foi criado em 1951, mas foi implantado efetivamente só em 1962, após a crise da oferta de alimentos, e se estendeu até o Governo Castelo Branco (1964-1967). De acordo com Gonçalves Neto (1997, p. 181):

A política de garantia de preços mínimos, tem como objetivos fundamentais a estabilização dos preços e do nível de renda dos produtores, que funcionam sob o sistema de risco e incerteza, ou seja, sujeitos a variáveis que escapam ao controle.

O risco e a incerteza reduzidos deveriam estimular a produção e incentivar o uso de novas técnicas pelos agricultores. Os preços eram instituídos para todo o País, e descontados do produtor os custos com transporte e outras operações referentes à entrega do produto.

Os autores Gonçalves Neto (1997), Paiva (1975-1983) e Smith (1975-1983), concordam que os resultados da política de preços mínimos não foram satisfatórios em decorrência dos seguintes fatores: os preços oferecidos em pouco se diferenciavam dos praticados pelo mercado; o número de agricultores atingidos era muito pequeno; havia ainda, dificuldade para a obtenção de financiamento; insegurança dos agricultores com relação à garantia; falta de conhecimento e instrução sobre as operações; entraves burocráticos.

As projeções do Plano eram otimistas, mas não obtiveram êxito devido à divergência que havia entre as propostas de estabilização e as políticas de reforma de base. Os preços continuavam a subir mais depressa do que fora esquematizado no Plano Trienal, o que contribuía para um aumento no custo de vida. As falhas do Plano Trienal se encontravam desde sua formulação, em vista da carência de um diagnóstico da conjuntura econômica brasileira e do estabelecimento de prioridades.

[...] os incipientes movimentos diversionistas da política de desenvolvimento, verificados no último triênio, não resultam de uma decisão consciente e assumida face a um diagnóstico profundo da etapa em que se encontra a economia. Muito pelo contrário, resultam de limitadas motivações de várias naturezas, não inspiradas por uma definição global de desenvolvimento brasileiro (LESSA, 1981, p. 139).

A política econômica implementada no Governo de João Goulart enfrentou, desde o início, forte oposição. A crise econômica e o aprofundamento da crise política criaram as condições para o golpe.

A política econômica do Regime Militar foi norteadada pelo Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), executado na liderança de Castelo Branco (1964-1967), que tinha como prioridade o combate à inflação. De acordo com os economistas da época, a inflação só poderia ser sanada por meio da diminuição da demanda agregada. Essa medida visava acelerar a acumulação de capital por meio da redução do desequilíbrio orçamentário, controle da expansão monetária e contenção dos reajustes salariais (SKIDMORE, 1988). Para tanto, fora utilizado o poder autoritário para comprimir os salários dos trabalhadores e reprimir os movimentos sindicais, garantindo a disciplina do trabalho. “A política de compressão salarial alterou substancialmente a distribuição funcional da renda em favor dos lucros das empresas que tinham melhores condições de sobreviver [...]” (TAVARES, 1981, p.171). Mas, ao mesmo tempo em que aliviou as empresas no que se refere aos custos, retirou dos trabalhadores a única forma de obter melhorias relativas na distribuição de renda nacional.

O diagnóstico feito pelo Paeg com relação à situação da agricultura, era similar ao do Plano Trienal, pois ambos acreditavam na reforma agrária como solução para o problema do atraso do desempenho da agricultura, “o plano reconhece [...] como obstáculo à inovação, a profunda disparidade na distribuição da terra no Brasil, o já conhecido problema da estrutura agrária” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 128). Para a regulamentação da reforma agrária, o Governo criou o Estatuto da Terra, Lei nº 4.054, aprovada em 30 de novembro de 1964, que fixava um imposto sobre os grandes proprietários, para forçá-los a usar suas terras produtivamente, ou vendê-las. Entretanto essa lei nunca saiu do papel.

Para o Paeg, a agricultura se encontrava em situação desfavorável com relação à indústria e essa condição retardatária poderia comprometer todo o processo de desenvolvimento da economia. As principais medidas adotadas pelo governo para a modernização do setor foram: os subsídios para o uso de insumos modernos, a expansão do crédito rural e o programa de formação e treinamento, neste propósito, pela primeira vez a educação agrícola foi colocada como condição necessária para a modernização do setor primário.

Na década de 1960, o principal instrumento utilizado para o incentivo ao maior uso de insumos modernos foi o de empréstimos subvencionados. Em 1966, foi criado o Fundo para Incentivo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suprimentos Minerais (Funfertil), a partir de então, foram introduzidos subsídios diretos para o uso desse

insumo. “Este fundo operava, principalmente, através de juros especiais nos empréstimos bancários para a compra de fertilizantes” (SMITH, 1975-1983, p. 225).

O incentivo ao crédito rural, durante o Governo de Castelo Branco, tinha como objetivo:

[...] ampliar, ainda que de forma compulsória, a participação dos bancos privados na responsabilidade do financiamento agropecuário [...]; promover a modernização do setor agrário, pelo estímulo ao uso de novas tecnologias, insumos e planejamentos, atrelados aos contratos de crédito rural (GONÇALVES NETO, 1997, p. 161).

A lei conseguiu atingir seu objetivo no que se refere ao aumento dos recursos arrecadados para o setor agropecuário. Porém algumas dificuldades permaneciam, tais como: a discriminação com relação ao tipo de clientela; o privilégio aos produtos de exportação ou que substituíssem importações; e as regiões Sul e Sudeste eram os maiores beneficiários.

O Paeg considerava que a ausência de escolaridade era um dos importantes fatores que impedia a modernização agrícola, pois evitava a introdução de novas tecnologias no meio rural. Era necessário qualificar esse trabalhador para o uso de máquinas e técnicas modernas de produção. Para isso, seria ampliado o serviço de extensão rural, que, além de ser um processo de educação informal para os produtores rurais, ainda era uma forma de difusão dos conhecimentos técnicos.

A primeira experiência referente à extensão rural no Brasil ocorreu em Minas Gerais, com a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), criada em 1948. Posteriormente, outras associações foram surgindo pelo País, culminando no desenvolvimento da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), que coordenava o trabalho das Acars. No final dos anos de 1960, a Abcar era o único instrumento de extensão rural em nível federal. Seu objetivo era treinar líderes na comunidade para ensinar os demais, mas seu espaço de abrangência era relativamente limitado. Smith (1975-1983) assinala que o número total de participantes não era maior que 1% das pessoas ativas na agricultura.

O Paeg foi um plano bem sucedido, pois reduziu de fato a inflação, embora em dimensões inferiores às que ele próprio havia pronunciado. As reformas financeiras e a estabilidade proporcionaram ao país o início de um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como “milagre econômico” (1967-1973).

O Governo de Marechal Costa e Silva (1967-1969) publicou, alguns meses após sua posse, as diretrizes gerais de política econômica, que se tornou o Plano Trienal para o período de 1968 a 1970. Os objetivos do Plano consistiam na aceleração do desenvolvimento econômico e na contenção da inflação, os quais seriam atingidos por meio do:

[...] fortalecimento da empresa privada; estabilização gradativa do comportamento dos preços; responsabilidade do Governo na consolidação da infra-estrutura; expansão das oportunidades de emprego; fortalecimento e ampliação do mercado interno (ALVES; SAYAD, 1975, p. 93).

Uma das partes que compunham o Plano era o Programa Estratégico de Desenvolvimento (Ped). Para dar início às suas estratégias de desenvolvimento, o Ped preocupou-se, a princípio, com as causas, os motivos que levaram à crise de abastecimento que ocorria desde 1962. O esgotamento do processo de substituição de importações foi o principal motivo do surgimento de uma crise após duas décadas de rápido crescimento. Esta redução das oportunidades de substituir importações acarretou o crescimento do processo inflacionário e um aumento da participação do setor público na economia, que conseqüentemente, “conduziram à prematura retração das taxas de crescimento do produto nacional [...], a uma rigidez ou inflexibilidade do sistema responsável pela não-continuação do crescimento dentro de novos padrões” (Ibid., p. 97).

Para o Ped, o principal obstáculo para o desenvolvimento industrial era o estreitamento do mercado, e, com o esgotamento do processo de substituição de importações, era necessário criar novas estratégias para o crescimento econômico. Segundo Alves e Sayad (1995), o Plano traçou as estratégias a longo prazo a partir dos obstáculos impostos ao setor industrial, tais como: a pequena quantidade de mão de obra absorvida pelo setor secundário devido à baixa qualificação, o lento crescimento do setor agrícola e a má distribuição de renda, que impedia a expansão do mercado consumidor.

Tratando apenas do problema do lento crescimento da agricultura, o Ped diferenciou-se dos programas anteriores, pois não se baseava em um projeto de intenções modernizantes arbitrárias para o setor rural, nele, estavam explicitados os projetos prioritários destinados à elevação da produção e da produtividade agrícolas, bem como os instrumentos de sua implementação. O Ped se concentrou em entender as

causas para encontrar soluções que atingissem diretamente o problema do setor primário. “No caso do PED, foi instalado um Sistema de Acompanhamento das medidas propostas, cuja atuação, ainda desconhecida, garante ao Plano uma distinção em relação às experiências anteriores” (ALVES; SAYAD, 1975, p. 108).

Foi estabelecido um conjunto de programas governamentais integrados num sistema de apoio à transformação tecnológica da agricultura, que incluíram o programa de desenvolvimento da pesquisa e extensão agrícola, a política nacional de mecanização e o incentivo à industrialização do meio rural. Nesse período, as exportações agrícolas brasileiras cresceram razoavelmente.

Nessas circunstâncias, os governos militares colocaram a educação a serviço dos interesses econômicos. Nesse sentido, o governo tentou “estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção” (GERMANO, 2005, p. 105). A educação passou a ser tratada como capital, pois se acreditava em uma analogia entre a produtividade do capital e a educação. A melhor capacitação do trabalhador aparecia como fator de aumento de produtividade e, portanto, a qualidade da mão de obra obtida, graças à formação escolar e profissional, reforçaria a capacidade de trabalho e de produção.

A intenção do governo era a de reorganizar o ensino médio, a fim de que ele profissionalizasse e qualificasse a mão de obra reivindicada pela expansão econômica. Esse plano culminou na Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tornou compulsório o ensino profissionalizante no segundo grau.

Além da intenção de especializar a mão de obra voltada para a indústria, os governos militares também se preocuparam com a formação de profissionais para atuar no setor primário da economia. Acreditava-se que as formas arcaicas de produção ainda existentes no setor agrário resultavam da falta de qualificação dos trabalhadores, que não tinham capacitação para utilizar técnicas modernas. Houve um apoio, no período do governo Castelo Branco, para o programa de extensão rural, como forma não só de educação do produtor rural, como também de difusão dos conhecimentos técnicos.

No ano de 1965, fora baixada a instrução nº 174, para a composição do currículo do Ensino Técnico Agrícola, tomando em consideração o texto da LDB 4.024/61 e da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. A Lei definia que o primeiro e o segundo ciclos do Ensino Técnico Agrícola passariam a denominar-se Ginásio Agrícola e Colégio Agrícola.

Os Ginásios Agrícolas deveriam ministrar disciplinas obrigatórias de cultura geral (Português, Matemática, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil e Ciências), disciplinas optativas (desenho e uma língua estrangeira) e disciplinas de cultura técnica (NOBREGA, 1969).

Os Colégios Agrícolas, com três anos de duração, poderiam ministrar os seguintes cursos: Técnico Agrícola; Técnico de Indústrias Agropecuárias; Técnico de Economia Doméstica rural. Continham disciplinas de cultura geral obrigatória (Português, Matemática, História e Ciências Físicas e Biológicas), práticas educativas (Educação Física, Educação Doméstica, Educação Artística e Educação Cooperativista), e práticas vocacionais ou “ensino agrícola” (Ibid.).

As necessidades no meio rural se intensificavam a cada dia, mas a disponibilidade de profissionais qualificados ainda era ínfima. A infraestrutura física e material solicitada pelas escolas agrícolas implicava investimentos elevados o que tornava mais difícil a sua implantação em todo o território nacional.

Via-se uma tendência em se construir escolas agrícolas de segundo grau em regiões que apresentassem maior nível de expansão tecnológica e, conseqüentemente, maior urbanização. As regiões onde predominava o trabalho rural, com baixa produtividade da terra, não receberam o mesmo incentivo. Segundo pesquisa realizada pelo Cenafor na década de 1960, “mais de 60% das unidades de ensino agrícola localizam-se em municípios com população predominantemente urbana” (CENAFOR, 1975, p. 27). Isso ocorreu pelo fato de os investimentos aplicados nessas instituições deverem reverter-se em resultados para a economia do país e as regiões onde predominava a grande propriedade com baixo aproveitamento da terra não era vantajosa para o governo.

Verificou-se, anteriormente, que a industrialização logrou relativo desenvolvimento impulsionado pelo modelo de substituição de importações instalado a partir da crise mundial da década de 1930. Observou-se, desde então, um rápido crescimento econômico sendo esse setor o principal responsável. Nos períodos anteriores à crise, a economia brasileira baseava-se, especificamente, em produtos primários de exportação, mas, com a entrada do novo modelo econômico, o setor primário perdeu posição com relação ao processo de industrialização.

A perda de posição relativa do setor primário ao longo do processo de industrialização é particularmente visível na agricultura de exportação que, no modelo anterior de desenvolvimento, carregava boa parte dos

recursos financeiros internos e externos e utilizava um sistema relativamente desenvolvido de comercialização e de intermediários financeiros [...] (TAVARES, 1979, p. 132).

Na verdade, o setor agrícola não perdeu sua importância no processo de desenvolvimento, o que ocorreu foi uma supervalorização da indústria, que o colocou em plano secundário no interior das políticas econômicas brasileiras. Apesar de se constatar a dependência da indústria com relação à atuação da agricultura – tanto para o fornecimento de matérias-primas quanto de alimentos para a população urbana –, esse setor permaneceu marginalizado no que se refere aos planos de melhoria e modernização do campo. As transformações evidenciadas na estrutura produtiva, no novo modelo, restringiam-se, praticamente, ao setor industrial, enquanto o setor primário não sofreu significativas modificações.

Para que o setor agrário continuasse desempenhando o seu papel com êxito, tornava-se necessário que acompanhasse o desenvolvimento da indústria, para suprir a demanda do mercado interno e externo. Entretanto, o que se viu foi uma série de elementos que o mantiveram em nível abaixo e em atraso, se comparado ao processo de industrialização. Ruy Miller Paiva (1975-1983) chama a atenção para cinco elementos que considera como os males que impediam a melhoria do setor agrícola: o uso de técnicas tradicionais; estrutura defeituosa na organização das propriedades agrícolas; comercialização ineficiente dos produtos agrícolas; limitação do mercado consumidor; e adoção de políticas agrícolas conflitantes.

A maioria dos agricultores ainda mantinha técnicas arcaicas de produção e, para obter um aumento da produtividade, era preciso o uso de maior número de máquinas, de insumos e adoção de melhores práticas agrícolas. Porém, além dos insuficientes recursos financeiros, havia também a falta de qualificação do trabalhador rural para o manuseio das técnicas modernas de produção. A maneira de solucionar esse problema estava na implantação de uma política educacional direcionada para a formação técnica para o setor rural, mesmo o Brasil sendo um país agrícola, o ensino voltado para este setor estava sempre relegado a segundo plano.

A divisão irregular da propriedade agrícola, também era um entrave para o desenvolvimento desse setor, pois levantava a questão do melhor aproveitamento das terras cultiváveis. O predomínio do latifúndio estava presente nesse período, “um pequeno número de propriedades cobrindo uma área enorme do território nacional e

também um grande número de pequenas propriedades cobrindo área muito pequena desse território” (PAIVA, 1975-1983, p. 176). O maior problema era que essa abundância de terra era mantida, em parte, sem ser cultivada.

O afastamento espacial, a dificuldade de transporte, as condições precárias das estradas complicavam a comercialização dos produtos agrícolas, tornando-os mais caros e ampliando as diferenças entre os preços recebidos pelos intermediários e os pagos pelos consumidores finais. A limitação do mercado consumidor também assumia um entrave na modernização do setor agrícola. Era indispensável a absorção do excedente de mão de obra agrícola para o setor urbano-industrial a fim de ampliar o mercado consumidor, pois a maioria da população ainda residia na zona rural.

Em razão do curto período de mandato presidencial a política econômica brasileira visava resultados a curto prazo com relação aos problemas agrícolas, por isso, existia uma tendência na escolha por programas que atingissem resultados mais imediatos e nem sempre essas políticas abrangiam todos os envolvidos, pois elas refletiam a estrutura de poder. Gonçalves Neto (1997, p. 143) nos alerta que:

[...] quando se fala do planejamento do setor agrário é a necessidade de se compreendê-lo sempre dentro de um determinado contexto sociopolítico. [...] as decisões políticas não são tomadas numa atmosfera de neutralidade e correspondem às posições que ocupam os agentes sociais no interior da sociedade.

Desde a implantação do Programa de Metas, o setor industrial ganhou preferência nas políticas econômicas brasileiras. A partir dessa época, a agricultura ficou cada vez mais subordinada à indústria instalada no País, pois crescia a necessidade de utilização de máquinas e de insumos modernos produzidos por este setor.

1.3. Do Brasil para o Município de Uberlândia-MG (1940-1960)

Sendo o Colégio Agrícola de Uberlândia o objeto de pesquisa desta dissertação, considera-se importante uma contextualização da cidade onde essa escola está situada, Uberlândia-MG, para a compreensão das motivações que levaram o Ministério da Agricultura e os governos da época a construir esse tipo de instituição em um município do interior de Minas Gerais.

Com relação à educação em Minas Gerais, percebe-se, desde realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, em 1903 até o ano de 1918, uma preocupação com a educação básica para o trabalho. O ensino agrícola era visto como um meio de reter o trabalhador no campo e evitar ou, pelo menos, amenizar o êxodo rural que vinha ocorrendo. O ensino agrícola era destinado à instrução de trabalhadores adultos. A intenção do estado era de:

[...] expandir o ensino primário e de criar estabelecimentos de aprendizagem agrícola – fazendas-modelo e campos de experiência e demonstração – que se somavam ao serviço de instrutores ambulantes na divulgação de novas técnicas e no uso da mecanização (DULCI, 1999, p. 51).

No Governo de Artur Bernardes (1918-1922), ocorreu uma valorização do ensino médio e superior que, até então, estava a cargo da iniciativa privada. Manteve-se a preocupação com o ensino elementar, mas o foco agora estava na formação de mão de obra qualificada para o setor agropecuário. Esta exigência foi atendida com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, inaugurada em 1926. De acordo com Dulci (1999, p. 52), a Escola de Viçosa representou “um grande salto no rumo da modernização do campo, pretendida pelo projeto de diversificação produtiva”. Seu objetivo era a renovação do campo, tanto nos aspectos técnicos quanto nos socioculturais.

Até os anos de 1940, predominou a política econômica de diversificação agrícola como estratégia de solução dos problemas financeiros que Minas Gerais enfrentava. Na década de 1920, houve um surto da cafeicultura cuja renda proporcionou a construção de rodovias e a reforma do ensino público. A partir de 1930, viu-se um crescimento da pecuária e do cultivo de cereais. A indústria siderúrgica também apresentou um avanço, pois já havia instalado no estado duas empresas siderúrgicas (a Belgo-Mineira e a Ferro Brasileiro), que propiciaram a substituição de importações de ferro e aço no período pós-crise.

Na década de 1940, a atenção estava voltada para a expansão industrial, o conflito mundial impôs barreiras à continuidade do processo de diversificação da agricultura que vinha se conferindo no estado até o momento, o que estimulou a introdução de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Segundo Dulci (1999), outro fator que influenciou na alternativa pela expansão industrial mineira foi a baixa oportunidade de emprego no setor urbano: “os egressos do campo se dirigiam a outras

partes do país em busca de trabalho. [...] A perda constante de população envolvia implicações econômicas, sociais e políticas que não podiam ser ignoradas” (Ibid., p. 72). Dessa forma, o Governador Benedito Valadares Ribeiro (1933-1945) buscou incentivar a industrialização como forma de gerar emprego e diminuir a migração desses trabalhadores para outros estados.

A principal medida adotada em Minas Gerais foi a criação do Parque Industrial, mais tarde, denominado Cidade Industrial, instalada na cidade de Contagem, próxima à capital mineira. Posteriormente, esse projeto se estendeu para outras cidades, inclusive o município de Uberlândia foi beneficiado com a criação de uma Cidade Industrial no ano de 1965. Outro elemento que mereceu atenção, para que o desenvolvimento da indústria ocorresse de maneira satisfatória, foi a questão energética.

A carência de energia emergiu como forte obstáculo à industrialização regional, e para superá-lo não se podia contar apenas com o regime prevalecente de concessões a particulares. Por isto, os anos 40 foram assinalados pela contínua busca de soluções para o problema energético mineiro, culminando com uma modelagem definitiva no início dos anos 50 (DULCI, 1999, p. 74).

A Cidade Industrial suscitou essa questão, a criação de novas indústrias no estado exigiria uma maior distribuição de energia. O engenheiro Lucas Lopes, que havia sido diretor da Companhia Vale do São Francisco e também ficou encarregado da energia no governo mineiro de Juscelino Kubitscheck, asseverou que havia um círculo vicioso em torno desse assunto: “[...] não se instalam indústrias importantes porque não há energia elétrica disponível e não há energia porque não existem indústrias que garantam o seu consumo” (LOPES apud DULCI, 1999, p. 75). Valadares se concentrou na industrialização, ficando o setor primário à margem das metas do governo.

No governo de Milton Campos (1947-1951), houve uma tentativa de articular o desenvolvimento da indústria e da agricultura como projeto de modernização regional, que deveria atingir tanto a cidade quanto o campo. No setor secundário, Minas Gerais se encontrava em situação de atraso com relação aos outros estados brasileiros, por isso, buscou-se implementar uma política de impulso à industrialização. Pretendia-se investir na produção interna de determinados ramos de modo a reduzir a compra de similares fabricados em outros estados. O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado no governo de Milton Campos, tinha como meta apoiar dezessete

ramos industriais, de acordo com Dulci (1999), nem todos os projetos se realizaram, mas ficaram como proposta para os próximos governos.

A agropecuária mineira se apresentava em declínio em consequência do esgotamento do solo, da utilização de técnicas rudimentares de produção e do êxodo rural. Constatou-se, nessa época, um intenso processo de êxodo rural que ocorria devido à baixa qualidade de vida no campo e à rudimentar industrialização mineira. O Plano acreditava que, para sanar estes percalços, havia a necessidade de se promover a mecanização do campo, de aumentar o uso de insumos modernos, de introduzir novas tecnologias etc.

Uma das medidas adotadas pelo Plano foi a criação de programas de extensão rural, tais como: o Ensino Agrário Ambulante/Missão Médica Censitária, que percorria diversas regiões do estado, prestando assistência técnica e sanitária para os pequenos produtores rurais; e o programa que entrou em funcionamento juntamente com a Acar, criada em conjunto com vários governos estaduais e em cooperação com os Estados Unidos, por meio da American International Association for Economic Development (AIA). O objetivo da Acar era de aumentar a “produtividade por meio da disseminação de novas técnicas e insumos conjugado a promoção de mudanças socioculturais no campo [...]” (DULCI, 1999, p. 88).

O tema do ensino agrícola estava sendo debatido desde o início do século, mas vinha se concretizando lentamente. O governo de Milton Campos considerava que a modernização do meio rural dependia da educação, e os programas de extensão rural deram relevo ao ensino agrícola de níveis médio e elementar.

O programa estabelecido por Juscelino Kubitschek (1951-1955), em Minas Gerais, centralizou-se no problema da infraestrutura como forma de estimular o processo de industrialização. O desenvolvimento articulado da agricultura e da indústria estagnara, e a preocupação central passava a ser o setor secundário e o espaço urbano. Segundo Bojunga (2001, p. 208), Kubitschek “achava que a resolução dos problemas sociais e do atraso seria decorrência inevitável da ação decisiva sobre a estrutura da economia, da ruptura econômica com o mundo agrário”. Com a intenção de melhorar a infraestrutura econômica do estado, seu governo apoiou no “Binômio Energia e Transporte”, que tinha como meta construir novas usinas hidrelétricas para aumentar a capacidade de produção de energia e pavimentar e construir novas rodovias.

A política de transportes, nesse período, privilegiou o rodoviarismo, pelo fato de o sistema ferroviário ser da alçada da União, inclusive a Rede Mineira de Viação, companhia ferroviária arrendada desde o início dos anos de 1930, fora devolvida para a União em 1953, devido aos altos encargos impostos sobre o estado (DULCI, 1999). Foram traçadas, no plano, a abertura de novas rodovias e a pavimentação de outras já existentes, e o saldo desse empreendimento foi: “[...] em 1951, foi aberto o triplo das estradas construídas em 1950. Em 1952, estava planejada a construção de seis vezes o total de 1951 e, nos anos de 1953, 1954 e 1955, estavam prontos novecentos quilômetros de rodovias” (BOJUNGA, 2001, p. 217).

O programa de energia elétrica foi traçado por meio do Plano de Eletrificação lançado em 1950. No ano de 1952 foram criadas as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), que seguia o modelo empresarial. Segundo Bojunga (2001, p. 214), Kubitschek era privatista e não pretendia transformá-la em estatal, “[...] a Cemig foi pioneira, tornando-se a matriz a partir da qual se resolveu o problema energético brasileiro”. O resultado do empreendimento foi a inauguração de quatro companhias de eletricidade, projeto herdado da administração anterior: Usina de Salto Grande (1956); Usina de Itutinga (1955); Central Elétrica do Piau (1955); Usina de Tronqueiras (1955). (DULCI, 1999).

O impacto regional do programa foi importante para o desenvolvimento, porém os outros setores foram negligenciados. Enquanto a indústria avançou a agricultura declinou.

A industrialização viu seu auge na década de 1950 e junto com o desenvolvimento do setor secundário assistimos o crescimento da urbanização brasileira. Essas transformações urbanísticas unidas ao processo de interiorização do País trouxe benefícios a cidade de Uberlândia devido, principalmente, a sua posição geográfica privilegiada. A base empregada na construção de Brasília ajudou o município de Uberlândia a reduzir suas principais deficiências infraestruturais que estavam representadas no insuficiente fornecimento de energia elétrica e nos precários meios de transporte.

Quando Kubitschek se tornou Presidente da República (1956-1961), continuou o seu programa, mas agora em nível nacional. Buscou aprimorar as relações mercantis por meio da remoção dos pontos de estrangulamento e da melhoria da infraestrutura, principalmente na construção e pavimentação de rodovias e na modernização da frota

comercial. A abertura de estradas desenvolvidas nesse governo favoreceu a cidade de Uberlândia, sua posição geográfica a tornara ponto de entrecruzamento de diversas regiões do País com o Centro-Oeste e segundo Machado (1991, p. 40), “investimentos federais passaram a ser canalizados para Uberlândia como forma de viabilização da integração nacional, contida no projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek”.

Com isso o município começou a se expandir rapidamente e as classes dirigentes passaram a criar uma série de projetos de modernização de maneira a inserir Uberlândia no quadro da economia nacional.

Uma entidade de classe que atuou ativamente nos projetos modernizantes de Uberlândia foi Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), fundada, em 1933, com o nome de Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Aciapu), organização das classes produtoras da cidade. Em busca de uma gama de sócios que contemplasse a maioria das atividades econômicas, como forma de garantir que suas ações fossem efetivadas, o estatuto da Associação apresentava quem poderiam ser esses elementos:

[...] firmas e sociedades comerciais, industriais, agrícolas e pecuárias, bancárias [...]; firmas e sociedades civis de intuitos econômicos; os sócios das firmas e das sociedades comerciais; diretores das sociedades anônimas e limitadas; corretores, capitalistas, agricultores, criadores, banqueiros e auxiliares do comércio; associações representativas das classes produtoras (CARVALHO; ALVES FILHO, 2000, p. 118).

Dentre os sócios da Aciapu, percebemos também representantes do governo municipal, dessa forma a maioria das questões de ordem política e econômica da cidade passavam por debates entre os membros da Associação. A Aciapu participou de muitas lutas em favor do desenvolvimento de Uberlândia, empenhando-se para que os benefícios fossem trazidos ao município. Ela procurou

[...] favorecer o desenvolvimento local seja na construção da infraestrutura para atração do capital, ou divulgando as potencialidades do município, convidando empresas de porte e atividades diversificadas a instalarem-se em Uberlândia (CARVALHO; ALVES FILHO, 2000, p. 141).

Portanto, a história da cidade de Uberlândia não pode estar desligada das atuações da Associação. Como afirmam Carvalho e Alves Filho (2000, p. 141), a

história da cidade se confunde com a história da Aciub, “entidade e município desenvolveram-se e cresceram juntos”.

Um dos projetos de grande relevância para a modernização de Uberlândia foi o de construção de uma cidade industrial. Como foi mencionado anteriormente, o Governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, criou a Cidade Industrial instalada primeiramente em Contagem. Esse projeto se estendeu para outras cidades do estado e as classes dirigentes de Uberlândia lutaram para que esse empreendimento fosse fundado no município. Várias medidas “foram tomadas para que Uberlândia tivesse a sua Cidade Industrial, como a doação de terrenos e a realização do II Congresso Mineiro de Desenvolvimento Industrial” (OLIVEIRA, 2002, p. 30). Com a presença do Presidente Castelo Branco, em 1965, foi inaugurada a Cidade Industrial de Uberlândia. Esse empreendimento atraiu várias indústrias nacionais e multinacionais, o que foi um marco para o desenvolvimento industrial da cidade.

Com o interesse de seguir o ritmo do progresso do País, iniciaram-se, na década de 1950, as lutas em favor da construção de uma faculdade em Uberlândia. As elites uberlandenses tinham uma expectativa econômica com a criação da Cidade Industrial, por isso requisitava a formação de mão de obra qualificada. A Faculdade de Engenharia foi instalada em 1965, e representou um caminho para a formação da Universidade de Uberlândia, em 1969, e para sua federalização em 1978.

A atividade mercantil foi relevante para o desenvolvimento econômico de Uberlândia, a participação do comércio era significativa desde o início do século XX. Segundo Rodrigues (1989), a cidade passou de 77 estabelecimentos comerciais, em 1890, para 892, em 1960, e Soares (1988) informa que, em 1970, já havia 1.052 estabelecimentos do comércio atacadista e varejista na cidade. O setor industrial, também teve um crescimento expressivo, mas o comércio ainda mantinha maior vitalidade. Segundo Mesquita (2009, p. 5):

Mesmo com esse crescimento econômico ocorrido em Uberlândia, a cidade ainda permanecia conhecida pelos seus atacadistas, pois não havia ocorrido um planejamento espacial da indústria, que permanecia fortemente concentrada no Estado de São Paulo [...].

Ao lado do desenvolvimento econômico, vemos o crescimento da população uberlandense e, conseqüentemente, da população urbana.

Tabela 1 - Crescimento da população uberlandense com relação ao setor urbano e rural

Ano	Total	Urbana		Rural	
1940	42.179	22.123	52,45%	20.056	47,55%
1950	54.874	35.799	65,23%	19.185	34,77%
1960	88.282	71.717	81,23%	16.565	18,77%
1970	124.706	111.466	89,38%	13.240	10,62%

Fonte: Censo Demográfico de MG – 1940-1950-1960-1970-1980. Anuário Estatístico de MG – 1982 apud SOARES, 1988, p. 40.

Como se verifica pela tabela 1, Uberlândia teve sua população dobrada entre as décadas de 1950 e 1970 e uma redução considerável da população da zona rural. Esse fator ocorreu devido ao processo de urbanização e interiorização presenciados no Brasil, a partir dos anos de 1950.

Desde sua origem, o município carrega o ideário de cidade progressista e os projetos políticos engendrados pelas classes dominantes contribuíam para o fortalecimento do discurso modernizante. As classes dirigentes buscavam investir no crescimento da cidade com a consolidação de seus empreendimentos, porque entendem que o progresso só pode ser alcançado por meio do desenvolvimento econômico. De acordo com Machado (1991, p. 45) a burguesia compreende que o progresso é conseguido por meio do “desenvolvimento econômico porque identifica progresso e riqueza como face da mesma moeda”. Desta maneira, o desenvolvimento da cidade era constantemente exaltado como forma de inculcar, no imaginário social, essa concepção.

A história da cidade de Uberlândia foi construída baseada na apologia aos pioneiros que desbravaram o Sertão da Farinha Podre. Estes homens eram constantemente exaltados por seu espírito empreendedor, e sua história, repetida de maneira persistente, fazia com que o cidadão se sentisse parte importante no desenvolvimento, e a população passava a ter orgulho de viver nesta cidade.

[...] o sentimento de gostar da cidade se expressava pela exaltação de suas qualidades – que, por sinal, são as mesmas veiculadas pelas propagandas política e comercial. No fundo, essa população acabava recriando a ilusão de que estavam participando efetivamente do “progresso” da cidade (NUNES, 1993, 35).

Os projetos políticos criados pela classe dirigente eram continuamente enaltecidos pela imprensa, como forma não só de reafirmar seu discurso nas

representações coletivas, mas também para construir um ideal de cidade em todo o País, para atrair investimentos públicos. A Aciapu, organização das classes produtoras da cidade, divulgava um discurso modernizante, incentivando os empresários a acompanhar a dinâmica da economia nacional.

O trabalho também passou a ser valorizado, propagava-se o discurso de que por meio do trabalho cada indivíduo estaria cooperando com o desenvolvimento da cidade, mas ao lado dessa mentalidade buscava-se a ordem, as pessoas ocupadas com seus afazeres estariam evitando a mendicância, algo que denegria a imagem da cidade. A educação contribuiu na montagem desse discurso com relação ao papel do trabalho. Pretendia-se, por meio da educação, disciplinar a população e atenuar os conflitos sociais. Nunes (1993) nos apresenta qual era a concepção de trabalho e de educação desenvolvida pela classe dirigente de Uberlândia:

A construção da noção de trabalho, utilizada como símbolo da sociedade local, passa necessariamente pelo adestramento dos corpos e mentes, pelo disciplinamento e pela moralização dos costumes. A questão era, então, de controle do espaço urbano a partir de políticas que aliavam a repressão direta exercida pela polícia, com aquelas que se apresentavam sob a forma de assistência social e/ou educação (NUNES, 1993, p.84).

Por outro lado, a educação também era vista como condição de aceleração do progresso e a cidade de Uberlândia, a partir do ano de 1940, passou a investir na escolarização dos populares numa busca pela modernização, pois se pretendia formar não só as elites com o ensino clássico, mas também preparar o povo para enfrentar as novas exigências do mercado de trabalho. As políticas educacionais da cidade estavam em sintonia com os projetos educativos nacionais; nesse sentido, a divergência entre o ensino das elites e o das massas ainda era evidente: o ensino propedêutico destinado às elites e, para a classe menos favorecidas da sociedade, restava o ensino voltado para a prática, visando ao mercado de trabalho. Manfredi (2002, p. 99) mostra as diferentes vertentes de educação voltada para este último caso: “[...] o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; o ensino normal para a formação de professores para o ensino primário”.

A instalação da Cidade Industrial no município, em 1965, iria requerer a necessidade da formação de mão de obra técnica qualificada. Dessa forma, possuir escolas profissionalizantes passaria a ser condição essencial para a obtenção de trabalhadores capacitados para operar os equipamentos industriais. O setor empresarial

e as associações de classe proferiam discursos defendendo a concretização desse projeto.

Em 1964, a Associação Comercial de Uberlândia, uma das grandes idealizadoras desse projeto, entrava em contato com a diretoria do Ginásio Industrial Américo Renée Gianetti, “sugerindo” àquela escola que voltasse a atenção de seus cursos para a preparação de mão-de-obra especializada que pudesse suprir os interesses das indústrias a serem implementadas neste distrito (MACHADO, 1991, p. 52).

No entanto, a despeito desses discursos em prol do desenvolvimento industrial, Uberlândia acabou por privilegiar o setor comercial e o projeto de criação da “Cidade Industrial” não chegou a se concretizar plenamente.

Além das escolas profissionalizantes com formação voltada para as indústrias, vemos o empenho da Aciapu junto ao governo federal para a criação de uma escola voltada para a formação de mão de obra para o setor rural. Uberlândia, em consonância com a política nacional, não queria ficar à margem também no setor agrícola, assim, buscava aumentar sua produção com a introdução de máquinas e novas tecnologias. A criação de uma escola com formação técnica agrícola fazia parte desse projeto de industrialização da cidade, segundo Nunes (1993), a base desse projeto era tornar a cidade num polo de agroindústrias.

Em síntese, apreendemos que no período de 1930 a 1970 as políticas econômicas e educacionais dos governos brasileiros para o setor agrícola e para o ensino agrícola buscaram criar as condições necessárias para a modernização. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, promulgada em 1946, foi a primeira legislação efetiva dessa modalidade de ensino, pois representou um avanço ao inserir o ensino agrícola no sistema educacional brasileiro.

O governo de Kubitschek, apesar de não ter incluído a agricultura no Plano de Metas, reduziu os pontos de estrangulamento e melhorou a infraestrutura dos meios de transporte, armazenamento e comercialização beneficiando indiretamente o setor primário.

João Goulart avaliava que o setor agrícola desempenhava papel importante na economia e que para modernizá-lo era necessário mecanizar o processo de produção que só seria conquistado através do aumento de investimentos para os produtores rurais. A intenção era otimista, mas os resultados do crédito agrícola não foram satisfatórios devido às dificuldades de obtenção de financiamento. Durante o seu governo ocorreu a

promulgação da primeira LDB – 4024/61 que deu ao ensino técnico e profissionalizante a equivalência entre os cursos técnicos e secundários, permitindo também aos primeiros o acesso ao nível superior de ensino.

Os governos militares entendiam que a agricultura se encontrava em situação de atraso em relação à indústria e que as formas arcaicas de produção que ainda existiam decorriam da falta de qualificação dos trabalhadores, que não tinham capacitação para lidar com técnicas modernas. Nesse período a educação foi colocada a serviço dos interesses econômicos e a capacitação profissional surgia como condição de aumento da produtividade. Com a intenção de qualificar a mão-de-obra reivindicada pela expansão econômica foi promulgada em 1971 a Lei 5.692, que tornou compulsório o ensino profissionalizante no segundo grau.

No que diz respeito ao município de Uberlândia essas condições apontaram para a necessidade de qualificar a mão-de-obra para o trabalho agrícola. Assim, no ano de 1957 firmou-se o acordo entre a União e o estado de Minas Gerais para a criação do Colégio Agrícola de Uberlândia, um trabalho que se arrastou por doze anos, sendo que a aspiração por uma escola de ensino agrícola na cidade era antiga. Compreender o processo de criação dessa Escola, bem como o distanciamento entre os discursos que a reivindicavam e a criação de condições concretas para viabilizá-la são objetivos deste trabalho. No próximo capítulo, serão apresentadas as discussões acerca de sua criação e consolidação no município.

CAPÍTULO II

COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Uma vez analisados os fatores externos que caracterizaram o contexto de criação do Colégio Agrícola de Uberlândia, será realizada, neste segundo momento, uma abordagem de sua interioridade. Para empreender um olhar para o interior da referida instituição, serão percorridos os seguintes caminhos: gênese, para que se possam compreender os motivos que antecederam seu processo de criação; instalação, com intuito de responder às questões que levaram à delonga de sua construção; e consolidação, estrutura física e pedagógica que atenderam à primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

2.1. Breve Gênese do Colégio Agrícola de Uberlândia

A cidade de Uberlândia teve sua economia desenvolvida, principalmente, nas relações mercantis e nas atividades agrícolas. No auge da economia cafeeira, foi beneficiada, quando passou a ser fornecedora de alimentos para os trabalhadores das lavouras de café de São Paulo, isso se tornou possível devido a sua posição geográfica favorável, localizada na região central do Brasil.

Na segunda metade do século XX, Uberlândia começou a se expandir rapidamente com a construção e instalação de Brasília, a nova capital brasileira, inaugurada no ano de 1960, no Centro-Oeste do Brasil. Os sinais dessa expansão ficaram visíveis em parte no desenvolvimento urbanístico verificado na cidade, a partir do final dos anos 1940, e prosseguido na década de 1950. Carregada do ideário de cidade progressista, não poderia ficar à margem dos empreendimentos ocorridos em todo o País. Assim, o poder público, juntamente com as associações de classe, buscavam modernizar a cidade e inseri-la no mercado nacional, com o intuito de torná-la pioneira em várias iniciativas com relação às outras cidades da região.

Nos projetos articulados pela elite uberlandense, nota-se, também, o interesse com relação ao desenvolvimento no campo da educação, especialmente de nível técnico, com a criação das seguintes instituições de ensino: Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial⁵, em 1962; Colégio Agrícola de Uberlândia, em 1969; Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa, em 1971; e Serviço nacional de Aprendizagem Industrial-Senai, no ano de 1977.

Percebe-se que, dentre as escolas mencionadas, somente o Colégio Agrícola não pautava sua formação para a Indústria. Desde o Brasil-colônia até o final da Primeira República, a economia do país cresceu e se desenvolveu baseada na agricultura de exportação, entretanto, a partir da crise mundial de 1929, presenciou-se uma desvalorização do setor primário com a implantação do modelo econômico de substituição de importações, que incentivou a criação de indústrias. A agricultura permaneceu com suas formas rudimentares de exploração, dificultando o aumento da produção e provocando entraves na economia, pois o setor industrial dependia de matérias-primas advindas da agricultura, bem como a agricultura necessitava de maquinários e insumos produzidos pelas indústrias, formando, assim, um círculo vicioso.

Como foi exposto no capítulo anterior, não só a agricultura foi relegada ao segundo plano nas políticas públicas, mas também a criação e a subvenção de escolas com formação destinada para este setor. Segundo dados do Cenafor (1975), até o ano de 1970, havia no País noventa estabelecimentos de ensino agrícola de 2º grau com formação de técnicos em agropecuária, laticínios, viticultura e enologia, fruticultura, agrimensura, técnico florestal, auxiliar técnico e economia doméstica. Dentre estas escolas, 30 eram da rede federal e 46 da rede estadual de ensino.

⁵ A Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial entrou em funcionamento 1962. No ano de 1964, foi transformada em Ginásio Industrial Américo Renê Gianetti e, em 1971, em decorrência da Lei 5.692/71, passou a se chamar Escola Estadual Américo Renê Gianetti.

TABELA 2 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino agrícola de 2º grau do Brasil por entidade mantenedora e região.

Região	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C. Oeste		Total	
Entidade	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Federal	2	6,6	11	36,7	11	36,7	3	10	3	10	30	100
Estadual	-	-	1	2,1	35	76,1	10	21,8	-	-	46	100
Municipal	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	1	100
Particular	-	-	-	-	-	-	5	100	-	-	5	100
Convênios/outros	-	-	2	25	1	12,5	5	62,5	-	-	8	100
Total	2	2,2	14	15,6	47	52,2	24	26,7	3	3,3	90	100

Fonte: CENAFOR (1975).

De acordo com os dados da Tabela 2, a maior parte das escolas agrícolas de 2º grau estava localizada no Sudeste (52,2%) e no Sul (26,7%) do Brasil, isso se deu porque havia uma tendência em se construir esse tipo de escola em regiões que apresentassem um maior nível de expansão tecnológica e, conseqüentemente, maior urbanização. As regiões onde predominava o trabalho rural, com baixa produtividade da terra, não recebiam o mesmo incentivo.

Das 47 escolas agrícolas de 2º grau situadas na região Sudeste, 33 estavam localizadas no estado de São Paulo, 3 no Rio de Janeiro, 2 no Espírito Santo e 9 estavam localizadas no estado de Minas Gerais⁶, nas seguintes cidades:

1. **Rio Pomba:** Colégio Agrícola de Rio Pomba, inaugurado em 1962, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba;

⁶ Todas estas instituições tiveram seus nomes alterados três ou quatro vezes ao longo do tempo, aqui estão apresentados apenas a primeira e a última denominação. A instituição de Patrocínio é mantida por uma fundação comunitária, as instituições de Florestal e de Montes Claros se tornaram universidades e o restante faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica segundo o Projeto de Lei 3.775/2008 (BRASIL, 2008). Os dados foram extraídos dos seguintes documentos:

www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/home/index.php

www.eafb.org.br/historico

www.cedaf.ufv.br

www.cefetbambui.edu.br/portal/node/2

www.ufmg.br/conheca/lo_index.shtml

www.januaria.ifnmg.edu.br

www.cetcerrado.com.br/Index-4.html

www.eafmuz.gov.br (Acesso em 26/10/2010).

2. **Barbacena:** Aprendizado Agrícola de Barbacena, fundado em 1910, atualmente, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena;
3. **Florestal:** Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário e Florestal (Cedaf), criado no ano de 1939, hoje Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal;
4. **BambuÍ:** Escola Agrícola de Bambuí, inaugurada em 1961, atual Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Bambuí;
5. **Montes Claros:** Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, criado em 1964, hoje, Instituto de Ciências Agrárias da UFMG – Campus Regional Montes Claros;
6. **Januária:** Escola Agrotécnica de Januária, fundada em 1960, atual Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária;
7. **Patrocínio:** Escola Agrotécnica Sérgio de Freitas Pacheco, criada em 1972, instituição mantida pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio (Funcecp);
8. **Muzambinho:** Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, inaugurada no ano de 1953, hoje é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho;
9. **Uberlândia:** Colégio Agrícola de Uberlândia, criado em 1969, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

Observa-se, também, que o número de estabelecimentos de ensino com formação técnica para a agricultura ainda era diminuto diante das necessidades deste setor naquela época, que, paulatinamente, ia se modernizando com a introdução de novas tecnologias. Sabe-se que a falta de mão de obra qualificada não é o único fator para o atraso do setor primário, mas deveria levar a mesma atenção que as outras iniciativas adotadas pelos governos, tais como: crédito agrícola, subsídios para o uso de insumos modernos, preços mínimos. A formação não deveria se restringir a instruções de uso de máquinas e técnicas modernas de produção, mas também deveria incorporar a pesquisa e difusão de novos conhecimentos na área como forma de buscar melhores condições de aproveitamento da terra.

A escolha do local para a construção de escolas agrícolas também levava em consideração a característica demográfica do município. De acordo com o Cenafor (1975), até o ano de 1970, mais da metade das escolas agrícolas de 2º grau localizava-se em municípios cuja população era de 20 a 100 mil habitantes, somente 28,2% situavam-se em municípios com menos de 20 mil habitantes.

Segundo o Decreto nº 63.788/68, que regulamentava a Lei nº 5.465/68, que dispunha sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola, 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola, mantidos pela União, deveriam ser reservadas preferencialmente, a cada ano, para matrícula na primeira série, a candidatos agricultores ou filhos destes, que residissem na zona rural. Os 30% das vagas restantes deveriam estar reservadas, preferencialmente, a famílias que morassem na zona rural em cidades que não possuísem este tipo de estabelecimento de ensino (BRASIL, 1968). Entretanto, a prática não refletia a preocupação expressa pelo Decreto, pois “mais de 60% das unidades de ensino agrícola localizam-se em municípios com população predominantemente urbana” (CENAFOR, 1975, p. 28). As escolas agrícolas de 2º grau deveriam estar voltadas para a qualificação do produtor rural para atender às necessidades de desenvolvimento da agricultura, porém não se pode concluir que as escolas agrícolas tendiam a privilegiar o atendimento da população do campo.

A escola agrícola construída na cidade de Uberlândia é um exemplo de concretização dos critérios citados acima. A Escola Agrotécnica de Uberlândia foi criada no ano de 1957 e, nesse período, Uberlândia já contava com uma população de 54.874 habitantes, sendo que 65,23% estavam localizados na zona urbana. Quando a Escola foi concluída, no ano de 1969, a população urbana já havia aumentado, para 81,23% com 88.282 habitantes (SOARES, 1988).

A criação da Escola Agrotécnica de Uberlândia data de 21 de outubro de 1957, quando foi celebrado um acordo entre o Governo da União, representado pelo Ministro da Agricultura Mário Meneghetti (1956-1960), e o Governo do estado de Minas Gerais, representado pelo Deputado Federal Rondon Pacheco (1951-1967). O documento foi publicado no Diário Oficial (seção 1), no dia 23 de outubro de 1957 e registrado no Tribunal de Contas da União em sessão de 13 de novembro daquele ano (BRASIL, 1957).

Até a publicação desse acordo, houve muita manifestação na imprensa, nas associações de classe e entre os representantes políticos para a instalação de uma escola

nesses moldes na cidade de Uberlândia. O artigo, publicado no jornal Correio de Uberlândia em 1947, “O Ensino Agrícola ao alcance de todos”, comenta sobre a primeira legislação do ensino agrícola, criada mediante o Decreto-Lei 9.613/46, que instituía a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Segundo o artigo, essa Lei trouxe perspectivas de criação de uma escola de ensino agrícola e veterinário no município, desde que as autoridades competentes soubessem aproveitar a oportunidade.

[...] o ensino agrícola do nosso país [...] atingiu, finalmente, um grau de evolução a altura das nossas necessidades, levando às classes rurais os ensinamentos que a integrarão a um nível muito superior de erudição profissional e intelectual, desde que, para com noções de ordem técnica, ministra igualmente amplas relações sobre conhecimentos gerais. Uberlândia que vem, de há muito se batendo pela criação de uma Escola de ensino agrícola e veterinária no município poderá ser agora aquinhoadada, desde que os responsáveis pelo seu progresso aproveitem a oportunidade para insistir junto ao governo afim de obtê-lo (O ENSINO agrícola ao alcance de todos apud SOBRINHO, 2003, p. 190).

A elite uberlandense respaldava seu propósito no discurso, bastante propagado na sociedade, de que o Brasil é um país de tendência agrária. Dessa forma,

[...] podemos afirmar que o corpo político em ação nesta região, principalmente a partir dos anos 40, além de estar em sintonia com as diretrizes educacionais difundidas pelo país, acaba incorporando esse discurso. Afinal de contas a cidade de Uberlândia, mostrada como uma força propulsora do progresso na região, não deveria ficar à margem também do setor agrícola e de alto nível técnico (SOBRINHO, 2003, p. 191).

Embasadas nesse discurso, as classes dirigentes de Uberlândia reivindicavam a formação de agrônomos para suprir as necessidades do campo como forma de aumentar a produção, para que os preços dos produtos se tornassem mais acessíveis à população. O artigo do jornal Correio de Uberlândia, “Escassez de Agrônomos”, criticava a disparidade na quantidade de formandos nos cursos de medicina, direito e agronomia e justificativa esta divergência no fato de a administração pública brasileira estar ocupada somente por bacharéis e, por consequência, os interesses do setor agrícola não eram atendidos.

Os processos mecânicos e as novas teorias aconselhadas na cultura das terras brasileiras têm de ser assimiladas por simples intuição e esforço hercúleo do homem da roça, que não contará tão cedo senão com a precária e duvidosa assistência dos técnicos oficiais, menos habituados ao tratamento do solo rural [...]. Sessenta e sete agrônomos por ano – e num ano em que eles deveriam estar disputados por todas

as zonas – enquanto a equipe dos médicos recebe um acréscimo de 1226 e a dos bacharéis em direito uma batelada de 1332, é positivamente lamentável para a nossa situação deficitária no domínio dos produtos (ESCASSEZ de Agrônomos, 1952, p. 2).

A princípio, o interesse era de se estabelecer uma Escola Superior de Agronomia em Uberlândia, a ideia passou a ser estudada quando o vice-presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Aciapu), Geraldo Migliorini (1953-1954), visitou a Escola Superior de Agronomia de Piracicaba em São Paulo e ficou entusiasmado com as instalações. A Associação encontrou apoio político do Prefeito Municipal Tubal Vilela da Silva (1951-1955), do Deputado Federal Rondon Pacheco e do Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955). A Aciapu teve papel preponderante na criação da Escola Agrotécnica de Uberlândia, tanto os presidentes e os vice-presidentes, bem como os sócios que passaram pela Associação se empenharam muito para que essa ideia se tornasse uma realidade.

Fora determinada a Fazenda das Sementes para a construção da Escola, mas o acordo firmado entre a União e o estado estabeleceu a Fazenda Sobradinho. As duas fazendas eram próximas e, segundo Damasceno (1991), foram propriedade de Cel. José Teófilo Carneiro (1852-1931), que as vendeu para o governo com a condição de se construir uma escola de formação técnica agrícola. Nessa Fazenda, localizava-se a Estação de Sobradinho, cortada por uma linha férrea da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro no sentido Uberlândia-Araguari. Ela serviu aos alunos do Colégio Agrícola que saíam da cidade de Uberlândia, durante dois anos, até ser desativada em 1971. Hoje, a Estação de Sobradinho está tombada como patrimônio histórico do município.



Figura 1: Estação de Sobradinho, 2005.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

Fora constatado que o local designado para a edificação da Escola era de propriedade do estado, dessa forma, o Presidente da Aciapu, Alexandrino Garcia (1953-1955), convocou duas comissões, uma para fazer uma visita à Fazenda e outra para ir à cidade de Uberaba, onde estariam presentes o Governador do estado, o Presidente da República e o Ministro da Agricultura, com o interesse de solicitar um acordo entre o estado e a União para a doação do terreno para a construção da Escola.

O encontro em Uberaba foi realizado dia 3 de maio de 1953. Segundo o artigo “Uma grande vitória de Uberlândia”, publicado no jornal Correio de Uberlândia em 1953, os integrantes da comissão contataram o Governador e o Presidente da República, Getúlio Vargas, que passou o assunto ao Ministro da Agricultura, João Cleofas (1951-1954). Este ponderou a ideia, mas “Disse que curso superior não poderia ser porque agrônomo depois de formado quer é emprego público e que, quem planta é o técnico e, por isso, daria somente uma escola de nível médio” (DAMASCENO, 1991, p. 33).

A comissão designada para fazer a visita à Fazenda das Sementes comentou que o local possuía excelentes terras e seria propício para a instalação da futura Escola Agrotécnica de Uberlândia. Mas era necessário efetuar o levantamento e o estudo do local da fundação da Escola por um engenheiro nomeado pelo Ministério da Agricultura. Ao dia 13 de dezembro de 1953, esteve presente na cidade o Engenheiro João Eliseário de Magalhães, Técnico de Educação Rural da Superintendência do

Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura (Seav)⁷, para fazer os estudos preliminares na Fazenda das Sementes. O Engenheiro aprovou o local e afirmou estar faltando somente a escritura do imóvel para iniciar a construção (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE UBERLÂNDIA, ACIAPU, 1953).

A partir do consentimento do Ministro da Agricultura, as esperanças dos uberlandenses aumentaram, entretanto, no dia 8 de junho de 1954, João Cleofas deixou o Ministério para concorrer ao governo de Pernambuco nas eleições de outubro daquele ano. Após sua saída, passaram pela cadeira seis ministros, até Mário Meneghetti ser empossado no dia 2 de outubro de 1956, permanecendo até 5 de abril de 1960. Acontecia, no contexto da política nacional, o suicídio de Getúlio Vargas em agosto 1954, assumindo a presidência Café Filho, até a posse de Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro de 1956. Constatou-se, no jornal Correio de Uberlândia, a ausência de discussões sobre o processo de criação da Escola Agrotécnica de 27 de agosto de 1954 a 23 de fevereiro de 1956, bem como nas Atas das reuniões da Aciapu de 13 de julho de 1954 a 19 de março de 1956.

Em 1956, o Deputado Rondon Pacheco proferiu um discurso na Câmara Federal, reclamando a morosidade com que vinha sendo tratado o assunto sobre a Escola Agrotécnica de Uberlândia. Esse discurso foi publicado no Diário do Congresso Nacional e apresentado na íntegra no jornal Correio de Uberlândia.

[...] A simples posição geográfica do empreendimento seria bastante para justificar a sua realização com a maior urgência. Entretanto, a matéria demora, nos canais burocráticos, insensíveis á realidade nacional, principalmente àquela realidade dos que vivem no interior do País e daqueles que trabalham a Terra. É penoso, sr. Presidente, ser veículo de reclamação como a que ora faço. [...] Podem avaliar V. Excia. e os ilustres srs. Deputados o que isto significa de DECEPCIONANTE para homens e mulheres, chefes de famílias e jovens filhos de agricultores, para aqueles mesmos agricultores cuja tẽmpera e tenacidade fizeram do Triângulo e do Brasil Central um grande celeiro de abastecimento [...]. Os mineiros do Triângulo esperam seja construída a Escola Agrotécnica de Uberlandia, para que os filhos dos agricultores, os filhos dos vaqueiros que tanto tẽm feito pela pátria, possam se educar e aperfeiçoar nos seus métodos de trabalho (PROTESTA Rondon contra o congelamento de uma verba para a Escola Agrotécnica, 1956, p. 1).

⁷ A Seav era um departamento do Ministério da Agricultura, que tinha a finalidade de orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, e ministrar o ensino superior, médio e elementar da agricultura. Após 1967, essa responsabilidade foi transferida à Diretoria de Ensino Agrícola, vinculada ao Ministério da Educação.

Rondon Pacheco participou ativamente na efetivação de vários empreendimentos que beneficiaram o município. Quando foi eleito Deputado Federal, em 1951, ficou mais acessível a comunicação entre Uberlândia e o Governo Federal, assim, os interesses da cidade expressos por suas elites poderiam ser mais facilmente atendidos. Além disso, o poder político uberlandense ficou ainda mais fortalecido com a transferência da capital brasileira para a região central do País aumentando a capacidade de reivindicar melhorias para o município. A construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia foi beneficiada com a atuação de Rondon Pacheco, que estabelecia essa comunicação entre o município e o Distrito Federal.

Usava-se o discurso de que o Brasil é um país com inclinação para o setor agrícola como justificativa para a instalação de uma escola agrotécnica na cidade de Uberlândia, urgia a formação de mão de obra especializada que fosse capaz de dar respaldo ao processo produtivo que se instaurava. Afirmava-se ser necessária a implantação e o conhecimento de técnicas modernas que proporcionariam o aumento da produção e diminuiriam os preços dos produtos para a população. Mas essa não era a única razão de a elite uberlandense lutar por esse empreendimento, cujos interesses estavam em consonância com as políticas implementadas no País naquela época.

Vimos que já havia no estado de Minas Gerais três escolas agrícolas de nível médio, nas seguintes cidades: Barbacena, Florestal e Muzambinho. Outras foram inauguradas antes do Colégio Agrícola de Uberlândia, nas cidades de Rio Pomba, Bambuí, Montes Claros e Januária⁸. Como Uberlândia buscava sempre seguir as tendências do País, requisitava a instalação de seu colégio agrícola tal como as outras cidades, isso se confirmou no artigo do jornal Correio de Uberlândia, que publicou a inauguração da Escola Agrotécnica de Muzambinho:

Trouxe o Cruzeiro da semana passada um artigo ilustrado sobre a cidade do sul de Minas, Muzambinho, quando da inauguração de sua esplêndida escola agro-pecuária [...]. Podemos, agora, dar aos uberlandenses a grata notícia de que a construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia vai ser uma realidade em breve. E esperamos que ela seja uma belíssima realidade: como a escola agrotécnica de Muzambinho, que é uma cidade dentro de outra cidade (EM BREVE iniciar-se-ão as obras da Escola Agro-Técnica de Uberlândia, 1954, p. 1).

⁸ Cf. p. 55.

Se Muzambinho, que é uma cidade dentro de outra cidade, já possuía uma “belíssima” escola agrotécnica, Uberlândia também deveria ter a sua. A cidade também temia que sua escola fosse transferida para Uberaba-MG, como se verifica pelo artigo publicado no Correio de Uberlândia:

“Será um fato a instalação da escola média de agricultura em Uberaba”. O assunto era ventilado na vizinha cidade, tem muito de interesse para nós de Uberlândia, eis que nossa cidade que possui em vias de instalação uma Escola Agrotécnica localizada na estação do Sobradinho, fica numa posição indecisa principalmente sabendo da natural força dos políticos uberabenses ao conseguir benefícios para sua cidade e levando-se em consideração a iminência que poderemos nos colocar de perder nossa Escola Agrotécnica que, poderia transferir-se para Uberaba. [...] Se acaso os uberabenses quiserem ter a sua que arranjem uma escola particular para eles, porque Uberlândia cansada de esbulhos não mais recuará na defesa dos seus direitos (SAIRÁ Também de Uberlândia nossa Escola Agrotécnica?, 1956, p. 1).

A rivalidade entre as duas cidades era algo evidente, e o jornal solicitava das autoridades políticas providências para não permitir que a escola fosse transferida para Uberaba e afirmava que, se isso acontecesse, estava claro que esses políticos eram inimigos de Uberlândia. Em outro artigo, afirma que outras escolas já haviam sido transferidas para Uberaba: “[...] temos assistido muitas vezes uma certa cidade vizinha levar para lá escolas que por direito, promessa de Juscelino e conquista nos pertenciam” (ESCOLA Agrotécnica de Uberlândia ou de Uberaba?, 1956, p. 1).

Outro fator que levou Uberlândia a lutar em favor da criação do Colégio agrícola de Uberlândia decorreu da conjuntura do País naquela época. As décadas de 1940 e 1950 se caracterizaram pelo intenso êxodo rural, as precárias condições de vida no campo, a substituição da mão de obra humana pela máquina, o aumento da concentração de terra, bem como o desenvolvimento que ocorria nas cidades nesse período, decorrente do incentivo a industrialização, fizeram com que as populações rurais migrassem para o setor urbano em busca de emprego e moradia. Portanto, tornava-se imprescindível criar políticas educacionais para a fixação do homem no campo de maneira a evitar o aumento do volume nas zonas urbanas. Esta postura política de disseminação do ensino para as camadas sociais, a denominada massificação do ensino, buscou definir e distinguir

[...] o que deve ser ensinado, de um lado, para a “elite” e, de outro, para a prática, visando, nesse último caso, ao mercado nas suas últimas vertentes: o ensino normal para o preparo de professores de

formação básica, o ensino profissionalizante visando o comércio urbano/industrial, o ensino rural devotado as práticas agropecuárias, com a meta de fixar o homem no campo (SOBRINHO, 2003, p. 171).

Constata-se uma ampliação das opções de educação voltada para as massas, a formação da elite já não era o único viés para a modernização e Uberlândia, que sempre intentou seguir o desenvolvimento que se processava no País, também delineou as instituições de ensino próprias para a consecução desse objetivo. Percebe-se, pelos artigos publicados no jornal Correio de Uberlândia e nos discursos apresentados na Aciapu, essa ideia de relação causa e efeito, reforçando o papel do ensino profissional como caminho para atingir a modernização. Um artigo, publicado no jornal Correio da Manhã dia 12 de julho de 1957 e lido na reunião da Aciapu dia 18, demonstra a concepção propagada sobre a importância da formação técnica.

[...] Mas Uberlândia não está contente. Quer progredir muito mais e muito mais depressa. Precisa, portanto, trabalhar rigorosamente dentro da técnica. [...] Para isto, portanto, se faz mister criar um Instituto Agrônomo que sirva o Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás, pertencentes a região Centro-Oeste. [...] Não é mais possível trabalhar fora da técnica. A técnica se cria nos Institutos Agrônômicos e nas Estações Experimentais deles dependentes. Justifica-se, portanto, a solicitação dos Triangulinos. Espera-se o Sr. Ministro Mário Meneghetti não termine sua administração sem dotar o Centro-Oeste, ora em pleno desenvolvimento, de um Instituto Agrônômico (ACIAPU, 1957, p.188).

Esse tipo de discurso, proferido constantemente pelos meios de comunicação de massa, fazia com que a população se sentisse parte integrante e responsável pelo progresso do País, mas sabe-se que os projetos elaborados pela classe dominante sempre resguardam a parcela que lhes dá vantagem e os interesses de uma minoria revestem a representação de interesses coletivos. Segundo Nunes:

[...] esse discurso, para ser eficaz, precisa impregnar o imaginário coletivo da maioria da população, reelaborando-o com imagens capazes de garantir a sua acomodação aos interesses da classe dominante. Aqui a ideologia opera transformando o particular em universal, os interesses de uma classe nos interesses de toda a sociedade (NUNES, 1993, p. 33).

Na construção da Escola Agrotécnica de Uberlândia, a imprensa cumpriu o papel de transformar uma aspiração da elite em um desejo de toda a população, ao deflagrar o valor que a população depositava no desenvolvimento econômico da cidade, como quando afirmou o Correio de Uberlândia que as autoridades deveriam trabalhar

em torno do seguinte pensamento: “nos achamos no século do Homem do Povo” (INSTITUTO Agrônomo para Uberlândia, 1957, p. 2). O referido jornal também apresentava, constantemente, que a criação da escola era um antigo sonho da população uberlandense:

O caso da Escola Agrotécnica de Uberlândia, a localizar-se no Sobradinho, é uma velha aspiração de nosso povo, pela qual, a Cidade-Jardim há muito vem se batendo com esforço e denodo, no sentido de fazer com que se concretize palpavelmente (sic) a magnífica idéia de grande valor no nosso panorama cultural-educacional (FALTA pouco para a construção da Escola Agrotécnica, 1956, p. 1).

As classes dirigentes de Uberlândia se empenharam na montagem de um sistema de ensino que abrangesse todos os níveis de educação, inclusive o ensino técnico e profissionalizante. Como foi apresentado anteriormente, o aumento das oportunidades de educação passou a fazer parte dos projetos de desenvolvimento econômico da cidade.

2.2. Processo de Criação do Colégio Agrícola de Uberlândia

Somente dia 21 de outubro de 1957, o acordo entre o Governo da União e o do estado de Minas Gerais fora assinado para a instalação da Escola Agrotécnica de Uberlândia. O acordo declarava, em sua *Cláusula Segunda*, de responsabilidade do estado de Minas Gerais a doação de 250 hectares de terras férteis para a criação da Escola. A área deveria possuir águas em zona salubre, próxima ao município, servida de fáceis vias de comunicação, de preferência via férrea, sem as quais o acordo não poderia entrar em execução (BRASIL, 1957, p. 48).

O local da instalação da Escola já havia sido determinado no início dos anos de 1950, faltando somente o estabelecimento desse acordo para a doação ao Ministério da Agricultura. As exigências do acordo estavam contempladas, pois a área rural de Sobradinho possuía, e ainda possui, uma rica vegetação característica do Cerrado, solo com boa fertilidade, está inserida na Bacia do Rio Araguari e apresenta as seguintes micro bacias: Cabaça, Balanço, Bebedouro, Sobradinho, Caetanos e Buriti (BARBOSA et. al., 2006).

As vias de comunicação da cidade com a escola eram precárias, boa parte do caminho era feito por estrada de terra, mas possuía a via férrea com uma estação próxima à Fazenda, a Estação Sobradinho.

Em 24 de dezembro de 1957, o governador de Minas Gerais, Bias Fortes (1956-1961), recebeu, no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte, a escritura para a doação das terras da Fazenda Sobradinho, onde se instalaria a Escola Agrotécnica. No dia 28, foi registrada no cartório do 2º ofício sob o nº 39.820 e enviadas, pelo Deputado Rondon Pacheco, certidões do registro à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

A *Cláusula Terceira* do Acordo conferia ao Ministério da Agricultura, por intermédio da Seav, a responsabilidade pela instalação da Escola e a obrigação de: “a) zelar pelos bens que forem entregues durante a vigência do presente acordo; b) promover as instalações que se tornarem necessárias a maior eficiência do ensino” (BRASIL, 1957, p. 48). Para o Governo da União, estaria a obrigação de, uma vez instalada a Escola, mantê-la em perfeito funcionamento de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Segundo o acordo, a direção deveria ser entregue a um profissional diplomado em agronomia ou veterinária, designado pela Seav. No dia 4 de novembro de 1958, o Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura designou pela Portaria nº 1.056, o Engenheiro Agrônomo Eugênio Pimentel Arantes, como o primeiro diretor da Escola Agrotécnica de Uberlândia. Nessa época, Eugênio P. Arantes, era Chefe de Fomento da Secretaria da Agricultura de Uberlândia. O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário Newton Beleza designou o diretor da Escola, também como executor do acordo, pela Portaria nº 6 de 4 de fevereiro de 1959. O diretor da Escola estaria incumbido de enviar anualmente um plano de trabalho para ser executado no exercício, relatório documentado dos trabalhos realizados durante o ano, bem como detalhada prestação de contas das despesas efetuadas.

As preocupações em torno da construção da Escola iniciaram-se, efetivamente, quando Eugênio Arantes foi designado como executor do acordo, até então, já se havia transcorrido um ano e meio, e as obras ainda não tinham sido começadas, inclusive as verbas que deveriam ser enviadas anualmente não haviam sido depositadas. Como o acordo só foi registrado no Tribunal de Contas em novembro de 1957, as verbas começariam a ser destinadas a partir de 1958, contudo verifica-se, por meio dos

documentos, que as verbas foram enviadas de forma irregular. Em fevereiro de 1959, Eugênio Arantes compareceu à reunião da Aciapu com o intuito de obter a colaboração de seus representantes na busca de regularização das verbas junto ao Governo Federal. O Diretor declarou:

[...] sua quase que total descrença em ver tornar-se realidade a dita Escola, apelou para a Associação, no sentido desta procurar obter ordem especial do exmo Sr. Presidente da República para o recebimento de uma única dotação que, por esse meio ainda poderia ser recebida. Trata-se de verba inserida no orçamento da União, relativo ao exercício de 1958 [...]. Esclareceu ainda o Sr. Eugênio Arantes, que [...] não ter o Estado de Minas Gerais depositado a sua parte de acordo com o respectivo convênio (ACIAPU, 1959, p. 172).

A *Cláusula Sétima* do acordo determinava a quantia que cada Governo deveria destinar à construção da Escola:

Para execução desse acordo contribuirão, anualmente, o Governo da União com as importâncias de Cr\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros) e o do Estado com a de Cr\$1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil cruzeiros), que serão depositadas na agência do Banco do Brasil S/A., em Belo Horizonte, à disposição do executor do acordo ou do Diretor da Escola, que as movimentará (BRASIL, 1957, p. 48).

Em abril de 1959, foi, então, recebida a primeira verba federal, referente ao ano de 1958, para iniciar as obras da escola. Segundo Eugênio Arantes, essa quantia era insignificante para se iniciar uma obra tão extensa, em decorrência disso, as obras da Escola Agrotécnica iam sendo proteladas.

O Diretor também buscou apoio dos líderes políticos com assento na Assembleia Legislativa para conseguir a cota estadual, referente ao ano de 1958, que ainda não havia sido remetida. De acordo com o Correio de Uberlândia, Eugênio Arantes recebeu “promessa formal de que o crédito solicitado será aprovado pelo legislativo estadual, por considerar matéria de roti (sic), bem como será referendado o convênio” (AGROTÉCNICA na Assembléia de MG, 1959, p. 1).

Constata-se uma série de ofícios trocados entre Newton Beleza (Superintendente da Seav), Eugênio Arantes e José Geraldo Gomes Teixeira (Diretor do Departamento de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais – DREMG, no Rio de Janeiro) solicitando a liberação das verbas conforme estabelecido pelo Termo de Acordo. Percebendo a dificuldade dessa liberação, Eugênio Arantes buscou apoio do Deputado Rondon Pacheco, pois já se encontrava no mês de agosto de 1959, e o valor referente

àquele ano ainda não havia sido depositado. Rondon Pacheco enviou uma carta ao Diretor, assegurando ter entrado em contato com Newton Beleza, que se comprometeu em remeter um ofício ao Delegado Regional do Tesouro de Minas Gerais para sanar os óbices da obtenção de crédito para prosseguimento das obras (PACHECO, 1959). Contudo Eugênio Arantes não se deu por satisfeito com a providência tomada pelo Deputado. O Diretor acreditava ser Rondon Pacheco a pessoa mais indicada a falar diretamente com as autoridades do Governo Federal.

[...] Acabo de receber sua carta, contando-me que se avistou com Newton Beleza [...]. Devo, porém, esclarecer que o assunto não será solucionado desta maneira, pois só será efetuado o pagamento com uma ordem do Presidente da República ou do Ministro da Fazenda, em virtude da existência naquela repartição de uma ordem circular, autorizando o pagamento dos restos a pagar até o teto de 60 milhões e tendo sido o mesmo atingido, nada mais se pagará a não ser com uma ordem dos dois acima citados [...]. Aí no Rio já lhe havia contado esta resolução [...] e o caro amigo ficou de conseguir a ordem do Palácio por intermédio dos políticos amigos da situação. [...] Aguardo suas providencias no sentido de ser solucionado o caso (ARANTES, 1959).

Percebe-se, pelos documentos, que um dos maiores obstáculos no processo de construção da Escola Agrotécnica foi a obtenção de verbas. A Escola deveria ser concluída no ano de 1961, período de vigência do Termo de Acordo. Entretanto, em 1960, as obras da Escola haviam sido paralisadas por falta de verbas. Encontrava-se em poder do Diretor o valor de Cr\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) referentes às verbas federais dos anos de 1958 e 1959, e as verbas estaduais no valor de Cr\$1.200.000,00, que deveriam ser dotadas anualmente, ainda não haviam sido depositadas.

No dia 23 de agosto de 1960, o Diretor compareceu a uma reunião da Aciapu com o intuito de pedir apoio na consignação das verbas. Fez uma exposição dos problemas de recebimento das quotas e confirmou que a construção da escola ainda não havia sido iniciada. O presidente da Associação, Orvenor Fernandes (1960-1961), pediu para que Eugênio Arantes apresentasse

[...] um relatório escrito sobre essas ocorrências de verbas federais e estaduais, localizando-as com precisão e indicando a quem ou a que órgão se poderia dirigir, para que a Associação Comercial pudesse desenvolver ação mais direta e objetiva, pleiteando, a quem de direito, o imediato pagamento dessas dotações [...] (ACIAPU, 1960, p. 153).

A convite do Diretor estiveram em visita à Fazenda Sobradinho o Presidente da Aciapu, Orvenor Fernandes, e os representantes Estenino Finotti, Homer Muchail e Tobias de Souza Aguirre, para verificar o andamento das obras da Escola. Esses constataram que

[...] o vulto das obras de acordo como o projetado pelo Min. da Agricultura, é da ordem de 100 milhões de cruzeiros em seu custo, o que torna realmente ridículo o total, estimado em 14 milhões, resultante do atual convênio entre aquele Ministério e o Estado de Minas. Adiantou ainda o Sr. Presidente que esse convênio tem o seu término em 1961, quando julgava oportuno pleitear-se maior apoio do governo federal para a efetiva validação desta importante obra, oficiando-se também ao Deputado Rondon Pacheco para que empreste, na ocasião oportuna, a sua colaboração (ACIAPU, 1960, p. 180).

A infraestrutura demandada para a instalação de uma instituição de ensino de formação técnico agrícola exige um alto custo, e este fica ainda mais elevado se a escola estiver destinada a possuir aulas em tempo integral ou em regime de internato. Para uma escola nestes moldes, além da extensão física necessária para a sua instalação, é imprescindível possuir as seguintes dependências: salas de aula, quadra de esportes, alojamento para os alunos e funcionários, lavanderia, refeitório, equipamentos tanto para aulas práticas quanto para as teóricas, biblioteca, laboratório e todas as instalações destinadas às aulas práticas (pocilga, aviário, horta etc.).

A Escola Agrotécnica de Uberlândia funcionaria em regime de internato com o curso de formação em Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio. De acordo com o Art. 2º da Lei 5.524/1968, o profissional formado neste curso estaria habilitado a:

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional (BRASIL, 1968).

De acordo com o Diretor Eugênio Arantes, a Escola abrigaria seis dormitórios com capacidade para trezentos alunos, três laboratórios (química, física e história natural), uma sala para desenho e um pavilhão onde ficaria a administração e oito salas de aula. Junto à Escola Agrotécnica, funcionaria um Posto de Piscicultura e um Posto

Agropecuário (ESCOLA Agrotécnica em ritmo de progresso, 1961)⁹. Ainda segundo o Diretor, essa obra estaria orçada no valor de 100 milhões de cruzeiros, o que tornaria pouco provável sua conclusão no tempo previsto, pois as verbas estabelecidas pelo Termo de Acordo não seriam suficientes para estabelecer um empreendimento tão extenso.

Como a obra não foi finalizada no ano determinado, o Ministério da Agricultura renovou o acordo em 20 de novembro de 1962, que vigoraria por mais cinco anos. O Termo de Renovação do Acordo foi assinado por Renato Costa Lima (1962-1963), Ministro da Agricultura, representando o Governo da União, e por José Geraldo Gomes Teixeira, representando o Governo do estado de Minas Gerais. O novo acordo estabelecia que a União devesse contribuir anualmente com a quantia de Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) e o estado com a de Cr\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros). A renovação do acordo foi celebrada e os novos valores estabelecidos, porém as verbas instituídas pelo primeiro acordo ainda não haviam sido integralmente depositadas. A verba federal de 1960 foi entregue em dezembro daquele ano, a de 1961 somente em julho de 1962, e todas as verbas estaduais ainda não haviam sido depositadas para a Escola (BRASIL, 1957).

Segundo o Correio de Uberlândia, toda a população uberlandense reclamava a morosidade com que vinha se caracterizando a construção da Escola Agrotécnica e, em consequência disso, a Associação Comercial convidou Eugênio P. Arantes para fazer uma explanação em torno da edificação da Escola que se encontrava com suas obras parcialmente paralisadas. No dia 22 de agosto de 1963, o Diretor compareceu a Aciapu e esclareceu que o problema se encontrava na irregularidade de envio das verbas.

Realizando um apanhado geral sobre a situação da Escola Agrotécnica, o sr. Eugenio Pimentel Arantes focalizou o que já fez no local das construções e paralelamente, informou já ter recebido importância da ordem de 14 milhões e 400 mil cruzeiros, verba já inteiramente aplicada nos serviços. [...] Prosseguindo em sua explanação o eng. Eugenio Pimentel Arantes informou a todos os presentes que, se receber a verba de 27 milhões e 900 mil cruzeiros a escola Agrotécnica ficará pronta dentro de seis meses. Tal verba, segundo informou, é devida pelo Ministério da Educação, Ministério da Agricultura e governo de Minas Gerais, necessitando ser recebida para término da escola. [...]. Recebidas as verbas, a escola sai. Não

⁹ Será possível constatar se as acomodações expostas pelo Diretor foram realmente estabelecidas a partir do terceiro tópico, que apresentará a estrutura física do Colégio Agrícola de Uberlândia por meio de sua planta arquitetônica.

recebidas, ficará no que está até hoje (FALTAM vinte e oito milhões para terminar a Escola Agrotécnica, 1963, p.1).

Em 24 de agosto de 1963, o Diretor recebeu um radiograma de Aberlardo Andrade, chefe do Departamento do Ensino Técnico do Estado, informando que foram empenhadas as cotas estaduais relativas aos anos de 1958, 1959, 1960 e 1961, na importância de Cr\$4.800.000,00. Nenhuma verba estadual havia sido remetida até então, elas foram depositadas de uma só vez em janeiro de 1964, contudo não havia previsão para o envio das quotas referentes aos anos de 1962, 1963 e 1964.

No ano de 1964, todas as escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas tiveram sua denominação alterada pelo Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro, de acordo com o Art. 1º:

As Escolas de Iniciação Agrícola, Escola Agrícolas e Escolas Agrotécnicas da rede federal, em regime de acordo entre o Ministério da Agricultura, Estados e Municípios, passarão a denominar-se as duas primeiras Ginásios Agrícolas e as últimas Colégios Agrícolas (BRASIL, 1964).

Assim, a Escola Agrotécnica de Uberlândia passou a se chamar Colégio Agrícola de Uberlândia (CAU).

As obras do Colégio foram novamente paralisadas em 1964, e teve início uma mobilização de alguns setores ligados à agricultura em prol da construção do Colégio Agrícola de Uberlândia, não só a imprensa e as associações de classe como também alguns vereadores passaram a exigir urgências nas providências para o andamento das obras. O vereador Herculano Rodrigues Naves ocupou a mesa na reunião e chamou

[...] a atenção dos senhores vereadores para o caso da Escola Agrotécnica. Afirma que a Associação Rural Uberlandense, a Cooperativa dos Produtores de Suínos e o Jornal Correio Católico estão dando apoio a sua pessoa nessa campanha. Pretende convocar a imprensa falada e escuta de Uberlândia a lutar em favor do reinício das obras da Escola Agrotécnica (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, CMU, 1964, p. 36).

O mesmo vereador afirmou que “pediria o afastamento do diretor da Escola Agrotécnica se ficar demonstrado que este senhor está entrvando o andamento das obras da referida escola” (CMU, 1964, p. 40). Solicitou-se formar uma comissão para conversar diretamente com o Presidente da República, Castelo Branco (1964-1967), e com o Ministro da Agricultura, Hugo de Almeida Leme (1964-1965), para dar

andamento ao caso. Após uma visita ao Colégio Agrícola, os vereadores convidaram o Diretor Eugênio Pimentel Arantes a fazer uma palestra na Câmara Municipal de Uberlândia para esclarecer os motivos da paralisação das obras. Em sua palestra, expôs a situação da construção da escola e assegurou ter iniciado as obras somente em 1960, em decorrência da dificuldade de recebimento das verbas.

Para se ter uma idéia das dificuldades financeiras para o término das obras de construção do Colégio Agrícola de Uberlândia, deve-se analisar a situação do seguinte modo: apenas duas obras autorizadas pelo Governo Federal, uma referente ao pavilhão de salas de aulas e administração [...] e outra destinada ao alojamento para os alunos [...]. Para que a Escola possa funcionar normalmente, necessário se faz a construção de mais alojamentos do prédio destinado a oficinas, prédio destinado ao almoxarifado, além de casas residenciais para o Diretor, professores e auxiliares, além do Centro Social, bem como pocilgas, aviários, estábulos, etc. [...] Para se ter uma idéia das dificuldades de recebimento das verbas, quer federais, quer estaduais, deve-se observar que a verba federal [...] de 1958 [...] foi recebida em 27-04-59, a de 1959 [...] foi recebida em 15 de dezembro de 1959 [...] a de 1960 [...] foi liberada em 20-12-1960, a de 1961 [...] em 18 de julho de 1962. As verbas estaduais [...] de 1958, 1959, 1960, 1961 em 16 de janeiro de 1964. [...] Não recebeu ainda as verbas de 1962, 1963 e 1964 e qualquer pessoa de bom senso compreenderá perfeitamente e sem muito esforço que é praticamente impossível terminar uma obra vultuosa sem o auxílio financeiro necessário (CMU, 1964, p. 94).

O Diretor aceitaria o convite dos vereadores se estes dessem garantia de que obteriam as verbas que estavam retidas no estado e na União e prometeu, em contrapartida, terminar as obras em 1965. No fim de sua explanação, pediu apoio das autoridades municipais, estaduais e federais, das associações de classes de Uberlândia, para que se conjugassem esforços a fim de que o Colégio Agrícola entrasse em funcionamento.

As obras foram retomadas no mês de outubro com recebimento de uma quota no valor de Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Visitaram o Colégio Agrícola o Presidente da Aciapu, Osvaldo de Oliveira (1964-1966), o Prefeito Municipal, Raul Pereira de Rezende (1963-1966) e o Diretor Eugênio Arantes, com a finalidade de estudar *in loco* a destinação da verba que já se encontrava em poder do Colégio.

Muitos ofícios da Aciapu foram enviados ao Presidente da República, ao Deputado Federal Rondon Pacheco e ao Ministro da Agricultura, a fim de regularizar a construção do Colégio Agrícola. Em resposta a estes ofícios, o Chefe do gabinete do Ministro Hugo Leme, José Carlos Piffer, informou que havia sido remetida ao Colégio

Agrícola de Uberlândia a importância de 12 milhões de cruzeiros referentes à dotação especificada e consignada àquele colégio no orçamento. Segundo o Correio de Uberlândia, o envio dos ofícios “surtiram imediato efeito, com a atuação do representante natural de Uberlândia, Rondon Pacheco” (COLÉGIO Agrícola tem verba de 12 milhões, 1965, p. 1).

O Dr. Altamir Gonçalves de Azevedo, veterinário do Ministério da Agricultura e conselheiro do Fundo Federal Agropecuário, visitou a cidade de Uberlândia no dia 28 de dezembro de 1965, a fim de inspecionar o Colégio Agrícola e elaborar um relatório da situação de sua construção para o Superintendente da Seav, Walter Sauer. O Correio de Uberlândia teve conhecimento de sua visita e constatou que:

O Colégio Agrícola está localizado a cerca de 21 quilômetros de Uberlândia, em área de 60 alqueires. Seu prédio inicial tem 68 metros de frente por 46 de fundo, integrado pela parte de administração, biblioteca, salas de aula e refeitório. O visitante encontrou as obras em andamento bem adiantado, já cobertas, possibilitando, quando concluídas, capacidade para 50 alunos internos. [...] O visitante afirmou-se impressionado pela localização do Colégio, localização, qualidade da terra e finalidades que desempenhará na região. O referido relatório reivindicará o fim das obras e verbas, para que Uberlândia possa ter, o mais breve possível a nova benfeitoria no campo educacional [...] (GONÇALVES Azevedo visitou Colégio Agrícola: levará relatório, 1965, p. 1).

Nas figuras 3,4 e 5, pode-se constatar a situação encontrada por Gonçalves de Azevedo quando ocorreu sua visita ao Colégio Agrícola de Uberlândia. As fotos foram tiradas no mesmo ano em que se realizou a referida visita.



Figura 3: Parte externa do Colégio Agrícola de Uberlândia em construção, 1965.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.



Figura 4

Figura 4 e 5: Parte interna do Colégio Agrícola de Uberlândia em construção, 1965.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.



Figura 5

O prédio principal já se encontrava em estágio bastante adiantado, faltando a pintura externa e interna, vidros nas janelas, colocação das portas e arranjo do piso. Mas, até aquele momento, somente esse pavilhão havia sido construído, ainda eram necessários outros estabelecimentos para se inaugurar a escola. A Seav afirmou que enviaria orçamento e sugestões para que o prédio principal fosse concluído em 1966 e as demais instalações em 1967 e 1968. O prédio principal do Colégio Agrícola de

Uberlândia foi concluído no ano de 1967, mas ainda não poderia entrar em funcionamento porque faltava adquirir o mobiliário e os equipamentos, bem como terminar as obras de outras dependências.

Com a entrada de Rondon Pacheco como Ministro Chefe da Casa Civil e com o ex-Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, Virgílio Galassi, na Diretoria do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), durante o Governo Costa e Silva (1967-1969), Uberlândia foi colocada como roteiro de visitas de várias autoridades, ministros e demais mandatários de órgãos nacionais. Conforme o Correio de Uberlândia, “A presença de um uberlandense no gabinete civil e de outro na diretoria do INDA, vem trazendo fatores de progresso para a Metrópole do Triângulo” (COLÉGIO Agrícola sai breve: tem convênio, 1967, p. 1). A atuação dos dois representantes em Brasília beneficiou o Colégio Agrícola de Uberlândia em sua finalização e inauguração no ano de 1969.

O Ministério da Agricultura atuou somente durante o processo de criação do Colégio. Como foi mencionado anteriormente, o Termo de Acordo estabeleceu a esse Ministério a responsabilidade pela instalação da Escola durante a vigência do acordo, de 1957 a 1969. Depois de instalada a escola, a responsabilidade passou para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que atuou na área pedagógica, administrativa e financeira. Essa transição dos órgãos de gestão ocorreu a partir do Decreto 60.731, de 19 de maio de 1967, que determinou:

Art. 1º Os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura [...];

Art. 4º Fica transferida para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola a Superintendência do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O cargo [...] de Superintendente da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, fica transformado em cargo de [...] Diretor do Ensino Agrícola do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1967).

Em abril de 1968, esteve presente no Colégio o Sr. Leonardo Rossi, Diretor do Ensino Agrícola do MEC, para verificar as últimas necessidades para sua inauguração no ano seguinte. Constatou problemas que deveriam ser sanados a curto, a médio e a longo prazo, como se verifica no seguinte artigo do jornal Correio de Uberlândia:

Das primeiras, constatou-se a necessidade de, complementação da cozinha, restaurante, dormitórios, salas de aulas, além de transportes para a Fazenda do Sobradinho [...]. No caso que se refere ao prazo

médio, construção de pelo menos três residências destinadas a professores, lavanderia, garagem, pocilga, currais, e aviários. Sobre o que se diz a longo prazo, o levantamento total da área, sua planificação e conseqüentemente o término de todas as obras necessárias ao funcionamento normal do Colégio Agrícola de Uberlândia, na sua plenitude (CAU receberá trezentos alunos, 1968, p. 1).

Mesmo com muitas obras ainda em andamento, o Colégio foi inaugurado em março de 1969. Nesse mesmo mês, foram definidos os Engenheiros Agrônomos Luiz Gonzaga de Souza Magalhães e Sérgio Roberto Dotto como Diretor e Vice-diretor do Colégio Agrícola de Uberlândia, respectivamente.

Como foi apresentado, o problema da captação de verbas para a construção do Colégio foi um assunto muito debatido na imprensa e pelas classes dirigentes de Uberlândia. Foram encontrados vinte e oito artigos referentes ao assunto no jornal Correio de Uberlândia, trinta discussões nas reuniões da Aciapu oito na Câmara dos Vereadores. Percebe-se entre os sócios da Aciapu, por exemplo, as seguintes discussões:

Tendo o Sr. Geraldo Migliorini iniciado pelas palavras do Ministro da Agricultura dr. Mário Meneghetti que se mostrou vivamente empenhado em concluir, até 1960 as obras da Escola Agrotécnica, declarando o mesmo que diante da impossibilidade financeira do seu ministro vivia ele tentando obter algum recurso do Ministério da Educação, pois espera voltar a Uberlândia em 1960 para as solenidades de inauguração daquele educandário agrícola (ACIAPU, 1959, p. 212).

Ofício do dr. Álvaro Marcílio, Secretário da Agricultura do Estado, comunicando providências com relação às verbas estaduais destinadas à Construção da Escola Agro-Técnica, agradecer ao sr. Secretário e oficial-se ao sr. Eugênio Arantes solicitando designar dia e hora para a Diretoria desta Associação visitar as obras ou a área em que se assentará a nossa Escola Agro-Técnica (ACIAPU, 1960, p. 169).

Estando presente ao recinto o Sr. Eugênio Pimentel Arantes, especialmente convidado para fazer uma exposição sobre as verbas da Escola Agrotécnica. [...] já foram recebidas e aplicadas verbas no total de Cr\$14.400.000,00 e que além de um auxílio de Cr\$15.000.000,00 dado pelo Ministério da Educação, incluindo no orçamento do corrente exercício encontram-se prontas para receber e na dependência de inúmeras exigências burocráticas Cr\$15.900.000,00, afirmando que se estes recursos forem recebidos, pode ele, dentro de seis meses, entregar o prédio principal, pondo a escola em condições de funcionar (ACIAPU, 1963, p. 161).

O diretor da Aciapu, Renato Humberto Calcagno (1957-1959), afirma ter sido o Governador do estado, José Francisco Bias Fortes (1957-1961), Newton Beleza e Rondon Pacheco “um papai Noel” por terem conseguido tal empreendimento para o município (ACIAPU, 1958, p 120).

O assunto, conforme as matérias transcritas a seguir, igualmente foi objeto de debates na Câmara Municipal de Uberlândia:

Fez uma indicação no sentido de que seja enviado um ofício ao Exmo Senhor Ministro da Fazenda, solicitando que libere a verba de vinte e cinco milhões de cruzeiros constante do orçamento da União para a Escola Agrotécnica (CMU, 1964, p. 4).

Indicação pedindo que se envie ofício ao Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, solicitando-lhe a imediata conclusão do Colégio Agrícola de Uberlândia, bem como a solicitação das máquinas (CMU, 1964, p. 199).

Dá apoio a campanha em prol do término das obras da Escola Agrotécnica. Necessário se faz formar técnicos em agricultura para a produção de alimentos baratos à população brasileira (CMU, 1964, p. 41).

Também se nota a classe dos agricultores reclamando a colaboração das autoridades políticas para que a escola se tornasse uma realidade. O proprietário rural do município de Uberlândia, Joaquim Ferreira, enviou uma carta ao 1º Congresso Regional Industrial da Cidade de Uberlândia e 11º Congresso Nacional do Desenvolvimento Industrial do estado de Minas Gerais, realizado entre os dias 17 e 19 de julho de 1959, e pedia que escola fosse aprovada e discutida no Congresso.

Considerando que paralelamente ao Plano de Industrialização de uma região, deve haver um plano de fixação do homem na zona rural, garantindo assim a produção da matéria prima, produção de gêneros alimentícios e ao mesmo tempo o equilíbrio do mercado interno, mantendo, pois, o consumo da produção industrial. Considerando que em Uberlândia nada foi feito ainda neste sentido pois o êxodo rural em nosso município vem correndo de um modo alarmante [...]. Considerando que existem diversas medidas a serem tomadas, para fixação do homem no campo, mas que uma das medidas fundamentais é a intensificação do ensino, especialmente do ensino técnico-agrícola; considerando que foi criada uma Escola Agro-Técnica em nosso Município, em virtude de um convênio assinado entre a União e o Estado, a ser localizada na Sub-Estação Experimental de Sobradinho [...]. Considerando finalmente que a construção da Escola Agro-Técnica de Uberlândia deve constar no nosso plano de industrialização, proponho ao Congresso que seja discutida e aprovada a presente tese, no sentido de solicitar dos governos e do Estado, a fim de que seja enquadrada essa Obra no PROGRAMA DE MESTAS DO

GOVÊRNO, para que seja imediatamente construída (FERREIRA, 1959).

Ferreira pretendia discutir sobre a importância da agricultura em um congresso que trataria do desenvolvimento industrial, mostrava-se indignado com as poucas políticas implementadas para o setor agrário, enquanto que o setor industrial crescia rapidamente, pretendia ainda mostrar que a indústria também necessita da agricultura no que tange à produção de matérias-primas e de alimentos. Nesse período, conforme apresentado no capítulo precedente, vigorava a política econômica do Plano de Metas, que tinha como principal objetivo o desenvolvimento industrial. Com relação ao setor primário, não foram elaborados planos específicos para sua melhoria, pois o governo não via a ampliação da produtividade agrícola como um imperativo para o desenvolvimento do sistema.

Joaquim Ferreira ressaltava que, ao lado do plano de industrialização, deveria haver programas para a agricultura, pois ocorria em todo o Brasil, e especificamente em Uberlândia, uma crescente migração das populações rurais para o setor urbano, devido as precárias condições de vida no campo e pela falta de qualificação da mão de obra para o manuseio de novas tecnologias que estavam sendo introduzidas. Preocupado com o êxodo rural que ocorria na cidade, infere-se, em sua fala, a presença da ideia bastante difundida nesse período de fixação do homem no campo por meio da educação voltada para as massas. O problema da escassez de mão de obra qualificada seria resolvido mediante a instalação de instituições de ensino profissionalizante, pois a educação da população menos favorecida da sociedade tornara-se relevante para o desenvolvimento da economia. Segundo Sobrinho (2002, p. 132):

Esta postura política de disseminação do ensino para as camadas sociais, especialmente àquelas camadas destinadas ao setor produtivo da economia, evidencia uma lógica inerente ao processo que se desenvolvia, com relação às massas.

Entretanto o setor que mais se privilegiou com essa expansão de instituições profissionalizantes foi o secundário, pois este crescia rapidamente e urgia a especialização dos trabalhadores. O setor primário também se beneficiou com a criação dos ginásios e colégios agrícolas, porém o número de instituições instaladas era bem menor que o das escolas de formação industrial. Na cidade de Uberlândia, enquanto se possuía um colégio agrícola, havia três instituições de formação de mão de obra para a

indústria. Joaquim Ferreira enfatizou, em sua carta, a necessidade de se incluir a obra do Colégio Agrícola de Uberlândia no Programa de Metas do governo, para que esta fosse concluída imediatamente. Como foi apresentado no primeiro capítulo, o Programa empreendido por Kubitschek dava prioridade ao desenvolvimento industrial em detrimento dos outros setores, inclusive o setor agrícola, que não era visto como fator precípua para o crescimento da economia.

O interesse na construção dessa escola também estava presente entre os moradores da zona rural, pois vinte e quatro moradores da Fazenda Sobradinho assinaram um telegrama endereçado aos Deputados Rondon Pacheco e Vasconcelos Costa, apelando para a “Escola Agrotécnica não ser transferida para outra zona, conforme consta boatos; pedimos ilustres deputados interceder a quem de direito sobre instalação da mesma” (RODRIGUES et al., [1957-1961]). Solicitavam que os referidos deputados tomassem devidas providências para que a construção do Colégio Agrícola ocorresse no local designado. A figura 6 apresenta uma cópia do telegrama dos moradores da Fazenda. O documento possui duas páginas que foram comprimidas para que coubessem em uma única página do trabalho. Embora não conste a data, acredita-se que tenha sido escrita entre os anos de 1957 e 1961, pois o Termo de Acordo já havia sido firmado para a doação do terreno do estado para o Governo Federal e a capital brasileira ainda estava situada na cidade do Rio de Janeiro.

Telegrama

Deputados Rondon Pacheco e Vasconcelos Costa
Palácio Tiradentes
Rio de Janeiro

Signatarios deste mpradores Fazenda da Silva
dinhos, municipio Uberlandia, apelam a
V.V. Excia. Excia. sentido Escola Agro-Tecnia
nao per transferida outra zona, com
custo boatos; pedimos illustres deputados
interceder a quem de direito, sobre instal
urgente da mesma, cujo imovel ja foi
doado Governo Federal.

Saudações

Divino Mariano
Joachim Rodrigues
Joachim Ferreira
Augusto Belfino
Jose da Silva
Adalberto Martin
João Norões de Oliveira
Luiz de Fátima Soares
Antonio Gurelo Sabrinho
João de Almeida
Egipídio Sebastião Freitas
Jão Machado Bargas
Jore. Paulino da Silva
Francisco Rodrigues
Argelino Valim de Melo
Augusto Antonio da Silva
João Augusto da Silva

Altamiro Ferreira
Jose Ferreira da Silva
Eduardo Antonio da Silva
Benedito Bardoze da Silva
Joachim Jose Sousa
Jose Custodio Neto
Mauricio Custodio Fernandes

Figura 6: Telegrama de moradores da Fazenda Sobradinho, [entre 1957 e 1961].

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Santa Mônica.

No ano de 1967, foi enviada uma carta ao Deputado Vasconcelos Costa, pedindo andamento às obras da Escola.

[...] Não tendo havido início das obras da referida escola até hoje, apelamos para V. Excia no sentido de fazer uma indicação pela Câmara Federal aos Exmos. Snrs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, pedindo a construção da Escola Agro-Técnica no prazo mais breve possível, em virtude dos grandes benefícios que a mesma irá prestar ao nosso município e a toda região (FERREIRA et al., 1967).

Esse documento foi assinado por quarenta e oito pessoas de diferentes posições na sociedade, tais como: agricultores, fazendeiros, professoras, funcionários públicos, lavradores, motoristas, comerciantes, marchantes, boiadeiros, operários e chacareiros. Entre estes, estava presente Joaquim Ferreira, o pequeno proprietário rural citado anteriormente, ele foi o primeiro nome citado na lista dos autores da carta. Como sempre, foi bastante mencionado nas fontes o desejo da população uberlandense para a criação de uma escola nesses moldes na cidade. Mas é preciso compreender se esse antigo anseio da população fez com que as autoridades se mobilizassem para trazer o Colégio Agrícola para a cidade ou se a repetição desse discurso fez com que a população uberlandense o incorporasse como sendo uma ideia que deles se originou.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola trouxe esperanças de concretização de uma “velha aspiração dos uberlandenses”, a criação de uma escola de formação agrícola. Este anseio se tornou realidade em 1954, com o consentimento do Ministro da Agricultura, mas os problemas de ordem política e econômica da época retardaram sua efetivação. A criação do Colégio Agrícola de Uberlândia passou pelas mãos de seis governos, e muitos destes se encontravam politicamente instáveis, como é o caso dos antecedentes que provocaram o suicídio de Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a deposição de João Goulart em 1964.

Devido ao breve período de mandato presidencial, as políticas econômicas tendiam a priorizar os projetos de concretização a curto prazo. Como a educação não apresentava resultados imediatos para o crescimento econômico, seus investimentos vão sendo protelados. E se levarmos em consideração o fato de o setor agrícola já se encontrar em segundo plano nas políticas econômicas brasileiras, a educação voltada para este setor ficava ainda mais marginalizada. Segundo Smith (1975-1983, p. 215), conferia-se “[...] baixa prioridade à quantidade e qualidade da educação, e as estatísticas indicam que as áreas agrícolas e rurais são as que sofrem maior negligência”. Conforme

o autor, somente 0,22% do total de pessoas ativas na agricultura concluíram pelo menos o ginásio (compreendendo oito anos de duração) na década de 1960.

Uberlândia se beneficiou com a atuação de Juscelino Kubitschek como governador de Minas Gerais, ao possibilitar o intercâmbio entre o município e as autoridades do Governo Federal para a autorização da criação de um colégio agrícola e ao doar um terreno pertencente ao Governo Estadual para tal finalidade. Quando Kubitschek foi Presidente da República (1956-1961), os investimentos para o setor agrícola ficaram restritos à melhoria na infraestrutura do comércio e das estradas e na remoção dos pontos de estrangulamentos. Como foi apresentado no primeiro capítulo, o aumento da produção agrícola não era enxergado como condição necessária para o desenvolvimento da economia, dessa forma, a sua política privilegiou o desenvolvimento da industrialização. Para o setor primário, seu Plano de Metas proporcionou a melhoria da comercialização por meio da construção e pavimentação de rodovias, na modernização da frota comercial e na construção de armazéns. Nesse período, as obras do Colégio foram sendo adiadas por falta de investimento, tendo sido iniciadas, efetivamente, somente em 1960.

As Reformas de Base empreendidas por João Goulart, apesar de considerar o setor agrícola como prioridade, ainda pouco fez para a educação voltada para o campo, sua política econômica dava preferência para a reforma agrária. No contexto educacional, presenciava-se a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, que trouxe algumas inovações para o ensino técnico e profissionalizante, tais como a equivalência entre estes e o ensino secundário de nível médio garantindo, também, aos primeiros, o direito ao acesso ao ensino superior.

Como foi apresentado no capítulo anterior, os governos militares acreditavam que a condição retardatária da agricultura, com relação à indústria, poderia comprometer o desenvolvimento da economia. Entre as várias medidas tomadas pelos governos, vê-se, pela primeira vez a formação de mão de obra qualificada, sendo colocada como condição necessária para modernização do setor agrícola. Consideravam que a falta de escolaridade era um obstáculo à introdução de novas tecnologias no meio rural, e para tanto, seria necessário qualificar o trabalhador rural para a utilização de máquinas e técnicas modernas de produção. O ensino profissionalizante recebeu bastante incentivo nesse período, os militares colocaram a educação a serviço dos interesses econômicos, defendiam que a melhor capacitação do trabalhador resultaria no

aumento da produtividade, tanto do setor primário quanto do secundário, apesar de os investimentos terem sido mais elevados para a indústria.

Pelos artigos publicados no jornal Correio de Uberlândia, percebe-se que, a partir de 1964, o Colégio Agrícola de Uberlândia passou a ser bastante visitado por autoridades do Governo Federal (GONÇALVES Azevedo visitou Colégio Agrícola: levará relatório, 1965; DELEGADO do MA visitou Escola Agrotécnica, 1966; DR. ZENAIDE veio inspecionar Colégio, 1966; COLÉGIO Agrícola: conclusão em 1966, 1966; CAU receberá trezentos alunos, 1968; NESTE semestre Colégio Agrícola em funcionamento, 1969; RONDON inaugura Colégio Agrícola e traz Tarso e Arzua, 1969). Segundo esses artigos, as visitas teriam sido realizadas pelas seguintes autoridades nos respectivos anos: Veterinário do Ministério da Agricultura e Conselheiro do Fundo Federal Agropecuário, Altamir Gonçalves de Azevedo, 1965; Delegado Federal da Agricultura, Francisco Athayde Vasconcelos e Chefe do Serviço Federal de Promoção Agropecuária, Denerval Marques, Técnica da Divisão do Ensino Técnico Agrícola, Zenaide de Oliveira Ramos, Superintendente da Seav, Walter Sauer, 1966; Diretor do Ensino Agrícola do MEC, Leonardo Rossi, 1968; Diretor do Ensino Agrícola do MEC, Wanderley do Prado Barreto, Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra e Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, 1969.

Nos anos anteriores, não haviam ocorrido visitas com tal frequência para inspecionar o Colégio, os articulistas do jornal afirmam que tais visitas se deram pelo fato de Rondon Pacheco estar ocupando o Ministério da Casa Civil e por Virgílio Galassi ser o Diretor do INDA, porém a maioria das visitas aconteceu antes que esses políticos tivessem tomado posse de tais cargos.

No período de construção do Colégio Agrícola de Uberlândia, estava sendo debatido na cidade o principal projeto que as classes dominantes procuravam implementar, a industrialização, que resultaria na construção da Cidade Industrial em 1965. A criação do Colégio fazia parte deste projeto, pois a cidade pretendia tornar-se um polo de agroindústrias e, para isso, era necessário introduzir novas tecnologias no campo que gerasse um aumento da produção.

2.3. Estrutura Física do Colégio Agrícola de Uberlândia

Apesar dos esforços dos políticos uberlandenses, das associações de classe e da imprensa, o Colégio Agrícola de Uberlândia foi concluído somente doze anos após a sua criação. O Colégio foi inaugurado em maio de 1969 e, no mesmo mês, o novo diretor, Luiz Gonzaga de Souza Magalhães, enviou uma carta ao Correio de Uberlândia relatando as condições em que o Colégio entraria em funcionamento.

[...] Ao longo deste diálogo, que espero que seja para sempre, falar-te-ei de nossa situação atual, dos meios que dispomos para receber uma turma de 60 alunos já em agosto próximo e o que é pior, de nossas limitações. [...] O Colégio Agrícola de Uberlândia localiza-se numa gleba de 300 ha mais ou menos (da melhor qualidade seja para agricultura, seja para a pecuária) graças a natureza de solo, a suas aguadas e mesmo pelo seu revestimento vegetal. [...] O prédio de alvenaria, construído com o que há de melhor em material e técnica, com água, esgoto e luz elétrica está pronto, inclusive cozinha de primeira ordem [...]. O prédio tem 2 pisos em quase toda sua extensão, e podemos assegurar que nessa parte estamos bem, seja no que se refere as salas de aula, banheiros e sanitários. Móveis, já temos 210 carteiras, 30 pranchetas para desenho, 60 camas vestidas, o mobiliário do refeitório, os 8 quadros-negros e mais algumas mesas e 3 armários para documentos. Nessa parte, nossa maior limitação é falta, de pelo menos, 60 armários guarda-roupas para alunos. Outra dificuldade que temos é a falta, de ao menos, uma máquina de escrever, pois se quisermos bater um ofício ou uma carta, temos que ir à cidade. [...] Temos ainda 3 galpões em bom estado, os quais servirão para guardar cereais e viaturas [...] (COLÉGIO Agrícola de Uberlândia, 1969, p. 6).

A figura 7 mostra a parte externa do Colégio Agrícola de Uberlândia, e como não foram encontradas fotos com ângulo que favorecesse uma visão completa da fachada do prédio nos anos estabelecidos pela pesquisa, foi utilizada uma foto de 1982, mas seu exterior não sofreu mudanças significativas com relação aos seus primeiros anos de existência. Como afirmou o Diretor, na citação anterior, parte de sua estrutura possui dois pisos, somente o lado esquerdo, como mostra a figura. O prédio levemente alto facilitava a observação e o controle mais efetivos dos alunos nas aulas práticas. Segundo relato do ex-aluno entrevistado (E7), o Diretor Luiz Gonzaga de Souza Magalhães ficava no segundo andar do prédio, observando se os alunos estavam desenvolvendo efetivamente as atividades realizadas no campo.

Conforme as palavras do Diretor, a Fazenda Sobradinho, onde se localiza o Colégio, possui 286,5 hectares de terra. As oito salas de aula se concentravam no segundo piso, e visualizando a fotografia do exterior do Colégio, vê-se que cada três

janelas se referem a uma sala de aula. O restante das acomodações pode ser visto na figura 8, que expõe a parte interna do segundo piso do prédio. Não foi possível analisar o interior do primeiro piso, pois não foi encontrada a planta arquitetônica correspondente no arquivo da escola.



Figura 7: Fachada do Colégio Agrícola de Uberlândia, 1982.
Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

A figura 8 apresenta uma cópia da planta arquitetônica do segundo piso do Colégio Agrícola de Uberlândia. O documento não possui datação, mas funcionários do IFTM alegam ser esta uma das primeiras plantas, devido à característica do papel utilizado e seu estado de conservação. Pelo fato inclusive de ser a única planta em que não consta data no arquivo da instituição, pois todas as outras que foram elaboradas a partir dos anos de 1980 estão datadas, e pela configuração dos cômodos, que sofreram modificações ao longo do tempo. Em relação a este último aspecto, o Centro Cívico foi uma repartição criada desde a fundação do Colégio e que deixou de existir, sendo utilizado para outros fins à medida que o número de alunos foi crescendo.

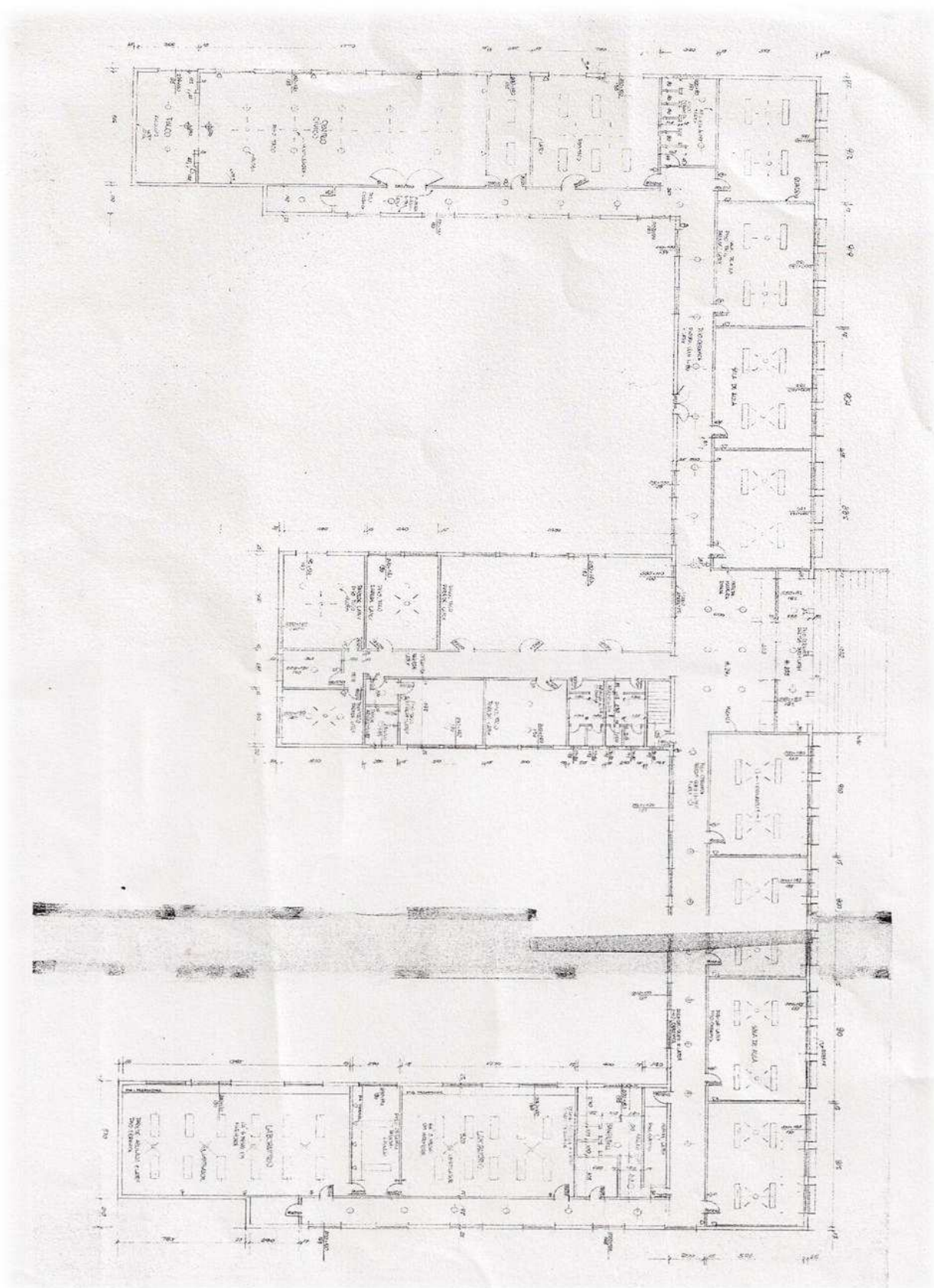


Figura 8: Planta do segundo piso do Colégio Agrícola de Uberlândia.
Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

Como havia afirmado o antigo Diretor Eugênio Pimentel Arantes¹⁰, o Colégio Agrícola de Uberlândia possuía oito salas de aula, que ficavam dispostas em fila e que abrangiam toda a extensão do prédio em seu comprimento, e eram divididas ao meio pela escadaria que dava acesso à entrada principal do Colégio. As salas de aula eram idênticas, com a porta de acesso voltada para o corredor e as janelas para o exterior do prédio. Seu piso era revestido de taco e as paredes de látex, havia um quadro-negro e dois ventiladores. Todas as salas de aula possuíam a mesma largura de 3,95 metros, mas variava no seu comprimento, a menor media 8,85 metros e a maior 9,19 metros.



Figura 9: Sala de aula, formandos de 1972¹¹.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

As salas de aula eram ordenadas espacialmente, criando um ambiente útil e otimizado. Assim, cada um dos alunos ocupava seu lugar específico, bem como os professores.

Eugênio Arantes asseverou que haveria três laboratórios (química, física e história natural). Na referida planta, percebem-se apenas dois, e, como não foi encontrada a planta do primeiro piso, não se pode confirmar a existência de um terceiro laboratório. Os laboratórios tinham paredes de cerâmica e látex e piso de cerâmica. Eles

¹⁰ Cf. p. 70.

¹¹ Analisando a figura, acredita-se que os sujeitos posaram para fotografá-la, devido à quantidade pequena de alunos – cada sala abrigava cerca de 30 alunos – e pela maioria deles não possuir nenhum material didático sobre a mesa.

eram de dimensões diferentes; o primeiro, com 8,70 metros de largura por 10,70 de comprimentos, possuíam duas janelas, dois ventiladores e cinco mesas de mármore. O segundo, com 8,70 metros por 13,95 metros, contava com três janelas, seis mesas de mármore e quatro ventiladores. Havia um cômodo entre os dois laboratórios, porém não consta sua utilidade na planta, mas ele dava acesso aos laboratórios. Contudo, por meio de relatos dos ex-alunos da primeira turma, fomos informados que não havia laboratório, essas salas eram utilizadas, na época, como alojamentos. De acordo com ex-aluno entrevistado (E1), no primeiro ano, os dormitórios eram no primeiro piso, havia entre seis e oito camas em cada dormitório. Quando novas turmas foram ingressando, os alojamentos foram transferidos para o segundo piso e passaram a ter cerca de vinte camas em cada quarto.



Figura 10: Alojamento, formandos de 1972.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

O Centro Cívico Rondon Pacheco era uma sala utilizada para realizar palestras, eventos e solenidades de formatura. Continha um palco de 8,26 metros de comprimento por 3,66 metros de largura. O restante da sala media 8,26 metros largura por 17,70 metros de comprimento, cujo piso era revestido de taco e as paredes de látex, possuía seis janelas e cinco ventiladores. A partir da figura 11, pode-se ter uma ideia da dimensão do Centro Cívico, de sua estrutura e da quantidade de pessoas que comportava. Ocorria, no momento da foto, a colação de grau da turma de 1976. Há fotos de colação de grau de turmas anteriores, mas esta favorece um olhar mais amplo da sala.



Figura 11: Centro Cívico Rondon Pacheco, 1976.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

No segundo piso, havia três banheiros, dois em cada lateral e um ao centro do prédio. Na planta arquitetônica, não se explicita a funcionalidade do restante das salas.

Tanto pelo fato de ser um internato como pela dificuldade de acesso ao Colégio, em razão das condições precárias das estradas, os professores que vinham de outras cidades residiam na Fazenda Sobradinho. Havia três casas feitas de alvenaria e ficavam perpendiculares ao prédio principal.

O prédio principal era a única instalação do Colégio Agrícola de Uberlândia, além dos cômodos mencionados, ali ficavam os alojamentos, a cozinha, o refeitório, a biblioteca e a secretaria. Pocilgas, aviários, hortas e outros estabelecimentos necessários para o desenvolvimento das aulas práticas não existiam, segundo os egressos da primeira turma, estes foram sendo construídos ao longo do tempo pelos próprios alunos.

Segundo o ex-aluno entrevistado (E4), quando a primeira turma ingressou no Colégio, sua estrutura física era precária, não havia maquinário e o prédio principal estava rodeado por mato. As aulas práticas consistiam em trabalho braçal na construção de prédios inacabados e limpeza da fazenda com enxada. Este foi um dos maiores motivos de evasão e desistência de muitos alunos, conforme aprofundaremos no próximo capítulo.

A cidade de Uberlândia teve seu crescimento acelerado a partir da década de 1950, dessa forma foram surgindo projetos modernizantes que pudessem inserir o município no quadro da economia nacional, e a criação do Colégio Agrícola era um desses projetos.

O acordo para a criação do Colégio Agrícola de Uberlândia foi assinado em 1957, mas a inauguração da instituição só ocorreu doze anos depois, em 1969. O Colégio foi inaugurado somente com o prédio principal que contava com salas de aula, alojamentos, banheiros, cozinha, refeitório, Centro cívico, secretária, biblioteca e laboratórios.

Concluiu-se que o insuficiente e irregular fornecimento de recursos financeiros foi o principal motivo para o atraso das obras. No período militar vimos um avanço na construção do prédio, nessa época Rondon Pacheco foi Ministro Chefe da Casa Civil e Virgílio Galassi se tornou Diretor do INDA, várias autoridades políticas do Ministério da Agricultura e do MEC visitaram as obras do CAU para avançar a sua fundação.

A primeira turma do curso Técnico em Agropecuária teve sua aula inaugural no dia 4 de agosto de 1969. Os alunos encontraram uma estrutura física precária, pois conforme informado anteriormente, o Colégio não se encontrava com todas as instalações prontas. Os estabelecimentos necessários para o desenvolvimento das aulas práticas, tais como: pocilga, aviário, hortas e quadra para educação física ainda não existiam.

No terceiro capítulo, será descrito o perfil discente para entender que tipo de alunado atendeu o Colégio Agrícola de Uberlândia, serão discutidos o currículo e os conteúdos das aulas práticas e teóricas como forma de compreender que formação buscou imprimir e será feito um estudo da trajetória dos egressos para depreender se os objetivos da formação de técnicos agrícolas para o país foram atendidos.

CAPÍTULO III

COLÉGIO AGRÍCOLA DE UBERLÂNDIA: PRIMEIRA TURMA DE TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA

Feitas as interpretações dos fatores externos que contribuíram para a fundação do Colégio Agrícola de Uberlândia, o presente capítulo traz discussões acerca das práticas vividas no interior da instituição com o intuito de compreender: se estas práticas estavam em conformidade com a finalidade imposta em sua criação; entender se os resultados obtidos foram aqueles esperados pelos seus idealizadores e apreender qual a contribuição que os Técnicos em Agropecuária formados no Colégio levaram para a sociedade.

Para tanto, o capítulo pautou-se nas seguintes categorias de análise: saberes ministrados (proposta curricular adotada, conteúdos escolares, práticas pedagógicas); quadro docente (perfil dos professores, formação, procedência e forma de ingresso); alunos (perfil discente, procedência, faixa etária, classe social que atendeu e trajetória profissional).

3.1. Estrutura Curricular e Pedagógica

O curso Técnico em Agropecuária tinha duração de três anos, o seu período letivo iniciava no dia 1º de agosto e terminava em 30 de novembro, retornando dia 15 de janeiro e se estendendo até 30 de maio, o equivalente a oito meses e quinze dias letivos. A partir do segundo ano de funcionamento, as aulas passaram a começar dia 1º de setembro, prolongando-se até 20 de dezembro, o segundo semestre do período escolar permaneceu o mesmo. O ano escolar era assim determinado para estar em consonância com o período de safra das principais atividades agrícolas da região.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei nº 9.613/46, Art. 22 estabelecia o período escolar da seguinte maneira: “a) períodos letivos, de 20 de fevereiro a 15 de junho e 1 de julho a 20 de dezembro; b) períodos de férias, de 21 de dezembro a 19 de

fevereiro e de 16 a 30 de junho” (BRASIL, 1946). A Lei não especificava se o ano letivo iniciava em fevereiro ou em julho, apenas o dividia em dois períodos letivos e dois períodos de férias. Mas pode-se perceber que o calendário do Colégio Agrícola de Uberlândia se aproximava do determinado pela Lei, tendo apenas 15 dias letivos a menos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 4.024/61 não apresentou uma divisão do ano escolar específica para o ensino agrícola. O Ementário de Pronunciamentos do Conselho Federal de Educação (CFE) e Atos Oficiais Relativos ao Ensino Médio (criado para sistematizar e consolidar, em um só documento, toda a variedade de pareceres emitidos pelo CFE desde 1962), publicado no ano de 1969, também não determinava a divisão do ano escolar, trazia apenas em seu Art. 6, que “o regimento escolar fixará o início e o término dos períodos escolares e de férias” (BRASIL, 1969, p. 25).

Como o Colégio funcionava em regime de internato, as aulas transcorriam em período integral de segunda a sábado. Iniciavam às sete horas da manhã e terminavam às onze e trinta para o almoço, os alunos retornavam às treze horas e eram dispensados às dezessete e trinta. As aulas de sábado ocorriam somente no período da manhã. Como dormiam no Colégio, os alunos chegavam às segundas-feiras e voltavam para Uberlândia aos sábados. Com nove horas de aula por dia, de segunda a sexta-feira, e quatro horas aos sábados, havia uma carga horária semanal de quarenta e nove horas, cinco horas a mais do estabelecido pelo Decreto-Lei 9.613/46, que, em seu Art. 23, determinava uma carga horária semanal de 36 a 44 horas para os cursos de formação de técnicos agrícolas. Contudo a documentação arrolada (diários de classe, ficha com os dados pessoais dos professores com as respectivas disciplinas que lecionavam e a carga horária e ficha de matrícula dos alunos), ainda que dispersa, revela que a carga horária semanal ultrapassava as quarenta e nove horas.

Por intermédio dos diários dos professores, foi possível relacionar as disciplinas ministradas em cada série. Um documento, sem título, encontrado no arquivo da escola, registrando os dados pessoais de cada professor que ingressou no Colégio em 1969, apresenta a disciplina que ele ministrava, bem como a carga horária desta. Neste documento, foi possível listar a carga horária semanal de cada disciplina correspondente à 1ª série. Um segundo documento, assinalando os dados pessoais de cada professor que ingressou a partir de 1970, também registra a disciplina que ele ministrava e a

respectiva carga horária, contudo não foi encontrada a relação de todos os professores nem de todas as matérias, portanto, não foi possível fazer uma relação integral das disciplinas da 2ª e 3ª séries, tornando difícil confirmar se a carga horária das outras disciplinas permaneceu a mesma. As informações se apresentavam dispersas no arquivo, sendo necessário fazer ligações com outras fontes para obter tais dados.

O Quadro 2 exhibe a distribuição das disciplinas por série e sua respectiva carga horária semanal, de acordo com as fontes catalogadas. Constata-se, a partir da soma da carga horária de cada disciplina, que, na primeira série, por exemplo, havia um total de 58 horas semanais de aula. Segundo o ex-aluno E1, usualmente, eram ministradas aulas no período noturno, ou seja, para cumprir essa proposta curricular, seria necessário, portanto, estender aulas para horários diferenciados.

SÉRIE	GRUPO	DISCIPLINAS	C. H. SEMANAL	TOTAL C. H. SEMANAL
1ª SÉRIE (1969-1970)	CULTURA GERAL	Português Matemática Biologia Química Desenho	6 6 4 4 4	24
	CULTURA TÉCNICA	Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais Mecânica Agrícola Horticultura	10 8 4 4 4	30
	PRÁTICAS EDUCATIVAS	Educação Física	4	4
2ª SÉRIE (1970-1971)	CULTURA GERAL	Português Matemática Biologia Química Física	10 10 - 8 -	28
	CULTURA TÉCNICA	Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais Mecânica Agrícola	13 6 - 4	23
	PRÁTICAS EDUCATIVAS	Educação Física Moral e Cívica	4 -	4
3ª SÉRIE (1971-1972)	CULTURA GERAL	Português Matemática Biologia Química Física	10 10 8 8 -	36
	CULTURA TÉCNICA	Agricultura Zootecnia Indústrias Rurais Economia Rural	- 6 - 6	12
	PRÁTICAS EDUCATIVAS	Educação Física Moral e Cívica Educação Artística	4 8 8	20

Quadro 2: Distribuição das disciplinas quanto a série e respectiva carga horária semanal.

Fonte: Diários de classe, ficha com os dados pessoais dos professores com as respectivas disciplinas que lecionavam e a carga horária e ficha de matrícula dos alunos. IFTM – Campus Uberlândia.

As disciplinas incluídas nos grupos de Cultura Geral e de Práticas Educativas, exceto Educação Física, eram teóricas e desenvolvidas somente em sala de aula, as de

Cultura Técnica ocorriam tanto em sala quanto no campo. Porém não foi encontrada documentação alguma que apresentasse uma divisão das disciplinas quanto aos horários, assim não foi possível identificar quanto tempo era despendido para as aulas práticas e para as teóricas. De acordo com o entrevistado (E3), as aulas estavam fixadas de forma que, enquanto a Turma B estava no campo na parte da manhã, a Turma A estava recebendo aulas teóricas em sala e vice e versa.

Com a LDB 4.024/61, por meio do princípio de equivalência, o ensino médio passou a abranger o ensino técnico-profissional, o ensino secundário e o de formação de professores. Com duração de sete anos, dividiu-se em ginásial ou 1º ciclo (4 anos) e colegial ou 2º ciclo (3 anos), conforme explicitado no primeiro capítulo deste trabalho. A referida Lei estabeleceu, em seu Art. 49, § 2º, que o 2º ciclo do ensino técnico de grau médio “[...] incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa” (BRASIL, 1961).

As variedades das disciplinas admissíveis para o secundário foram indicadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 1962. O Ementário que sistematizou este parecer estabelecia, nos Arts. 34 e 37, as seguintes disciplinas: português, matemática, história, geografia, ciências físicas e biológicas, podendo desdobrar-se em física, química e biologia. O Art. 39 apresenta a relação das disciplinas optativas para o sistema federal de ensino médio:

II – no *ciclo colegial*: Línguas Estrangeiras Modernas, Desenho, Mineralogia e Geologia, Estudos Sociais, Psicologia, Lógica, Literatura, Introdução às Artes, Direito Usual, Elementos de Economia, Noções de Contabilidade, Noções de Biblioteconomia, Puericultura, Higiene e Didática (BRASIL, 1969, p. 37).

Tendo que selecionar cinco disciplinas, sendo uma de caráter optativo dentro desta lista, o Colégio Agrícola de Uberlândia listou as matérias que nos parecem estar mais em consonância com os objetivos do curso: Português, Matemática, Química e Biologia, a optativa escolhida foi Desenho que, a partir da segunda série, foi substituída por Física.

As disciplinas de Cultura Técnica dos cursos de formação de técnicos agrícolas estavam indicadas no Decreto-Lei 9.613/46, Art. 9, § 1: Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola (BRASIL, 1946). O Colégio Agrícola de Uberlândia selecionou, entre as matérias

mencionadas, a Agricultura, Zootecnia, Indústrias Rurais, Mecânica Agrícola e acrescentou o curso de Economia Rural.

As Práticas Educativas foram apresentadas no Art. 40 do Ementário de forma exemplificativa, o estabelecimento de ensino tinha liberdade de adotar outras ao seu critério. Entretanto a prática de Educação Física era obrigatória, segundo o estabelecido pelo Art. 22 da LDB: “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos” (BRASIL, 1961). Também a disciplina Educação Moral e Cívica a partir do Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que instituiu “em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa [...]” (BRASIL, 1969). Portanto, as disciplinas de Práticas Educativas do Colégio Agrícola de Uberlândia foram: Educação Física, Educação Artística e Educação Moral e Cívica.

Os conteúdos de cada disciplina ministrada em sala de aula no Colégio Agrícola de Uberlândia, durante os três anos de curso, foram registrados nos diários dos professores. Os Quadros de 3 a 11 são transcrições na íntegra do documento original que permitem fazer uma análise do tipo de formação que se buscava imprimir por esta instituição. Não podemos afirmar com certeza se todo o conteúdo foi realmente aplicado em sala de aula, mas um ex-aluno forneceu oito cadernos, de seu arquivo pessoal, das disciplinas: 1ª série de Agricultura, as três séries de Zootecnia, Moral e Cívica, 3ª série de Indústrias Rurais e 1ª e 3ª séries de Biologia que possibilitaram fazer uma relação do conteúdo destas matérias copiadas no caderno com o descrito pelos professores nos diários.

PORTUGUÊS	CONTEÚDO
1ª SÉRIE	Noções de análise sintática; Correção de frases: verificação de base; Texto para interpretação: “Os que eu amo”; Classificação das subordinadas; História de língua portuguesa; Noções de fonética descritiva e histórica; Vogais e consoantes; Análise fonética; Leitura e interpretação de autores nacionais modernos: Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima e do pós-moderno Olavo Bilac; Primeiras orientações para análise literária; Alterações fonéticas; Redação literária; Redação de assunto técnico relativo ao curso; Alterações fonéticas; Justificação histórica para repasse de ortografia; Leitura e interpretação de autores brasileiros do século XVI: Padre Anchieta e Frei Vicente do Salvador; Redação literária; Comemoração do dia da República; Redação de assunto técnico: “O solo”; Alterações fonéticas; Justificação histórica de regras e ortografia.
2ª SÉRIE	Técnicas da descrição; Estilo na descrição; Arguições; Descrição com predominância de interior; Descrição com predominância de exterior; Estudo da partícula “se”; Como pronome reflexivo - aplicação em linguagem; Objeto direto e objeto indireto; Como partícula de espontaneidade e pronome integrante dos verbos pronominais; Como partícula apassivadora e símbolo de indeterminação do sujeito; Como conjunção subordinativa condicional e integrante; Estudos sobre a regência dos verbos; Emprego do objeto direto dos pronomes o, a (e variações) lhe, ele, ela como objeto de alguns verbos seguindo a regência e a significação; Redação oficial; Generalidades; Carta-modelo; Recursos técnicos de redação; Expressionismo; Onomatopéia; Assonância; Aliteração; Sintaxe do verbo haver; Técnicas de redação; Impressionismo; Sinestesia; Cinestesia; Estudo da forma na poesia; Métrica; Rimas e ritmo; Arcadismo em Portugal e no Brasil; Estudo da poesia de Claudio Manoel da Costa e Tomas Antônio Gonzaga.
3ª SÉRIE	Estudo do autor modernista Graciliano Ramos: Dados biográficos; Obras do autor; Comentários das obras: Caetés, São Bernardo, Angústia, Vidas Secas, Infância, Memórias do Cárcere, Contos; Crítica: Gramática

	do autor; Situação do autor: Regionalismo e Universalismo; O realismo do autor; O estilo do autor; Apresentação da obra: São Bernardo; Estudo da fonética: introdução; Texto: “Emília do país da gramática” de Monteiro Lobato; Os sons da fala; O aparelho fonador; Funcionamento do aparelho fonador; Fonética, fonologia e fonêmica; Os fonemas; As letras, desenhos dos fonemas; O alfabeto; A letra X e seu emprego; Dígrafos: ch, lh, nh, gu, qu; Dígrafos: rr, ss, sç, sc, xc; Dígrafos: am, an, em, en, im, in, om, on, um, um; Texto “Língua Pátria” – Lindolfo Gomes; Notações léxicas, sinais modificadores de valor fonético: o til, a cedilha, acento agudo, acento circunflexo e acento grave; Notações léxicas, sinais não modificadores de valor fonético: acento agudo, acento grave, acento circunflexo, apóstrofo, o hífen; Redação: “O inverno”; Estudo do texto: “A viagem” – Graciliano Ramos; Os fonemas da língua portuguesa; Vogais: classificação; Consoantes: classificação; Semivogais – ditongos; Encontros vocálicos: ditongos crescentes e decrescentes – exemplários; Ditongos orais e nasais – exemplários – tritongos e hiatos; Encontros consonantais orais e disjuntos; Formas isotônicas e arizotônicas; Estudo do Texto: “Nascer” de Carlos Drummond de Andrade; Exercícios estruturais de concordância nominal e verbal; Sílabas: classificação simples e composta; Classificação dos vocábulos quanto ao número de sílabas; O acento tônico; Classificação das sílabas em relação ao acento tônico; Grafia dos nomes próprios; Sinais auxiliares da escrita: travessão, asterisco, colchetes; Emprego de maiúsculas e iniciais; Exercício de interpretação: “Confidências de Itabirano” – Carlos Drummond de Andrade; Redação: “O técnico agrícola, a terra e a vida econômica do país”; Interpretação: “Lamento de um oficial por seu cavalo morto” – Cecília Meireles; Noções de estilística: disposição artística do acento tônico; Os aspectos sonoros das vogais a, e, i, o, u; Verificação dos aspectos sonoros; Verificação da disposição artística do acento tônico e dos aspectos sonoros das vogais no texto: “Jogo de bola” de Cecília Meireles; Acentuação Gráfica; Características do Romantismo; Termos principais da oração: sujeito, predicado, sujeito-simples, composto; Sujeito indeterminado; Sujeito inexistente; Predicado verbal, nominal; Predicado verbo-nominal; Termos integrantes da oração; Classicismo; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Escola Realista – Naturalista; Escola Simbolista; Fundação do centro cívico; Introdução: Modernismo.
--	---

Quadro 3: Conteúdo da disciplina Português ministrada no CAU, 1969 a 1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

Rosa Fátima de Souza (2008) descreveu as recomendações feitas pelo CFE para cada componente curricular com relação às disciplinas obrigatórias:

O ensino de Português deveria privilegiar a expressão oral e escrita. [...] No colegial, os conhecimentos do curso ginásial deveriam ser aprofundados mediante o estudo da gramática expositiva e complementados pelo da gramática histórica e da literatura brasileira e portuguesa. [...] No segundo ciclo, a diversificação das matérias Física, Química e Biologia permitiria a sistematização e o aprofundamento necessário à preparação dos alunos que desejassem as carreiras de maior conteúdo de ciências experimentais. [...] trataram também da Educação Física, destacando dois dos objetivos principais dessa prática educativa: a) cultura física e individual, em que se estimule o desenvolvimento harmonioso de órgãos e funções, de modo que alcance o máximo de eficiência e resistência orgânica; b) educação social, pela aquisição do senso de ordem e disciplina, através de exercícios coletivos e competições esportivas (SOUZA, 2008, p. 241-242).

Consideramos que o Colégio Agrícola de Uberlândia procurou seguir os objetivos descritos acima propostos pelo CFE. Além da Gramática e do estudo da história da língua portuguesa, os professores deram grande atenção ao estudo da literatura brasileira e portuguesa. O conteúdo dos três anos do curso demonstra que a literatura estava bastante presente ao trabalharem com: análise literária; leitura e interpretação de autores nacionais modernos: Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima e Olavo Bilac; leitura e interpretação de autores brasileiros do século XVI: Padre

Anchieta e Frei Vicente do Salvador; Arcadismo em Portugal e no Brasil; Estudo da poesia de Claudio Manoel da Costa e Tomas Antônio Gonzaga; Características do Romantismo, Classicismo; Escola Realista – Naturalista e Escola Simbolista.

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	CONTEÚDO
3ª SÉRIE	Biografia de Heitor Vila Lobos; Graus conjuntos; Graus disjuntos; Biografia de D. Pedro 1º no setor artístico; Compassos simples; Compassos compostos; História da música; A música primitiva; Origem do saxofone; Tipos de saxofone; Tipos de clarinetas; Cânticos de ninar; Solfejo rítmico; Transposição nas claves; Sarrusofones e ratifones; Biografia de Antônio Carlos Gomes; Biografia de Francisco Manoel da Silva; Linhas suplementares; Claves; Valores; Ponto de aumento e diminuição; Ligaduras; Acidentes; Cânticos; Cópia do Hino Nacional; Hino da Independência; Hino de Uberlândia; Hino do Colégio Agrícola; Escalas de Dó Maior; Escalas de Sol Maior; Escalas de Ré Maior; Hino Canção de Marinheiro; Elementos rítmicos; Unidades de movimentos; Leitura métrica; Luar do Sertão em 3 vezes.

Quadro 4: Conteúdo da disciplina Educação Artística ministrada no CAU, 1971-1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

Pela análise do conteúdo da disciplina Educação Artística e de relatos de ex-alunos, convalidou-se que as aulas de música e de instrumentos musicais ocorriam somente na teoria. Os alunos aprendiam apenas a história da música, a história, a origem e os tipos de instrumentos musicais, as claves e seus valores, ponto de aumento e diminuição, ligaduras, acidentes e linhas suplementares. Abordaram-se as biografias do músico modernista Villa Lobos, do mais importante compositor de ópera brasileira Antônio Carlos Gomes e do músico da era colonial Francisco Manoel da Silva. As músicas aprendidas baseavam-se na cópia ou no cântico do Hino Nacional, do Hino da Independência, do Hino de Uberlândia, do Hino do Colégio Agrícola e do Hino Canção do Marinheiro (Hino da Marinha do Brasil). Segundo Souza (2008, p. 282), “as práticas de hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional nas escolas foram revalorizadas”. O canto orfeônico, integrado à disciplina Educação Artística, reforçava o civismo e patriotismo por meio dos cânticos dos hinos.

MORAL E CÍVICA	CONTEÚDO
2ª SÉRIE	Generalidades sobre o curso de Moral e Cívica; Princípios sobre a Educação; Fundação do Centro Cívico; Explicações sobre as atividades do Centro Cívico que estamos organizando; Comemoração do Dia da Independência; Organização da diretoria do Centro Cívico; Tipos de Educação; Comemoração do Dia da Árvore; Educação Moral; Formação do caráter; Escola de valores; Comemorações: Dia do Professor; Homenagens a Santos Dumont e a Aeronáutica; Dia do Funcionário; Os valores religiosos na cúpula onde não há inversão de escola; Oportunidade das eleições; Como se constituiu a República Brasileira; A democracia não é demagogia; Qualidade do voto legítimo; O dever de votar; Comemorações do Dia da República e Dia da Bandeira; A educação física e a personalidade; A educação sexual em sua relação com a educação física; Hormônio não necessário ao perfeito desenvolvimento do organismo; Como entender idéias sobre regimes políticos; Que se pode considerar subversivo; Princípios da Autoridade; Respeitar para ser respeitado; Dignidade, direitos e deveres; Recíprocas autoridades constituídas; Noções sobre sociedade; Elementos constitutivos da sociedade; Tipos de sociedade; Noções de poder; Discussão – deveres e direito; Debate sobre a revolução de março de 64; Comemoração Cívica da Revolução de 64; Sociedade Civil; Organização do Estudo Histórico sobre a Constituição do Brasil; O século de Tiradentes; Tigresas notáveis da Inconfidência Mineira; Comemoração Cívica de 21 de abril.
3ª SÉRIE	A harmonia do universo Deus e o mundo; O criador e a criatura; Conceito de homem; Conceito de religião; Formas de religião; Religião da criatura ao criador; Deus ética moral e o significado da oração;

	As forças morais; O caráter; Sentido moral: firmeza de convicções e fortaleza de vontade; Formação do caráter; Trabalho; Semana da Asa; O homem moral e o homem cívico; Virtudes morais e virtudes cívicas; O bom cidadão e cidadania; Deveres e direitos morais; Conferência (cel. Exército); Deveres e direitos morais; Palestra com referência a Bandeira; Trabalho: A bandeira; Deveres e direitos cívicos; O hábito; Atos humanos; Seus fins e moralidade; Noção de axiologia; Conceito de axiologia; Diversas classes ou categorias de valores; Leitura, personagens da história universal; Palestra: Compositores e escritores no civismo; A nação brasileira; A terra; Principais características; Peculiaridades de ordem econômica e social; Região Nordeste; Região Sudeste; Desenvolvimento e indústrias; Complementos: Região Norte; Região Sul: desenvolvimento; Região Sudeste – complementos; SUDAM – SUDENE; O homem – os grupos étnicos formadores da nacionalidade; Raízes culturais; As instituições; O Estado; Palestra Tiradentes.
--	--

Quadro 5: Conteúdo da disciplina Moral e Cívica ministrada no CAU, 1970 a 1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

Conforme mencionado, a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) tornou-se obrigatória, em, pelo menos, uma série do primário e uma do grau médio, a partir de 1969. O País estava no auge da Ditadura Militar e as finalidades (Art. 3º) da EMC vinham ao encontro dos interesses políticos da época:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e de deveres dos brasileiros e o reconhecimento da organização socio-político econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969).

Em conformidade com o Art. 3º, alínea “f”, “g” e “h”, o ensino de Moral e Cívica do Colégio Agrícola de Uberlândia reforçava os deveres do cidadão brasileiro, pelo que se pode observar por meio do conteúdo copiado no caderno da disciplina: amor a pátria; respeito à sociedade; cumprimento dos deveres do cidadão; cumprimento das leis; servir aos interesses patrióticos. Os princípios do civismo estavam bem estabelecidos no “Decálogo Cívico” que os alunos copiaram no caderno de EMC, como se pode ver na Figura 12:

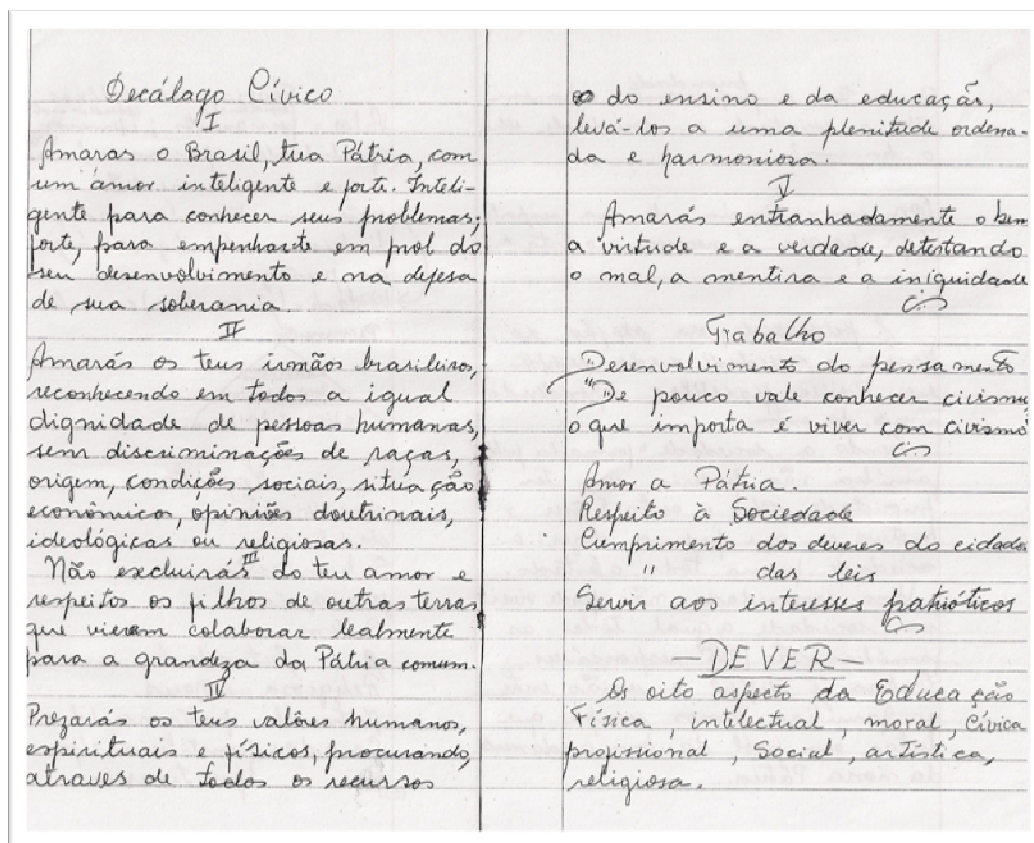


Figura 12: Caderno de Educação Moral e Cívica, 1970-1971.

Fonte: Arquivo Pessoal – Sócrates Martins Souza.

Para o cumprimento das alíneas “a”, “b”, “c” e “e”, os alunos recebiam ensinamentos de religião, formação do caráter, valores, respeito, dignidade, moral e ética. Em consonância com a alínea “d”, eram comemorados a Independência, a Proclamação da República, o dia da Bandeira, a “Revolução” de 64, bem como o estudo histórico da Constituição Brasileira, Tiradentes, Inconfidência Mineira e o estudo das instituições, como pode ser constatado pelos conteúdos descritos no diário de classe e pelas cópias nos cadernos dos alunos. Na figura 13, pode-se observar a cópia do aluno no caderno de EMC onde estão explicitados os motivos que levaram à “Revolução de 31 de Março de 1964”¹².

¹² Percebe-se que está escrito no caderno “Revolução de 31 de Março de 1971”, mas acredita-se que foi uma confusão do aluno, pois coincide com o ano em que cursou esta matéria.

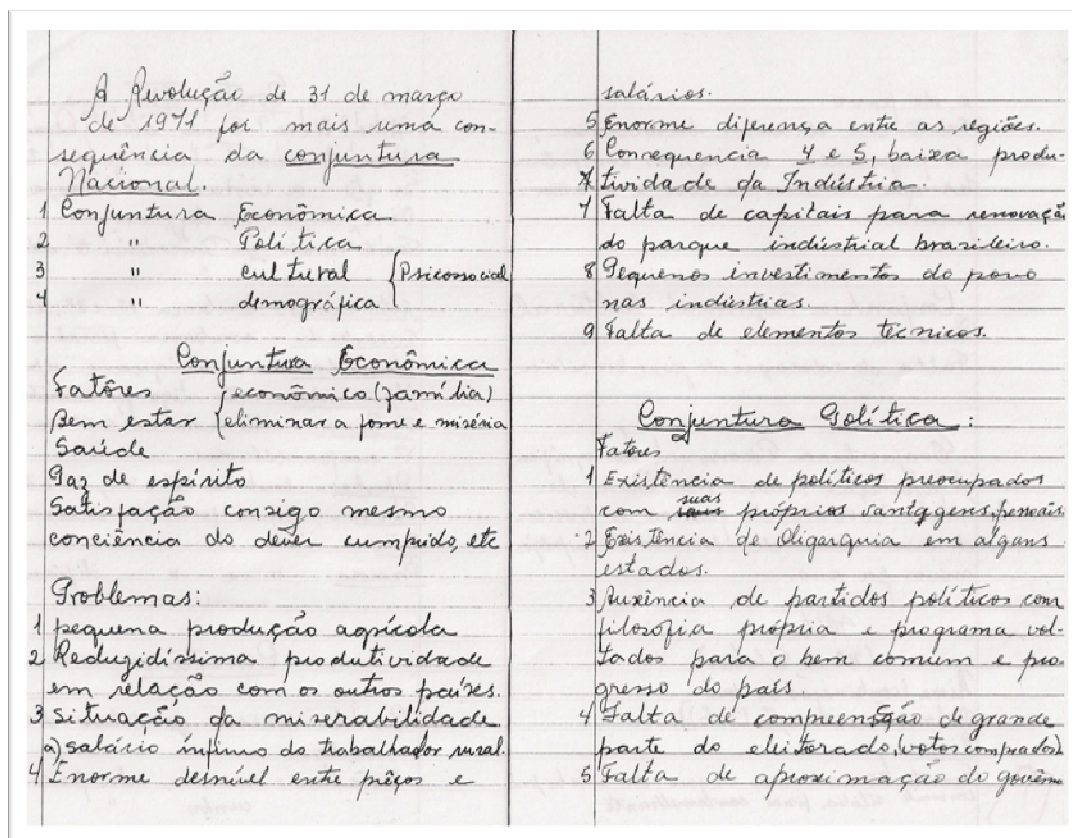


Figura 13: Caderno de Educação Moral e Cívica, 1970-1971.

Fonte: Arquivo Pessoal – Sócrates Martins Souza.

A criação de um Centro Cívico nas instituições de ensino também estava presente no Decreto-Lei nº 869/69, Art. 32:

Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à erradicação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando (BRASIL, 1969).

De acordo com as fontes, o Centro Cívico do Colégio Agrícola de Uberlândia teria sido criado em 1970, pois a sua fundação, bem como a organização de sua diretoria, encontram-se no conteúdo da segunda série de EMC, conforme exposto no quadro 5. Os próprios alunos realizaram a eleição do Presidente, do Vice-Presidente, do

1º Secretário, do 2º Secretário, do Tesoureiro e do Orador, segundo notícia do jornal “O C.A.U.”¹³ produzido pelos alunos.

A esse Centro era conferida muita importância no contexto de sua criação no Colégio Agrícola de Uberlândia. Importância que pode ser observada tanto no elenco de conteúdos prescritos para a disciplina EMC na 2ª série, apresentado no quadro 5, quanto no próprio espaço físico destinado ao seu funcionamento que, de acordo com a planta arquitetônica (**figura 8**), perfazia uma área total de 177 m².

HORTICULTURA	CONTEÚDO
1ª SÉRIE	Introdução – histórico; Tipos de hortaliças conforme a sua parte comestível; Tipos de horta; Escolha do local para a horta; Condições gerais para a escolha de um terreno para horta; Preparo de solo para hortas de áreas maiores; Solo e seu preparo; Sementes; Mercado; Construção da horta; Preparo do solo; Divisão de terreno; Abertura de caminho; Condução da água; Importância: alimentar e econômica; Constituição química do solo; Constituição física do solo; Exposição da horta; Situação da horta; Condições de clima; Abastecimento de água; Exploração doméstica, pantaneira e industrial; Condições de solo; Topografia; Olericultura; Hortaliças tuberosas; Hortaliças herbáceas; Hortaliças de fruto.

Quadro 6: Conteúdo da disciplina Horticultura ministrada no CAU, 1969-1971.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

Verificou-se, anteriormente, que as disciplinas de Cultura Técnica do Colégio estavam em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Essas matérias eram as específicas para a formação de Técnicos Agrícolas. De acordo com relatos dos ex-alunos, quando chegaram ao Colégio, suas instalações para as aulas práticas eram precárias, não havia horta, pocilga, aviário, laboratório e máquinas agrícolas. Todas essas instalações foram sendo construídas aos poucos, a horta foi criada pelos próprios alunos, que capinaram com enxadas um terreno da fazenda.

Tudo era arado no enxadão, gradeava na enxada, carregava regador de água pra molhar os canteiros [...]. As lavouras eram difíceis, o plantio, os tratos culturais e a colheita eram feitos manualmente. Os pastos eram naturais, formados pelas gramíneas, capim Colonião e capim Jaraguá. Havia muita erva daninha, como por exemplo, o timbete, também tinha muita formiga. (Entrevistado E3).

A construção da horta era feita no momento das aulas práticas de Horticultura, e tudo o que se colhia servia de alimento nas refeições diárias. Horticultura é a ciência que estuda a técnica de produção econômica das plantas e está dividida em: Olericultura (produção de hortaliças), Floricultura (produção de flores), Silvicultura (produção de árvores) e Fruticultura (produção de plantas frutíferas) (ENCICLOPÉDIA, 1971, p. 698). Nessa disciplina, percebe-se, mediante os conteúdos, que os alunos do Colégio

¹³ Jornal intitulado “O C.A.U.” foi criado no ano de 1970 pelos alunos da 1ª e 2ª séries, mas teve apenas duas edições devido a falta de auxílio financeiro.

estudaram apenas a Olericultura, com a produção de hortaliças tuberosas, de hortaliças de fruto e de hortaliças herbáceas. A disciplina Horticultura ocorreu somente no primeiro ano, mas o cultivo, o cuidado e a utilização da horta permearam todo o curso, pois era o único laboratório para o estudo de Agricultura. No prédio principal, havia espaço físico para laboratórios, mas, segundo o entrevistado (E3), esse espaço foi utilizado como dormitórios para as turmas que iam ingressando no Colégio.

AGRICULTURA	CONTEÚDO
1ª SÉRIE	Agricultura geral; histórico da agricultura; Brasil-Colônia; Período Brasil-Reino-Unido; Período Brasil-Império; Período Regencial; Crescimento de uma planta; Como se planta a partir da semente; Uso dos minerais do solo; Importância da luz e do calor para as plantas; Órgãos de absorção da umidade; Função do sistema radicular; Classificação dos vegetais; Criptogâmico; Fanerogâmicos definição e importância; Estudo da raiz principal e secundária e tipos de raízes; Partes que uma raiz normalmente apresenta, estudo de cada uma destas partes e sua função; Estrutura da raiz, tecidos secundários; As veias de condução de seiva, na raiz e no tronco; Crescimento secundário (em grossura) da raiz; Ramificação das raízes; Estudo, importância, finalidade e tipos de caule; A subordem das monocotiledôneas; Estudo das partes da planta: ramos, gemas, fruto e flor; Fecundação; Clima; Tipos de plantio: semeadura e transplante de mudas; Cultura do arroz, tipos de cultura do arroz; Classificação dessa espécie vegetal; Variedades cultivadas no Brasil; Classificação comercial dos tipos de arroz mais plantados no Brasil; Clima próprio para essa cultura; Época de plantio; Rotação de cultura, quais culturas mais indicadas para fazer rotação com o arroz; Cultura do arroz irrigado: como se faz, que cuidados envolve, canais de irrigação, extensão dos mesmos, quando se faz; Preparo do solo, adubação, espaçamento e quantidade de sementes; Praga do arroz: inseto – broca, lagarta do arroz, percevejo do arroz, cupim do solo; Combate as pragas do arroz – como é feito; Doenças do arroz e seu combate; Colheita e poda – como é feita; Origem dos vegetais; As primitivas formas de vegetais; Aparecimento da clorofila nos vegetais; Os vegetais e a formação dos açúcares; A reprodução dos vegetais (divisão celular); O surgimento das variedades ou diferentes espécies de vegetais; Formas unicelulares de vegetais: algas, fungos e bactérias. Posteriormente vieram os musgos, as samambaias e finalmente vieram as angiospermas e as gimnospermas; O período carbonífero e suas consequências; Mecanismo de classificação dos vegetais; Células de reprodução somática e células masculinas e femininas; Cultura do feijoeiro; Importância dessa cultura; Nosso país é o maior produtor e consumidor; Classificação botânica dessa leguminosa; descrição da planta; hábitos de crescimento; Variedades de feijoeiro; Preparo do solo e algumas considerações; Adubação química e orgânica; Como deve ser o tratamento da semente com fungicida; Quantidades de sementes por hectare; Quantas sementes por cova; Profundidade da cova; Colheita e secagem; pragas e doenças do feijoeiro; Ciclo da água; Formas de água no solo; Fatores que regulam a quantidade de água no solo ao alcance das plantas: textura, estrutura e conteúdo; A alcalinidade e seus problemas; Acidez, seus defeitos e sua correção; Matéria Orgânica no solo; Resultado da decomposição desse material: água, CO ₂ , N ₂ , NH ₃ , sais minerais; Humos.
2ª SÉRIE	Adubos e adubações para as culturas básicas; Arroz; Milho; Feijão; Cana; Topografia; Conceito e importância; Instrumentos e aparelhos; Adubação milho; Experimento arroz; Detalhes de levantamento topográfico; Medidas de distâncias; Métodos de levantamento topográfico planimetria; Planimetria e altimetria; Cultura do arroz – pratos culturais; Cálculos de adubação; Desenhos topográficos; Execução e interpretação e avaliação das áreas; Água no solo; Propriedades físicas; Húmus; Perfil de solo; Constituição e origem; Períodos críticos da água; Parte crítica de umidade; Levantamento da capacidade de uso; Divisão de classes; Constituição das classes; Classificação dos vários tipos de solos; Apresentação de mapas; Levantamento da capacidade de uso dos solos; Uso planejado; Conservação; Exploração das classes.
3ª SÉRIE	Introdução ao estudo de adubação; Adubos químicos; Adubos nitrogenados; Adubos fosfatados; Adubos nitrogenados; Problemas gerais de adubação; Introdução ao estudo de inseticida; Adubação, fungicida, herbicida; Irrigação – métodos; Drenagem – classificação de drenos; Escolha do solo; Consumo de H ₂ O; Discriminação dos tipos de drenos.

Quadro 7: Conteúdo da disciplina Agricultura ministrada no CAU, 1969 a 1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

A disciplina Agricultura esteve presente nas três séries do curso, nela aprendia-se com minúcia as técnicas de plantio e de colheita, as doenças e pragas dos alimentos, métodos de adubação, clima e época de plantio para cada cultura, topografia, drenagem, etc. Pode-se confirmar que os conteúdos descritos pelo professor da primeira série

foram realmente abordados em sala de aula por meio do caderno de Agricultura do ex-aluno. Os egressos confirmam que tudo o que se aprendia na teoria era aplicado na prática, contudo não foram encontradas outras fontes que informassem como eram ministradas as aulas de campo.

ZOOTECNIA	CONTEÚDO
1ª SÉRIE	Introdução a zootecnia; Histórico, definição, conceito e divisão da zootecnia; A domesticação das espécies; O animal doméstico; Quando surgiu, importância; Domesticidade e domesticação; Como se deu a domesticação e atributos dos animais domésticos; Nomenclatura dos animais domésticos; Origem das espécies domésticas: cão, cabra, carneiro, boi e porco; Origem das espécies domésticas: cavalo e jumento; Principais funções econômicas dos animais domésticos; Principais funções econômicas, escolha dos reprodutores; Raças: Definição, conceito, origem, padrão da raça, conceito de raça pura; Raças zootécnicas; Padrão ou standard; Origem das raças; Área geográfica das raças; Variedade dentro da raça; Família linhagem, sangue indivíduo, genótipo e fenótipo; Exterior e raças bovinas; Estudo do estado geral dos bovinos; Estado de saúde, idade, constituição, temperamento, índole, tipo, condição, aparência geral, vícios e taras; Exterior da cabeça; Exterior dos bovinos; Estudos das partes da cabeça e pescoço; Estudo das diversas partes do tronco; Estudo das diversas partes dos membros, anteriores e posteriores; Raças bovinas; Raças leiteiras; Raças manteigueiras; Definição, conceito e caracterização; Raça Holandesa malhada de preto: origem, características, produção, importância para o Brasil; Raça Holandesa malhada de vermelho: origem, características, particularidades, importância para o Brasil; Raças bovinas leiteiras; Raça Flamengo: origem, características, particularidades, importância para o Brasil; Raça Ayrshire: origem, características, importância para o Brasil, particularidades; Raças Leiteiras Manteigueiras; Jersey e Guernsey: origem, características, formato, produção, importância para o Brasil; Raças Bovinas Mistas: origem, características, formato, particularidades, produção, importância para o Brasil; Raça Normanda: origem, características, particularidades, produção, valor para o nosso meio; Raça Red Poll: origem, características, formato, particularidades, produção, valor para o nosso meio; Raça Dinamarquesa Vermelha: origem, características, valor para o nosso meio; Raças bovinas ou de corte; Classificação das raças segundo a origem; Caracterização das raças do tipo corte; Raça Shorthorn: origem, caracterização, produção, particularidades, expansão, variedades.
2ª SÉRIE	Projeto Pocilga – Criação de suínos com projeto da ACAR segundo financiamento; Instalações: água e esgoto; Higiene; Raça, indivíduo, tipo; Aparelho genital; Aparelho genital feminino; Aparelho reprodutor; Órgãos genitais; Estrutura dos órgãos genitais; Vagina – Vulva; Filhote; Vacinação contra carbúnculo; Higiene – Pocilgas; Suinocultura; Comercialização dos produtos agropecuários; Comercialização geral de produtos regionais; Higiene de estábulos; Implantação de instalações de estábulos; Defesa sanitária animal; Doenças infectocontagiosas dos animais domésticos; Definição da bovinocultura no CAU.
3ª SÉRIE	Doenças; Definição; Divisão; Coccidiose; Purolose; New Castle; Tipo – aviário; Parasita do bezerro; Hipocalcemia; Brucelose; Probacilose; Característica de uma boa leiteira; Piroplasmose; Métodos de reprodução; Métodos de vacinação; Aula prática – vacinação; Escolha de reprodutores; Aftosa; Carbúnculo Hemático; Carbúnculo; Sintomático; Metrite; Vaginite; Hemorragias; Retenção de placenta; Confinamento de bovino; Raças criadas no Brasil; Métodos de aplicação de medicamentos – modos; Confinamento; Instalações, manejo, ações; Verminose; Purgantes salinos; Purgantes injetáveis; Recém-nascidos; Defeitos Anatômicos e alterações dos órgãos de genitais femininos; Defeitos Anatômicos e alterações dos órgãos genitais masculinos; Ciclo estral; Deficiências nutricionais; Fósforo – método de administração diretamente, individualmente; Papel que desempenha os minerais; Sal (NaCl, Iodo, Cobre Cobalto); Fichas de controle leiteiro diário de uma vaca; Controle sanitário; Controle reprodutivo; Colheita e remessa de material para exames de laboratórios; Envio de material; Fichas de resumo de material; Alimentos – definição, divisão sub empregadas como suplementos; Ração; Ração de manutenção; Ração de produzir; Ração de balancear; Determinação de fecundidade da ração; Método de distribuição; Nutrição.

Quadro 8: Conteúdo da disciplina Zootecnia ministrada no CAU, 1969 a 1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

A Zootecnia também contemplou os três anos do curso, ela é a ciência que estuda o melhoramento do animal, abrangendo as operações de produção, criação, manejo e trato dos animais (ENCICLOPÉDIA, 1971, p. 725). A definição de Zootecnia adotada pelos professores do CAU era: “é a ciência aplicada, que estuda e aperfeiçoa os meios de promover a adaptação econômica do animal ao ambiente criatório e deste aquele” (Caderno de Zootecnia, 1969). Essa ciência é subdividida em: Bovinocultura

(criação de bovinos), Equinocultura (criação de eqüinos), Suinocultura (criação de suínos), Avicultura (criação de aves), Apicultura (criação de abelhas), Caprinocultura (criação de caprinos), Sericicultura (criação do bicho-da-seda), Cunicultura (criação de coelhos) e Piscicultura (criação de peixes).

Por meio dos conteúdos e dos cadernos do ex-alunos, vê-se que dessas áreas foram abordadas a Bovinocultura, a Suinocultura, a Avicultura, a Sericicultura, a Cunicultura e a Piscicultura. Contudo as três últimas áreas foram estudadas na disciplina Indústrias Rurais, apenas como pesquisa.

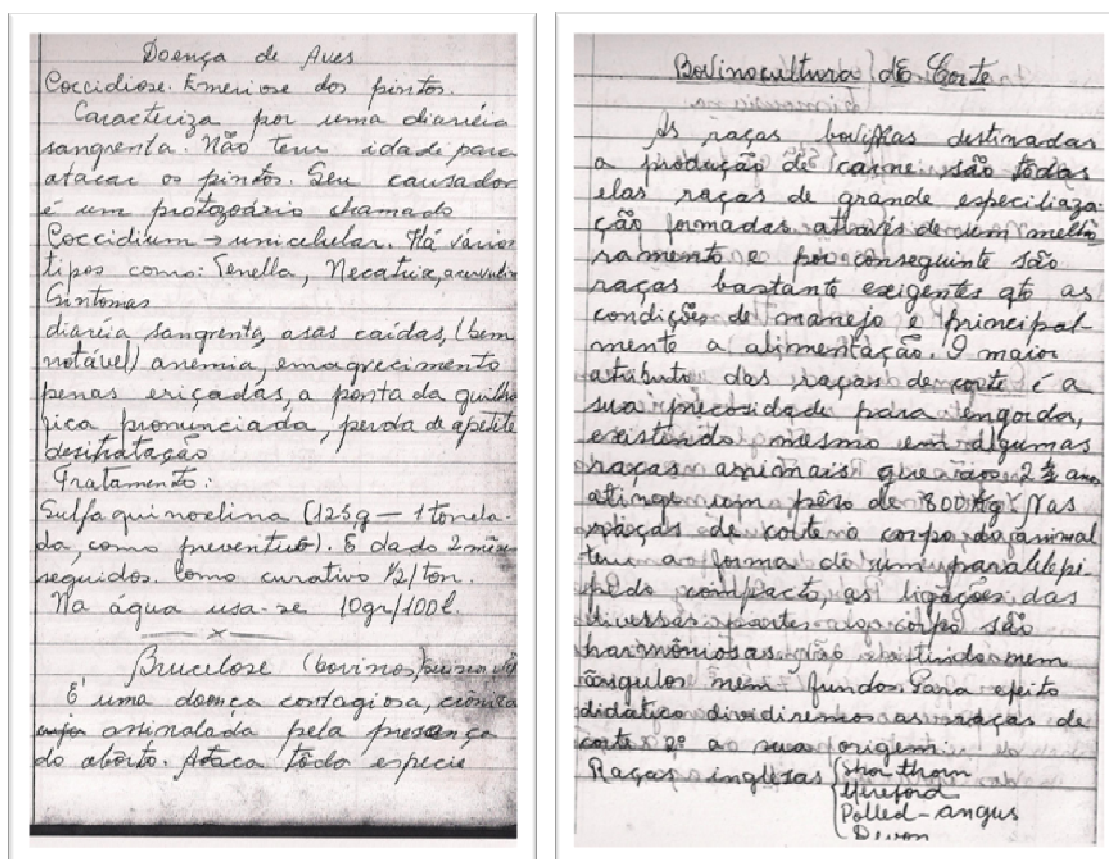


Figura 14: Caderno de Zootecnia com estudo sobre aves e bovinocultura, 1969-1970.

Fonte: Arquivo Pessoal – Sócrates Martins Souza.

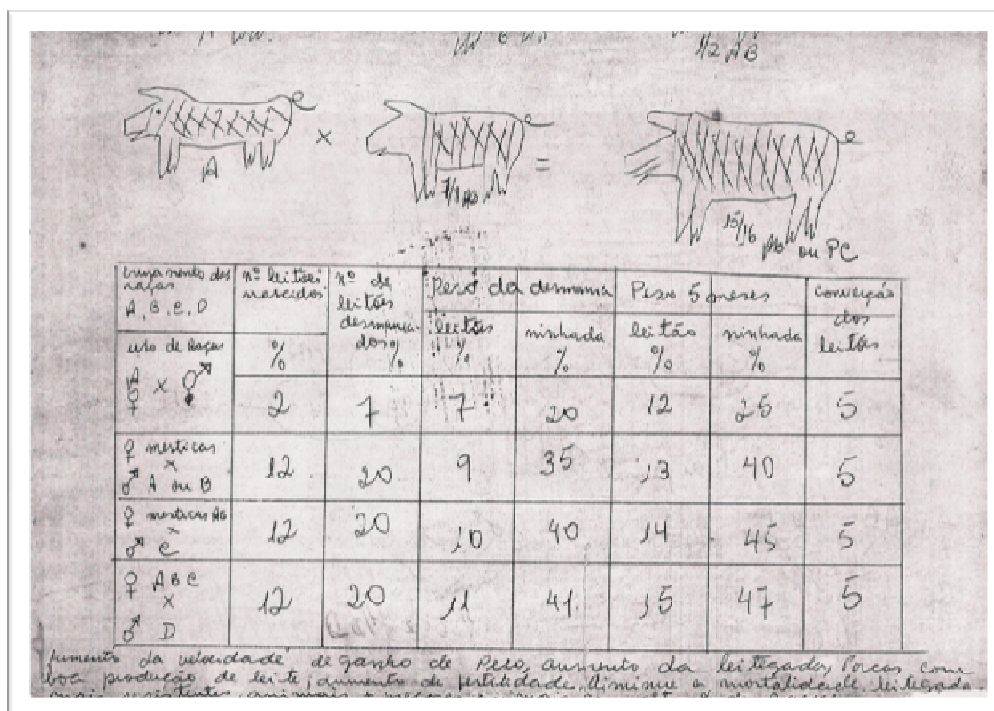


Figura 15: Folha avulsa com estudo sobre suínos, [entre 1969 e 1972].

Fonte: Arquivo Pessoal – Sócrates Martins de Souza.

O enfoque maior foi dado à Bovinocultura e à Suinocultura. O Colégio não possuía pocilga, somente na segunda série, no ano de 1970, é que foi construída e, como consta no conteúdo dos diários de classe, essa foi criada a partir de um financiamento com a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar). Conforme mencionado no capítulo 1, a Acar foi um programa criado com o intuito de aumentar a produtividade da agropecuária por meio da disseminação de técnicas modernas de produção.

Conforme descrito pelo professor de Zootecnia no diário de classe, foi criado um projeto, denominado Projeto Pocilga, em que os alunos aprenderam as técnicas de instalação de água e esgoto e a higiene da pocilga, bem como todos os tratos de criação e comercialização dos suínos.

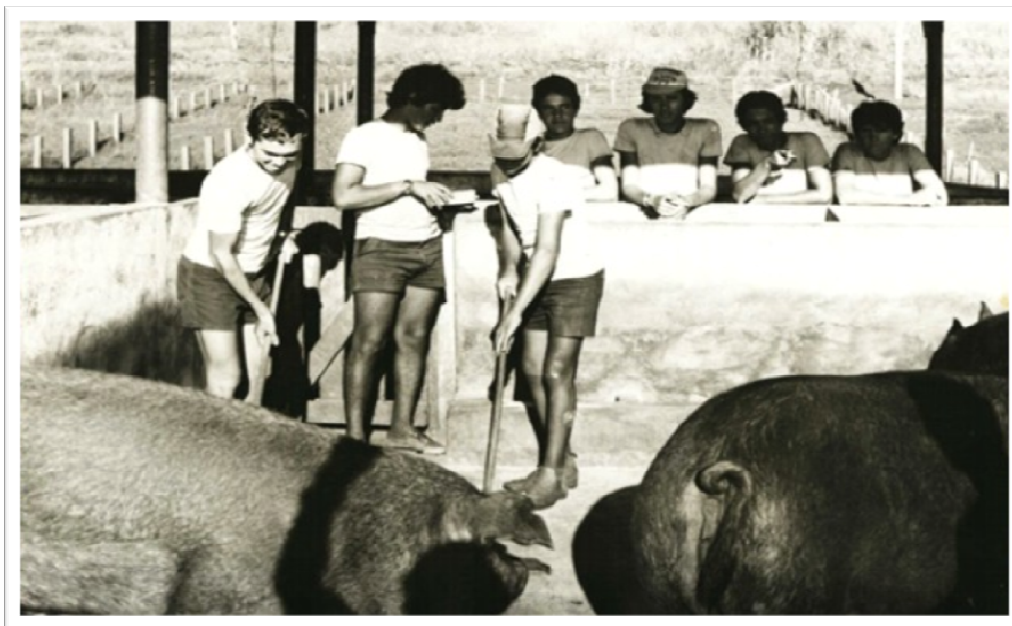


Figura 16: Aulas na pocilga, formandos de 1972.

Fonte: Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.

Foi encontrado um roteiro de visita técnica a uma propriedade de suinocultor, que consistia em um trabalho que deveria ser desenvolvido pelos alunos na disciplina Zootecnia. Eles tinham que observar como era o depósito de rações, a maternidade, os abrigos, a recria e o manejo dos suínos. Entretanto não foi encontrada fonte alguma sobre as observações feitas pelos alunos e, conseqüentemente, nenhuma confirmação de que este trabalho foi efetivado, somente se conseguiu o roteiro da visita.

No início, o Colégio não possuía vacas, de acordo com o entrevistado (E3), dez vacas foram doadas por um fazendeiro vizinho. Posteriormente, o Colégio Agrícola de Urutaí-GO enviou dez vacas para o CAU em troca de um caminhão carregado de feijão preto.

No início não tinha nenhuma, [...], um vizinho nosso Sr. Zorico, pai do professor Ricardo Dias é que deu, [...], o diretor conversou com ele, e deixou, [...]. Então o Sr. Zorico deixou dez vacas, o pai do professor Ricardo Dias, Ozório Dias, deixou dez vacas lá dando leite pra nós, depois vieram as vacas de Urutaí, que já existia o Colégio Agrícola de Urutaí aqui em Goiás, veio umas vacas, mandou umas vacas de lá pra cá e nós mandamos daqui pra lá um caminhão de feijão preto pra Urutai. Naquele tempo as escolas produziam, mas não podia vender, não podia doar, não podia nada, era feito troca, [...]. Ai o Sr. Zorico recolheu as vacas, como não tinha touro, ele pegou um touro que ele tinha lá de Uberaba, um touro Gir leiteiro, e deixou lá até arranjar um outro touro pra ficar com as vacas, portanto a escola deve esse favor ao finado Ozório Dias.

INDÚSTRIAS RURAIS	CONTEÚDO
1ª SÉRIE	Leite de consumo – fatores que influenciam na secreção do leite; Composição média; Produção; Higiene; Beneficiamento do leite; Lavagem e esterilização dos latões; Filtração; Classificação; Pasteurização; Beneficiamento; Resfriamento; Congelamento; Temperatura de conservação do leite; Exames de seleção; Organoléptico do leite; Problemas colorimétricos; Redutase; Lacto fermentação; Lacto filtração; Determinação da densidade do leite; Análise de gordura do leite; Acidez do leite; Neutralização da acidez – problemas; Crioscopia – considerações; Triângulo de segurança – material necessário; Análises crioscópicas – operação com o leite; Cálculo da porcentagem de água no leite; Problemas sobre crioscopia; Queijo – antiguidade e importância da indústria queijeira; Composição – matéria prima; Recepção e julgamento do leite; Tratamento da matéria prima; Filtração; Preparação do leite para coagulação; Flora desejável; Inibição da flora prejudicial; Doce de leite pastoso; Requeijão – generalidades – técnica; Mussarela – generalidades – técnica; Mussarela – prática; Iogurte – técnica; Caseína do coalho; Caseína – precipitação – natural – técnica; Fabricação do leite fermentado; Tecnologia de fabricação de manteiga; Fatores que influenciam na bateção; Preparação de salga; Técnica de fabricação de parmesão.
2ª SÉRIE	Cerveja caseira; Cerveja – fabricação; Cerveja de milho.
3ª SÉRIE	Introdução a cunicultura e a industrialização; Pesquisa sobre cotonicultura; Flora do leite; Flora normal; Flora anormal; Apicultura; Cultura abacaxi e sua indústria; Industrialização do abacaxi em compota; Industrialização do pêssego em compota; Criação do bicho da seda (sericicultura); Pesquisa sobre queijo e manteiga; Pesquisa sobre sericicultura; Pesquisa sobre creme; Tratamento com sais; Equipamentos necessários; Planejamento para olerícolas; Cálculo de área disponível; Cálculo de canteiros em relação a área; Cálculo da área em relação ao número de plantas; Pragas do alho; Doenças do alho; Alternaria porri; Ferrugem; Podridão branca; Podridão seca; Cultura do alho; Cultura da cebola; Tratamento das sementes; Semeio em sulco em sementeira; Preparo das mudas; Relatório sobre o dia de soja (Ensaio de soja); Processos de adubação; Multiplicação de bulbilhos; Pragas; Doenças; Queima das folhas; Aula prática: atomizador, pulverizador e tubo flutuante.

Quadro 9: Conteúdo da disciplina Indústrias Rurais ministrada no CAU, 1969 a 1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

A disciplina Indústrias Rurais consistia no ensinamento da industrialização e da comercialização de tudo o que era aprendido nas matérias de Horticultura, Zootecnia e Agricultura. Assim, os alunos tiveram conhecimento de beneficiamento do leite, da industrialização do abacaxi e do pêssego em compota, da fabricação de queijo, de doce de leite, de requeijão, de coalho, de iogurte, de manteiga e de cerveja.

MECÂNICA AGRÍCOLA	CONTEÚDO
1ª SÉRIE	Introdução a importância da mecânica Agrícola; Medidas de segurança no trabalho com ferramentas manuais; Medidas de segurança no trabalho com trator; Identificação pela cor; Ferramentas utilizadas em trabalho de mecânica; Dimensão das classes em 1/16 e 1/32; Ferramentas utilizadas em mecânica; Lubrificantes e lubrificação; Óleos animal, vegetal e mineral; Aditivos e agente antiespumante, antioxidante, detergente e dispersante; Esquema de lubrificação e manutenção das máquinas agrícolas; Motor e sua divisão; Órgãos fundamentais; Órgãos acessórios; Órgão de alimentação; Órgão de refrigeração; Divisão do carburador; Órgão de lubrificação; Tempo de motor; Ciclo do tempo de motor; Admissão e compressão; Explosão e descarga; Órgão de ignição; Divisão da bobina; Divisão do magneto; Divisão do disjuntor.
2ª SÉRIE	Prática e manejo de arado; Prática e manejo de trator.

Quadro 10: Conteúdo da disciplina Mecânica Agrícola ministrada no CAU, 1970 a 1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

A Mecânica Agrícola era a disciplina que ensinava os tipos, as utilidades e a forma de manuseio das máquinas agrícolas, importantes para uma produção mais eficiente. Os alunos receberam aulas sobre a prática do manejo de arado e prática do manejo de trator, porém o CAU possuía apenas um trator que foi doado somente no

primeiro semestre de 1970. Segundo relatos, como havia somente um trator, um aluno o utilizava enquanto os outros aguardavam sua oportunidade.

ECONOMIA RURAL	CONTEÚDO
3ª SÉRIE	Objetivo da cadeira de economia rural, constituição, unidades a serem estudadas; Relação com outras cadeiras, importância geral e prática, metodologia a ser empregada; Bibliografia; Conceito sobre educação rural; Administração rural e contabilidade agrícola; Particularidades sobre o estudo de explorações agrícolas; Produtos, conceitos, fatores que afetem a produção; Setores da economia e classificação dos seus; Terra – conceito e importância; Capital – conceito, forma, produção, classificação, remunerados; Trabalho, conceito, características, divisão, relação com fatores de produção e remunerados, regimes, organização técnica, importância, problemas, tipos de empresas, individuais S/A, medidas de resultado econômico; Renda da fazenda, renda do trabalho e administração, lucro total, redistribuição do capital, definição exemplo prático; Fatores que afetam os resultados econômicos, citação; Inventário – conceito, diferenciações de balanço, divisão, importância, levantamento para diversos fins, elementos para levantamentos de inventário, conceito de patrimônio ativo e passivo, verificação dos bens do patrimônio, descrição do patrimônio, classificação do patrimônio, avaliação do patrimônio com e sem contabilidade para produtos – porcentagem de custo, mercado e porcentagem de venda; Para benfeitorias – cálculo; Para equipamentos – cálculo; Para terras; Para animais – categorias; Fatores que afetam os resultados econômicos, discussão, classificação, naturais e outros, controláveis e incontroláveis; Preços – alterações NGP, valor relativo, ciclos; NGP – definição, como medir os preços = índices, paridade, tipos de preços; Tamanho ou volume dos negócios – conceito, tipos de explorações, minifúndio, fornecer instrumento, fatores que afetam, como medir o tamanho, classificação para organização; PFMe, PFMa, forma das curvas, relação entre as curvas; Estágios de produção nacional e indicar quadros e gráficos; Algum seriado como auxílio, como fazer e usar exemplo de produção; Custo de produção, importância; CTF, CTV, CT, CVMe, CFMe, CTMe, CMa; Gráficos e quadros para exemplos; Custo de produção – importância, custos explícitos, implícitos, contabilidade, sete conceitos de: custos, encargos; Custos de produção; Encargos de operação; Encargos de uso de fatores; Encargos administrativos e outros; Rendas expós ou crédito; Objetivos de C.P para uma propriedade; Organização e reorganização de propriedades políticas e econômicas; Exemplo – com modelo em álbum seriado; Exemplo – produção de leite; Auxílio álbum seriado; Custo de produção: revisão do exemplo para leite, equilíbrio; Exemplo para cultura de milho, modelo de viçosa; Exemplo da S.A.S.P para milho; Determinação do preço médio; Equilíbrio de despesa a longo e a curto prazo; Contabilidade simplificada, importância, dificuldades, o livro de contabilidade simplificada – apresentação das partes do livro como: Inventários; Despesas e recebimentos; Apresentação dos resultados; Rejeitos especiais; Rejeitos especiais para cultura; Rejeitos especiais para criação; Auxílio: álbum seriado; Tipos de fichas para diversos contratos contábeis; Planejamento rural, conceito, itens a observar no planejamento; Vantagens do planejamento; Elaboração de um planejamento; Visita a propriedade para levantamento e dados para planejamento; Discussão sobre roteiro de planejamento, itens a considerar; Elaboração do plano de administração rural para a propriedade visitada.

Quadro 11: Conteúdo da disciplina Economia Rural ministrada no CAU, 1971-1972.

Fonte: Diários de classe. IFTM – Campus Uberlândia.

A matéria de Economia Rural ensinava as técnicas de economia, de administração e de contabilidade rural, pertinentes para o trabalho de comercialização dos produtos e de compra de matérias-primas, renda e despesas, avaliação de patrimônio, entre outros que estão especificados nos conteúdos da disciplina.

Com relação à disciplina Educação Física, os alunos relatam que o Colégio não possuía quadra para a prática de esportes, e eles mesmos tiveram que capinar um terreno da fazenda para fazer um campo de futebol. As únicas fontes de informação de como era praticada essa disciplina vieram por meio da memória dos ex-alunos e também por um rascunho feito pelo aluno Sócrates, no final de seu caderno de Moral e Cívica, do que se tornaria um Informativo Esportivo criado no primeiro semestre de 1971. No caderno, ele relata que, finalmente, criou-se um campeonato de futebol de salão no Colégio que, segundo o entrevistado (E3), era coordenado pelo professor no horário de